



● NORDESTE 2004
O VOTO DAS CAPITAIS

Análises Interpretativas dos Resultados
Eleitorais nas Capitais do Nordeste



Fundação Konrad Adenauer



● **NORDESTE 2004**
O VOTO DAS CAPITAIS
Análises Interpretativas dos Resultados
Eleitorais nas Capitais do Nordeste

Fortaleza, Ceará – 2005

© Copyright – 2005 by FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER
e FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

EDITORES RESPONSÁVEIS

Hugo Cortez
Klaus Hermanns

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Miguel Macedo

COPYDESK

Vianney Mesquita
REG. Prof. MTE 00489JP

PROJETO GRÁFICO e CAPA

Wiron Teixeira

N753

Nordeste 2004: o voto das capitais: análises interpretativas dos
resultados eleitorais nas capitais do Nordeste - Fortaleza:
Fundação Konrad Adenauer, 2005.
177 p.; 15 X 21cm.

ISBN 85-7504-090-1

1. Eleições - Brasil, Nordeste - Discursos, ensaios, conferências.
1. Konrad-Adenauer-Stiftung.

CDD-324.9813

As opiniões externadas nas contribuições deste livro são
de exclusiva responsabilidade de seus autores

Todos os direitos desta edição reservados à
FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER
Av. Dom Luís, 880 – Salas 601/602 – Aldeota 60160-230 – Fortaleza – CE – Brasil
Telefone: 0055 – 85 –3261.9293 / Telefax: 0055 – 85 – 3261.2164
www.sustentavel.inf.br - e-mail: kas-fortaleza@adenauer.com.br

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
Av. 17 de Agosto, 2187 - Casa Forte 52061-540 Recife – PE
Telefone: (81) 3441-5500/Fax: (81) 3441-5600
www.fundaj.gov.br - e-mail: fjn@fundaj.gov.br

INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIAIS – INPSO
DA FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
Rua Dois Irmãos, 92 – Apipucos 52071-440, Recife - PE
www.fundaj.gov.br - www.fundaj.gov.br/observanordeste



Impresso em papel reciclado
Impresso no Brasil – Printed in Brasil

Sumário

OS AUTORES	07
APRESENTAÇÃO	09
INTRODUÇÃO - ELEIÇÕES DE 2004: POLARIZAÇÃO ENTRE O PT E O PSDB?	13
Jairo Nicolau	
FOGO E FUMAÇA: A FABRICAÇÃO DE UM PLEBISCITO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2004 EM SALVADOR E SUA DUVIDOSA CONSUMAÇÃO	24
Paulo Fábio Dantas Neto	
AS ELEIÇÕES DE 2004 EM ARACAJU	42
Ibarê Dantas	
O CASO MACEIÓ: DEMOCRACIA E DINHEIRO	60
Alberto Saldanha	
RECIFE, 2004: A REELEIÇÃO DE JOÃO PAULO (PT)	69
Túlio Velho Barreto	

JOÃO PESSOA: UMA VITÓRIA ANUNCIADA.....89
Hermano Nepomuceno Araújo

AS ELEIÇÕES DE 2004 PARA A PREFEITURA DE NATAL:
A DISPUTA POR HEGEMONIA.....99
José Antônio Spinelli

AS ELEIÇÕES DE 2004 EM FORTALEZA.....121
Filomeno Moraes

PLURALISMO, POLARIZAÇÃO E DISCURSO COMPETENTE
NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE TERESINA EM 2004139
Washington Bonfim

OLIGARQUIA, CRISE POLÍTICA E ELEIÇÕES 2004 NA
CIDADE DE SÃO LUÍS.....147
Arleth Santos Borges

Os autores

Jairo Nicolau é cientista político do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ, e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. É mestre e doutor em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia). Entre outros livros é autor de *Sistemas Eleitorais*, pela FGV Editora (2004), e *História do Voto no Brasil*, pela Jorge Zahar Editora (2002).

Paulo Fábio Dantas Neto é professor do Departamento de Ciência Política, pesquisador e vice-diretor do Centro de Recursos Humanos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia – (CRH/FFCH/UFBA). Doutor em Ciências Humanas; Ciência Política, pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Foi vereador em Salvador (1983-1988), deputado estadual pela Bahia (suplente em exercício), membro da Assembléia Constituinte Estadual (1989) e Secretário Municipal de Educação de Salvador (1994).

Ibarê Dantas é cientista político e historiador, autor de várias obras publicadas, entre as quais *Eleições em Sergipe, 1985/2000*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2002.

Alberto Saldanha é professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas/UFAL. Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense/UFF.

Túlio Velho Barreto é cientista político e pesquisador do Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco. É membro do Comitê Gestor do Observatório Social do Nordeste e do Conselho Editorial da Fundação Joaquim Nabuco - Fundaj.

Hermano Nepomuceno Araújo é chefe do Departamento de Ciências Sociais, Direito e Filosofia da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG - Paraíba.

José Antônio Spinelli é professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - PPGCS/UFRN.

Filomeno Moraes é cientista político. Graduado em Direito, mestre e livre-docente em Ciência Política. Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Direito/Mestrado em Direito Constitucional da Universidade de Fortaleza – UNIFOR e Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

Washington Bonfim é doutor em Ciência Política (IUPERJ), professor do Depto. de Ciências Sociais e do Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí - UFPI, pesquisador do CNPq e vice-diretor do Centro de Ciências Humanas e Letras (UFPI).

Arleth Santos Borges é professora do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA e membro do Núcleo de Estudos sobre Poder e Política –NEPP/UFMA.

Apresentação

É com grande satisfação que a Fundação Joaquim Nabuco, por meio do seu Instituto de Pesquisas Sociais - INPSO, e a Fundação Konrad Adenauer lançam a público este volume, dedicado à reflexão sobre os resultados das últimas eleições municipais nas nove capitais do Nordeste brasileiro. Aqui estão reunidos os trabalhos apresentados pelos pesquisadores participantes do V Simpósio OBSERVANORDESTE, intitulado Nordeste 2004: o Voto das Capitais, realizado nos dias 1 e 2 de dezembro último na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

O V Simpósio foi parte do leque de atividades que caracteriza o programa Observatório Social do Nordeste – OBSERVANORDESTE, uma iniciativa do INPSO, com apoio de parceiros, no sentido de constituir uma plataforma crítica de reflexão integrada sobre a realidade social, política, econômica e cultural da nossa região, fundada numa articulação entre os produtores de conhecimento voltados para nossa realidade, tanto no País quanto no Exterior. O OBSERVANORDESTE aglutina em rede, como colaboradores, pesquisadores e técnicos vinculados não somente à Fundação Joaquim Nabuco, mas também a universidades públicas e privadas, a órgãos de pesquisa governamentais e organizações não governamentais, bem como jornalistas, políticos e intelectuais diversos sem vínculo institucional. Comprometemo-nos com a socialização máxima dos nossos produtos, mediante eventos presenciais e a publicação de trabalhos escritos na nossa página virtual (www.fundaj.gov.br/observanordeste) e em veículos impressos.

Com o V Simpósio, demos continuidade a uma tradição que vamos firmando, iniciada com nossa III Edição virtual (Eleições 2002: Continuidade & Mudança. / dez.2002) e continuada com o IV Simpósio (Brasil, Nordeste: Mudança & Conservação? / Teresina e Natal, dez. 2003), de acompanhamento e reflexão permanentes sobre a realidade política de cada um dos estados da Região, articulada, naturalmente, com uma discussão do contexto político nacional, quadro de fundo referencial. Estamos conscientes da nossa originalidade, na medida em que não há, até o presente, registro de outra iniciativa equivalente em nossa Região. Colaboramos, assim, para a valorização e maior visibilidade política e intelectual do Nordeste no contexto nacional.

Durante dois dias, tivemos – palestrante, expositores, debatedores, coordenadores de mesas, organizadores e público assistente – em Fortaleza a oportunidade de, apoiados em trabalhos caracterizados por elevado nível de elaboração intelectual, nos debruçarmos sobre os resultados das eleições de 2004 nas nossas nove capitais, haja em vista seus significados. Ficaram realçadas, inicialmente, as singularidades de cada uma delas, em decorrência de quadros políticos estaduais e municipais próprios. A diversidade do conjunto nos fez ver mais uma vez a complexidade da vida política num país de dimensões enormes, com sua riqueza de trajetórias históricas próprias, enquanto simultaneamente nos alertou para as similitudes e problemáticas comuns. Diferentemente do que alguns poderiam pensar, sobressaiu do nosso empenho coletivo a compreensão da importância da política, do fazer político, como instância própria dotada de autonomia relativa, para a produção da história e da vida social de cada comunidade. Reavemos esta dimensão que, com frequência, é desvalorizada em favor da economia e das estruturas sociais, como se estas produzissem automaticamente, por projeção e sem outros influxos significativos, nosso cotidiano.

As eleições, episódios indispensáveis à vida democrática, certamente já se constituíram como rotina na vida política nacional, consagrando nosso regime participativo, de liberdades públicas e direitos cidadãos. Felizmente, a Nação brasileira tem a oportunidade ímpar na sua história de viver por tanto tempo sob regime político democrático, cada dia mais

consolidado. E nele nosso povo faz seu aprendizado paulatino: ampliando horizontes, absorvendo conhecimentos, desfazendo mitos, superando temores, rebentando preconceitos, escapando aos esquemas tradicionais de dominação local, identificando novos intérpretes para sua vontade, experimentando alternativas, descobrindo as ideologias e os partidos, abrindo as portas de acesso aos grandes debates nacionais e, sobretudo, se descobrindo como protagonista num cenário novo, para o qual empresta seu esforço construtivo no rumo de dias melhores.

Ao observarmos as eleições de 2004 nas capitais nordestinas, podemos ver, por exemplo, a inesperada vitória de Luizianne Lins (PT) em Fortaleza, revelando um eleitorado surpreendente no seu desejo de arriscar o novo na gestão da sua cidade; a reeleição de João Paulo (PT) no Recife, denotando o interesse do eleitorado local em continuar com a experiência da gestão municipal em curso; a vitória surpreendente das forças políticas conservadoras em Maceió, com o candidato Cícero Almeida (PDT), depois de duas gestões seguidas das forças de esquerda; ou ainda a vitória de João Henrique Carneiro (PDT) para prefeito de Salvador, desbancando o poderoso esquema de forças vinculado ao senador Antônio Carlos Magalhães. A riqueza e a diversidade das circunstâncias políticas locais aqui descritas despertarão a curiosidade e farão, certamente, a delícia dos leitores, além de constituírem material valioso de consulta para os cientistas políticos no presente e para os historiadores no futuro.

Esta é uma contribuição que nós que fizemos o V Simpósio OBSERVANORDESTE, solidariamente, damos ao universo intelectual nacional e internacional. Esperamos estar à altura da temática tratada.

A Fundação Joaquim Nabuco e a Fundação Konrad Adenauer agradecem a todos os que, com generosidade cívica e intelectual, tornaram possível a realização, no plano acadêmico, do nosso evento: palestrante, expositores, debatedores e coordenadores. Ressaltamos o papel especial do prof. dr. Filomeno Moraes, que propôs e viabilizou sua realização na Capital cearense. Devemos, porém, citar ainda as colaborações valiosas de Antônio Jorge de Siqueira, Diretor do INPSO, de Helenilda Cavalcanti, Coordenadora do Comitê Gestor do OBSERVANORDESTE, de Miguel

Macedo, Coordenador de Projetos da Representação no Nordeste e Norte da Fundação Konrad Adenauer, de toda a equipe atenciosa e eficiente que operou a infra-estrutura do evento em Fortaleza, assim como dos professores Ruth Vasconcelos (UFAL) e Rômulo Araújo Lima (UFPB), à distância muito presentes.

Fortaleza/Recife, abril de 2005

Hugo Cortez

Professor do Curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia do Recife - FAFIRE, analista em Ciência & Tecnologia da Fundação Joaquim Nabuco e secretário executivo do Observatório Social do Nordeste - OBSERVANORDESTE

Klaus Hermanns

Representante da Fundação Konrad Adenauer no Nordeste e Norte do Brasil, escritório de Fortaleza

Eleições de 2004: polarização entre o PT e o PSDB?¹

Jairo Nicolau

Não é fácil interpretar os resultados das eleições municipais. Para alguns analistas o melhor critério é observar o percentual de votos para prefeitos. Outros lembram que, como nem todos os partidos apresentam candidatos a prefeito em todas as cidades, o melhor é analisar a votação para as câmaras municipais. Para outros, fundamental é observar as vitórias nas cidades mais importantes, essas sim, centros efetivos de poder. Além das preferências metodológicas, há ainda o inevitável viés político da análise, cada um tendendo a escolher o resultado que favoreça seu partido. Nestas eleições, por exemplo: um peemedebista consideraria o número de prefeituras um bom indicador, pois o partido conquistou o maior número delas (23%); para um petista, o número de votos para prefeito seria o melhor indicador, já que o partido foi o mais votado na disputa para esse cargo, com 17% dos votos; um membro do PSDB provavelmente tenderia a privilegiar o resultado nas grandes cidades do Sudeste, particularmente em São Paulo. Mesmo pequenos partidos têm lá seus trunfos para mostrar o crescimento em um estado, a vitória em uma capital importante, o surgimento de uma liderança.

1 O texto foi publicado originalmente na revista Teoria & Debate, nº 60, novembro-dezembro de 2004, págs 4-8

Além do infundável debate sobre quem foi melhor nas urnas, as eleições produzem seus clichês, seus lugares-comuns. Repetidos por todos, passam a servir como a interpretação dominante em cada pleito. As eleições de 2004, em particular, produziram dois lugares-comuns. O primeiro é que houve uma polarização entre o PT e o PSDB. O segundo é que o resultado das eleições locais determina a disputa presidencial de dois anos depois; no caso, específico: 2004 ajuda a prever o que acontecerá em 2006. O propósito deste texto é analisar a procedência dessas interpretações. Será que as duas teses têm suporte quando os resultados eleitorais são analisados de maneira mais detalhada?

A tese da polarização

Os resultados das eleições gerais de 2002 mostraram claramente que a política nacional tenderia a se organizar em torno do PT e do PSDB. Em texto publicado após aquele pleito sustentei esta interpretação.

A observação das três últimas eleições presidenciais revela uma disputa entre duas grandes coalizões, capitaneadas pelo PSDB (Fernando Henrique Cardoso em 1994 e 1998, José Serra em 2002) e pelo PT (Lula em 1994, 1998 e 2002). O PT e o PSDB foram aqueles entre os grandes partidos que disputaram todas as eleições presidenciais com candidaturas próprias. Essa participação contribuiu para a organização e a nacionalização eleitoral de ambos. É importante lembrar ainda que em cada eleição presidencial os partidos que concorrem mobilizam seus técnicos para a elaboração de um programa de governo, tarefa que contribui para que o partido seja obrigado a apresentar uma convergência mínima em termos programáticos. Certamente o PT e o PSDB se beneficiaram da dinâmica da competição presidencial, tornando-se os mais programáticos entre os maiores partidos brasileiros.

O PT foi o mais votado para todos os cargos e obteve o maior número de representantes na Câmara dos Deputados e nas assembleias legislativas. O PSDB foi o segundo mais votado nas eleições para Presidência, Câmara dos Deputados, assembleias legislativas e governos de estado, só perdendo essa posição para o PFL na disputa para o Senado. O PSDB elegeu ainda a segunda maior bancada de deputados estaduais e a terceira de deputados federais – em razão de mecanismos internos do sistema eleitoral, o

PSDB, mesmo recebendo mais votos que o PFL na disputa para Câmara dos Deputados, ficou com cadeiras a menos.

A análise das três últimas eleições presidenciais e da representação dos partidos em 2002 mostra que o PT e o PSDB têm se consolidado como os partidos estruturadores da vida partidária brasileira. Por isso me parece ingenuidade acreditar que o PSDB participará da base de sustentação do governo Lula. Pelos dados parece mais razoável imaginar o PSDB como o partido que comandará a oposição ao governo petista. Além de mais organizado do que os outros partidos do campo de centro-direita, o PSDB tem dois líderes emergentes que governam os dois maiores estados da Federação, Geraldo Alckmin (SP) e Aécio Neves (MG), ambos candidatos naturais à Presidência em 2006. (Trecho do artigo “Notas sobre as eleições de 2002 e o sistema partidário brasileiro”, *Cadernos Adenauer*, ano IV, nº 1)

A polarização produzida em 2002, porém, teria sido confirmada pelas urnas em 2004? A Tabela 1 apresenta a votação final obtida pelos principais partidos em todos estados. Em apenas três deles (São Paulo, Minas Gerais e Rondônia) o PSDB e o PT foram os mais votados. Em Rondônia, o PSDB recebeu 19,4% e o PT 15,9%, mas o PMDB chegou empatado em segundo lugar, com 15,9%. Em Minas Gerais, o PT foi o mais votado, com 22,3%, e o PSDB o segundo, com 14,3% – mas o PMDB novamente chegou empatado em segundo, com 14%. Na realidade, apenas em São Paulo houve, de fato, uma polarização entre os dois partidos: o PSDB recebeu 31,8% dos votos e o PT 25,3%.

Se os dados não oferecem suporte à tese da polarização entre o PT e o PSDB, por que será que ela se tornou a versão dominante entre os analistas? Minha impressão é de que isso decorre particularmente do desempenho do PT e do PSDB nas cidades médias e nas capitais, onde os dois partidos foram os mais votados (é interessante lembrar que nas eleições municipais de 2000 os dois partidos já haviam sido os mais votados nas cidades de mais de 200 mil eleitores). Outro fator que certamente contribuiu foi a centralidade que a cidade de São Paulo teve na disputa, chamando a atenção pela importância de seus atores: um candidato derrotado à Presidência conquista do partido do atual Presidente a cidade mais importante do País. É interessante lembrar que pela primeira vez um candidato do PSDB a prefeito de São Paulo passou para o segundo turno.

A análise da votação para prefeito revela que o PT foi o partido que mais cresceu, passando de 14% dos votos em 2000 (o quarto partido mais votado) para 17% (o partido mais votado em 2004), como se pode ver na Tabela 2. O partido teve um crescimento acentuado na Região Norte, especialmente em Rondônia, Tocantins e Amapá. No Centro-Oeste, cresceu em todos os estados, especialmente em Mato Grosso do Sul. A Região Nordeste continua sendo a de maior dificuldade para o PT; o partido cresceu acentuadamente em Sergipe, no Ceará e em Pernambuco, mas nos dois últimos casos o resultado decorreu sobretudo da votação nas capitais (Fortaleza e Recife). No Sudeste, o PT manteve-se no mesmo patamar de votos em São Paulo e no Rio de Janeiro e cresceu no Espírito Santo e, sobretudo, em Minas Gerais, onde passou de 9% em 2000 para 22% em 2004. No Sul, o partido teve um pequeno crescimento no Paraná e em Santa Catarina e reduziu sua votação no Rio Grande do Sul. Em resumo, o PT saiu das urnas com indicadores claros de consolidação em quatro regiões do País – a única exceção é o Nordeste. Em apenas sete estados (Amazonas, Roraima, Alagoas, Maranhão, Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte), o partido recebeu menos de 10% dos votos para prefeito. Não fora o simbolismo das derrotas em São Paulo e Porto Alegre, provavelmente o crescimento do PT apontado há pouco ficaria mais patente.

O PSDB praticamente manteve o patamar de votos obtidos na eleição anterior (16% em 2000 e 17% em 2004), mas o desempenho nos estados foi mais irregular que o do PT. Na Região Norte, o partido cresceu em dois estados (Tocantins e Rondônia), mas encolheu em todos os outros. No Centro-Oeste, declinou em todos os estados. No Nordeste, cresceu apenas no Ceará, na Paraíba e no Rio Grande do Norte, diminuindo em todos os outros estados. No Sul, obteve igual desempenho no Paraná e no Rio Grande do Sul, mas cresceu em Santa Catarina. Na Região Sudeste, manteve-se no mesmo nível em Minas Gerais e caiu acentuadamente no Rio e no Espírito Santo. Na realidade, o crescimento expressivo do PSDB ocorreu no Estado de São Paulo, onde passou de 20% em 2000 para 32% em 2004; o partido venceu em cidades importantes do Estado, mas o desempenho final deveu-se, em grande medida, ao crescimento na Capital. O PSDB também se encontra nacionalizado, mas revela fragilidades maiores que o PT, uma vez que ainda tem dificuldade de se consolidar em três estados importantes (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia). Em

resumo, o PSDB viveu fenômeno inverso ao do PT: o bom desempenho no Estado de São Paulo, especialmente a vitória de José Serra na Capital, chamou mais a atenção do que o desempenho ruim que o partido obteve em boa parte do País.

Na realidade, a possível polarização entre o PT e o PSDB nas eleições de 2006 tem menos relação com o que aconteceu em 2004 e mais com um padrão de comportamento que os partidos brasileiros desenvolveram nas eleições presidenciais. Diferente é o que chamo de “vocação presidencial” desses partidos, que foi desenvolvida em quatro disputas presidenciais e forçou esses dois partidos a formular propostas para o País, a criar redes mais orgânicas com o mundo intelectual e a criar processos decisórios mais centralizados no plano nacional. Por outro lado, o PMDB e o PFL, dois partidos com força nas elei es municipais e no Congresso, ao se recusarem a disputar efetivamente a Presidência, acabaram cada vez operando mais como uma confedera o de lideranças estaduais (e, no interior de cada estado, como confedera o de lideranças locais). A inexistência de nomes óbvios provavelmente deve fazer com que o PMDB e o PFL não apresentem nomes próprios   Presidência em 2006 e ap oiam a candidatura do PT ou a do PSDB.

Os resultados das elei es de 2004 são bons “preditores” das elei es de 2006?

Um bom caminho para responder   pergunta acima   observar se as elei es gerais estão associadas aos pleitos municipais realizados dois anos antes. Será que os resultados eleitorais de 2002 estão associados aos de 2000? Será que o que aconteceu em 1998 podia ser previsto em 1996? Para tal, foi utilizado um teste estatístico (a correla o de Pearson) que mede a associa o entre os dados. O desempenho dos partidos (PT e PSDB) nos estados foi comparado em dois momentos (1996-1998 e 2000-2002). As principais conclusões são as seguintes:

- não houve nenhuma associa o significativa entre a vota o municipal (Câmara e Prefeitura) de 1996 e a vota o obtida por Fernando Henrique Cardoso em 1998, nem entre a vota o municipal de 2000 e a vota o de José Serra em 2002.

- Houve uma correlação fraca entre a votação do PT nas eleições municipais de 1996 e a votação de Lula em 1998. Não houve uma correlação significativa entre a votação do PT nas eleições municipais de 2000 e a votação de Lula em 2002.

- Existiu uma associação estatística forte entre a votação obtida pelo PT para vereador e prefeito em 1996 e a de deputado federal e estadual em 1998 e entre a votação de vereador e prefeito em 2000 e a de deputado federal e estadual em 2002.

- Houve uma forte correlação estatística entre a votação do PSDB nas eleições municipais de 1996 (vereador e prefeito) e as eleições para deputado federal e estadual de 1998. Houve uma correlação significativa entre a votação para vereador e prefeito do PSDB em 2000 e a votação para deputado estadual em 2002 (a associação com deputado federal existe, mas é mais fraca).

As eleições passadas ensinam é que o padrão da votação presidencial do PSDB e do PT em 1998 e 2002 não teve associação estatística significativa com as eleições municipais realizadas dois anos antes (1996 e 2000). Por outro lado, existiu uma forte associação entre o desempenho dos partidos nas disputas municipais e a votação para deputado federal e estadual. Portanto, as eleições municipais são melhores “preditores” da composição da Câmara dos Deputados e das assembleias legislativas do que da disputa presidencial. Por que será que isso acontece? As eleições presidenciais, por suas características singulares (formação de amplas coalizões eleitorais, grande visibilidade dos nomes em disputa, única disputa cuja circunscrição eleitoral é o País), não guardam uma relação tão acentuada com o desempenho prévio dos partidos nos estados. Já as eleições para deputado federal e estadual, cuja circunscrição eleitoral é o estado, necessitam de redes locais que são reorganizadas nas eleições municipais de meio de mandato; por isso a associação mais significativa entre os dois tipos de cargo.

Se o padrão das eleições anteriores se mantiver em 2006, o sistema político deve continuar com as mesmas características que adquiriu em 1994: um presidente eleito por PT ou PSDB e a Câmara dos Deputados e o Senado marcados por alta fragmentação partidária – com o PMDB e o PFL ainda contando com bancadas expressivas. Obviamente há ainda que levar, ainda, em conta os constantes movimentos de reacomodação dos

líderes partidários (fusões partidárias, migrações individuais), que acontece após cada eleição no País e também terá impacto sobre os resultados em 2006. Minha impressão é de que eles devem afetar mais as disputas estaduais e a composição partidária no Congresso do que viabilizar uma terceira força na disputa presidencial.

**Quadro 1: Percentual de votos por partido para prefeituras.
Total por estado. Eleições de 2004.**

ESTADOS	PT	PSDB	PMDB	PFL	PP	PDT	PTB	PL	PPS	PSB	PV	PC do B	Outros
Rondônia	15,9	19,4	15,9	5,3	1,4	3,9	15,2	4,2	1,3	9,1	0,5	0,0	7,9
Acre	39,0	4,3	6,1	1,7	6,1	0,7	8,9	3,4	23,2	1,6	0,0	2,3	2,7
Amazonas	1,9	5,3	3,2	30,0	3,0	0,9	1,9	4,9	13,2	17,3	6,3	8,3	3,8
Roraima	2,8	9,7	3,6	4,0	16,2	1,6	1,1	9,3	38,4	4,9	0,6	0,0	7,8
Pará	18,4	19,7	21,2	3,4	2,6	2,8	19,3	5,3	2,5	1,6	0,4	0,0	2,8
Amapá	34,2	1,6	0,5	0,0	4,4	20,7	1,5	8,8	0,3	20,9	0,4	0,0	6,7
Tocantins	22,5	12,7	13,1	17,3	4,9	0,2	5,6	16,6	2,9	0,9	0,0	0,0	3,3
NORTE	16,4	14,4	14,2	10,1	3,4	2,9	12,3	6,4	6,3	6,3	1,5	1,7	4,1
Maranhão	4,6	9,3	14,5	18,6	5,9	13,7	6,3	3,5	1,4	5,4	7,9	0,3	8,6
Piauí	5,7	20,2	20,0	17,1	6,3	4,5	9,0	3,4	6,1	1,0	0,4	2,4	3,9
Ceará	10,3	29,7	12,0	9,8	4,8	2,7	1,5	4,5	11,7	1,3	1,2	5,5	5
R. G. do Norte	4,4	9,5	15,9	15,0	3,8	3,3	7,4	5,5	2,6	26,3	0,5	0,1	5,7
Paraíba	3,7	23,7	19,4	10,9	3,6	4,7	11,2	5,0	2,1	12,7	0,6	0,0	2,4
Pernambuco	16,9	9,3	20,8	15,4	2,0	3,2	9,0	1,5	7,0	5,8	0,3	3,8	5
Alagoas	2,2	9,6	20,0	1,9	5,7	13,0	11,1	4,8	4,9	19,5	1,0	0,1	6,2
Sergipe	23,0	7,2	8,9	16,6	3,5	1,8	11,5	3,8	12,3	4,3	0,2	0,1	6,8
Bahia	13,8	3,9	5,6	30,0	9,7	8,6	1,6	10,4	1,3	3,4	0,3	0,1	11,3
NORDESTE	10,6	12,9	13,7	17,7	5,6	6,4	5,8	5,4	5,0	6,6	1,4	1,7	7,2
Minas Gerais	22,3	14,3	14,0	9,6	6,1	3,7	7,4	8,6	3,9	5,2	0,3	0,1	4,5
Espírito Santo	11,2	11,0	10,2	2,6	7,7	16,5	7,5	6,1	11,6	7,0	0,3	0,0	8,3
Rio de Janeiro	10,7	3,0	25,2	25,9	2,6	6,4	2,9	11,9	0,9	2,9	1,5	2,9	3,2
São Paulo	25,3	31,8	6,7	5,7	4,5	3,9	4,4	2,6	3,9	5,2	3,1	0,1	2,8
SUDESTE	21,1	20,8	12,3	10,6	4,6	4,9	5,0	6,1	3,6	4,8	2,0	0,7	3,5
Paraná	15,0	17,1	18,8	5,9	6,3	9,7	3,4	2,4	13,4	1,8	0,8	0,3	5,1
Santa Catarina	19,6	15,7	25,0	15,7	15,7	1,1	0,9	2,2	3,4	0,1	0,4	0,0	0,2
R. G. do Sul	20,9	7,1	22,9	3,6	16,6	13,4	6,1	0,4	5,9	2,0	0,2	0,4	0,5
SUL	18,5	12,6	21,9	7,1	12,6	9,3	4,0	1,5	8,1	1,5	0,5	0,3	2,1
M. G. do Sul	27,6	4,3	29,4	2,5	0,3	17,1	6,9	8,1	1,8	0,1	0,3	0,0	1,6
Mato Grosso	12,5	10,9	10,7	13,5	8,2	2,5	4,3	6,2	26,8	1,3	0,6	0,8	1,7
Goias	10,8	20,1	25,4	8,7	14,4	1,0	3,6	7,4	2,6	3,2	0,1	0,0	2,7
C. OESTE	14,9	14,3	22,4	8,6	9,7	4,8	4,5	7,2	8,8	2,0	0,3	0,2	2,3
BRASIL	17,2	16,5	15,0	11,8	6,4	5,8	5,5	5,3	5,2	4,7	1,4	0,9	4,3

Quadro 2: Evolução do percentual da votação para prefeituras. Total por partido e estado. Eleições de 1996, 2000 e 2004

ESTADOS	PSDB			PMDB			PFL			PP			PT			PDT		
	1996	2000	2004	1996	2000	2004	1996	2000	2004	1996	2000	2004	1996	2000	2004	1996	2000	2004
Rondônia	13	7	19	22	18	16	7	16	5	6	6	1	10	10	16	23	17	4
Acre	2	7	4	40	33	6	14	9	2	10	8	6	29	33	39	0	0	1
Amazonas	2	6	5	18	8	3	9	11	30	32	1	3	1	1	2	6	1	1
Roraima	31	33	10	6	6	4	3	11	4	10	16	16			3	1		2
Pará	16	26	20	22	17	21	6	6	3	8	5	3	17	18	18	11	5	3
Amapá	19	8	2	4	6	0	30	10		0	5	4	4	2	34	18	2	21
Tocantins	11	9	13	33	22	13	16	37	17	30	15	5	3	2	22	2	1	0
NORTE	12	16	14	22	16	14	9	12	10	15	6	3	11	12	16	10	5	3
Maranhão	10	11	9	18	17	14	17	25	19	12	3	6	2	3	5	14	14	14
Piauí	20	29	20	22	16	20	23	23	17	15	8	6	5	10	6	4	2	5
Ceará	32	26	30	26	15	12	5	13	10	7	6	5	2	2	10	7	1	3
R. G. do Norte	13	7	9	23	28	16	20	21	15	10	10	4	7	7	4	3	3	3
Paraíba	7	7	24	40	44	19	18	17	11	7	8	4	4	5	4	13	8	5
Pernambuco	10	10	9	11	16	21	25	28	15	7	3	2	5	9	17	7	6	3
Alagoas	14	19	10	14	13	20	11	10	2	4	3	6	7	6	2	2	6	13
Sergipe	16	23	7	19	12	9	21	14	17	6	4	4	8	15	23	6	8	2
Bahia	8	6	4	11	7	6	32	33	30	7	7	10	7	12	14	2	2	9
NORDESTE	14	13	13	19	16	14	21	24	18	8	6	6	5	8	11	6	5	6
Minas Gerais	21	15	14	21	24	14	15	16	10	7	7	6	10	9	22	5	2	4
Espírito Santo	26	24	11	22	15	10	5	9	3	4	3	8	5	4	11	14	12	17
Rio de Janeiro	26	16	3	5	8	25	21	16	26	7	4	3	12	12	11	16	23	6
São Paulo	22	20	32	10	8	7	8	9	6	22	8	4	16	25	25	6	3	4
SUDESTE	23	18	21	12	12	12	12	12	11	14	7	5	13	17	21	8	7	5
Paraná	21	18	17	15	15	19	10	21	6	10	9	6	5	13	15	27	6	10
Santa Catarina	5	5	16	33	30	25	16	18	16	27	21	16	11	17	20	7	4	1
R. G. do Sul	5	7	7	23	23	23	2	4	4	21	20	17	20	23	21	19	16	13
SUL	11	11	13	22	21	22	8	13	7	18	16	13	13	18	18	19	10	9
M. G. do Sul	14	19	4	33	37	29	7	7	2	10	0	0	14	19	28	4	8	17
Mato Grosso	17	39	11	15	16	11	23	17	14	9	2	8	2	8	13	15	1	2
Goiás	19	21	20	34	21	25	6	12	9	12	11	14	8	10	11	0	1	1
C. OESTE	17	25	14	29	23	22	11	12	9	11	6	10	8	11	15	5	3	5
BRASIL	18	16	17	17	16	15	14	15	12	13	8	6	11	14	17	9	7	6

Continuação quadro 2

ESTADOS	PTB*		PSB		PL**		PPS		PV		PCdoB		OUTROS								
	1996	2000	2004*	1996	2000	2004	1996	2000	2004	1996	2000	2004	1996	2000	2004						
Rorondônia	8	9	15	2	10	9	1	1	4	2	2	1	1	0	0	5	3	8			
Acre	0	3	9	1		2		3	23				1	2	2	5	2	3			
Amazonas	7	6	2	16	10	17	2	34	5	0	19	13	0		6	0	1	8	3	4	
Roraima	41	23	1	1		5	3	0	9		3	38			1			0	4	8	8
Pará	6	7	19	4	2	2	3	2	5	1	2	2	0	0	0			6	11	3	
Amapá	6	22	1	5	32	21	10	6	9	0	2	0		0	0			4	6	7	
Tocantins	3	3	6		0	1	2	3	17	0	7	3	0					1	1	3	
NORTE	7	7	12	5	5	6	2	8	6	1	6	6	0	0	2	0	0	2	5	7	4
Maranhão	7	8	6	1	2	5	2	1	4	0	1	1	0	0	8	0		0	17	15	9
Piauí	6	5	9	1	1	1	2	2	3	2	5	6			0	0	0	2	0	0	4
Ceará	1	2	2	2	1	1	1	0	5	2	13	12	0	1	1	5	8	6	10	11	5
R.G. do Norte	1	1	7	8	15	26	10	5	5		2	3			0	0		0	4	1	6
Parabá	1	6	11	3	1	13	3	2	5	1	1	2	0	0	1	0		0	3	3	2
Pernambuco	2	1	9	26	11	6	1	0	1	3	8	7	1	0	0	0	2	4	3	7	5
Alagoas	7	3	11	14	20	20	3	2	5	0	8	5	0	2	1	0	0	0	22	8	6
Sergipe	2	1	11	5	9	4	3	1	4	5	11	12	1	0	0			0	8	1	7
Bahia	13	12	2	2	1	3	11	11	10	0	1	1	0	0	0	0	0	0	6	7	11
NORDESTE	6	6	6	7	5	7	5	4	5	1	5	5	0	0	1	1	2	2	7	7	7
Minas Gerais	6	7	7	6	8	5	3	4	9	1	2	4	0	0	0	0	0	0	4	5	5

Continuação quadro 2

Espírito Santo	6	13	7	7	7	7	7	7	7	2	1	1	6	2	4	12	0	1	0	0	0	8	6	8	
Rio de Janeiro	1	11	3	3	4	3	2	1	12	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	0	3	5	2	3	
São Paulo	7	7	4	2	6	5	2	3	3	1	6	4	1	2	3	0	0	0	0	0	0	4	3	3	
SUDESTE	5	8	5	3	6	5	2	3	6	1	4	4	1	1	2	0	0	1	2	0	0	1	5	4	4
Paraná	10	9	3	0	1	2	1	1	2	0	4	13	0	0	1	0	0	0	1	0	0	2	3	5	
Santa Catarina	1	1	1	0	0	0	0	0	2	2	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
R. G. do Sul	7	5	6	1	1	2	1	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	
SUL	7	6	4	0	1	1	1	0	2	0	2	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	
M. G. do Sul	13	2	7	0	2	0	3	1	8	3	2	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	
Mato Grosso	11	5	4	0	1	1	0	1	6	0	10	27	0	1	1	1	1	1	1	1	8	1	2	2	
Goiás	3	9	4	0	0	3	6	4	7	0	4	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11	7	3	
C. OESTE	7	6	4	0	1	2	4	2	7	0	5	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	4	2	
BRASIL	6	7	6	4	5	5	3	3	5	1	4	5	0	1	1	0	0	1	1	0	0	1	5	4	4

* fundiu-se com o PSD

** fundiu-se com o PGT e o PST

Fogo e fumaça: a fabricação de um plebiscito nas eleições municipais de 2004 em Salvador e sua duvidosa consumação¹

Paulo Fábio Dantas Neto

Em busca de uma interpretação sobre o significado da vitória do deputado estadual pedetista João Henrique Carneiro na eleição para o cargo de prefeito de Salvador, em 2004, abordarei, seqüencialmente, os seguintes pontos: a) a estratégia político-administrativa do prefeito carlista Antonio Imbassahy, seu antecessor; b) as dificuldades do grupo carlista para conservar, nos últimos anos, a longa supremacia que exerce na política baiana; c) o perfil do prefeito eleito e sua agenda política anterior à candidatura; d) o lugar que a eleição municipal de 2004, em Salvador, ocupou nas estratégias de diferentes grupos de oposição ao carlismo e os discursos eleitorais resultantes; e) a linha adotada pela campanha eleitoral vitoriosa no segundo turno; f) o sentido dos movimentos políticos em curso no início da nova gestão. g) cenários alternativos da política baiana, influenciáveis pela nova situação na Capital.

Da análise desses pontos, resultará a seguinte reflexão: embora a vitória de João Henrique tenha provocado expectativas de avanço da oposição ao

¹ Versão preliminar deste texto foi apresentada ao V Simpósio do Programa Observatório Social do Nordeste (Observatordeste), da Fundação Joaquim Nabuco e da Fundação Konrad Adenauer, realizado em Fortaleza, nos dias 1 e 2 de dezembro de 2004, sob o tema "Nordeste, 2004: o voto nas capitais".

carlismo na Bahia, as chances de realização dessas expectativas envolvem o desatamento de complicados nós políticos e uma forte dose de incerteza quanto às possibilidades do novo prefeito, lidando com os referidos nós, ter êxito na gestão de uma cidade complexa e de um poder municipal historicamente refém de duas precariedades, que se relacionam: a da sua estrutura tributária e a da sua autoridade política institucional.

O adjetivo Imbassahy: duas gestões substantivamente carlistas

Duas foram as imagens produzidas sobre o ex-prefeito de Salvador, Antonio Imbassahy, ao longo dos dois mandatos que exerceu. Durante o primeiro mandato (1997-2000), no rescaldo da campanha eleitoral de 1996, ele foi um comissário administrativo do carlismo, gerente expedido a quem cumpria a missão de servir-se dos apoios dos governos federal e estadual para recuperar a cidade da devastação que lhe teria sido impingida pelos “inimigos da Bahia” (leia-se, no caso, a sua antecessora, Lídica da Mata e o campo político de esquerda em que se insere), que haviam tomado o caminho da afirmação da autonomia política do governo da Capital, opção julgada politicamente insensata, por motivos conjunturais, conforme o discurso dos vencedores e que não encontrava, de fato, respaldo na trajetória de um poder municipal historicamente dependente do erário e da força política do poder estadual.

Nunca é demais lembrar que o apelo principal daquela campanha foi o convencimento dos cidadãos de Salvador de que obras públicas, serviços razoáveis e a própria solvência da Prefeitura dependiam da eleição de um prefeito carlista. E assim foi. A gestão Imbassahy beneficiou-se da tutela financeira do Estado e da forte influência do grupo carlista sobre o governo FHC, mas não se fez algo de estruturalmente relevante para curar enfermidades crônicas do erário municipal. Passados oito anos, fica no ar a pergunta que, decerto, está a inquietar a consciência do prefeito eleito em 2004: conseguirá o poder municipal respirar sem esses “aparelhos”?

Já no seu segundo mandato (2001-2004) - exercido em meio a sérias dificuldades políticas enfrentadas pelo carlismo desde a eclosão da crise da violação do painel eletrônico do Senado, em 2001 - o prefeito Imbassahy passou a ser mostrado como uma espécie de “pós-carlista”, figurino ao qual

importantes quadros do grupo dominante na política baiana passaram a tentar se adaptar, na busca de preservar (com ajuda de uma parte da oposição que alimenta uma incompatibilidade fulanística com ACM) a sua imagem pública do desgaste que ocorre com a do referido Senador.

No caso do Prefeito, o mote do enquadramento em tal figurino não poderia ser sua *performance* administrativa (desde sempre um patrimônio do carisma carlista), mas tentou-se que o fossem seus modos “civilizados” no tratamento com aliados e adversários, uma espécie de contraposição estilística ao mandonismo do velho chefe.

Não há, porém, diferença substantiva entre a política do senador ACM, do governador Paulo Souto ou do ex-prefeito Imbassahy. As diferenças são de estilo pessoal. As políticas, as prioridades de governo não diferem. As ligações sociais são as mesmas, as mesmas também são as bases políticas, grupos sociais e empresariais que lhes dão suporte, o modo de buscar o apoio popular etc... E precisamente por inexistir projeto político ou social alternativo, da parte dos *carlistas pós-carlistas*, não foi possível ao prefeito Imbassahy – não obstante os altos índices de aprovação da sua gestão nas pesquisas de opinião - distinguir-se do seu grupo, aos olhos do eleitorado, na escolha do seu sucessor, até porque se viu na contingência de apoiar explicitamente a candidatura do senador César Borges, solução ortodoxa que se impôs no PFL baiano e com a qual marchou para a derrocada eleitoral.

Namoros aparentemente atrevidos entre o então prefeito e a pré-candidatura João Henrique (antes da campanha começar pra valer, o candidato pedetista admitia conversar com Imbassahy, que teve três do vereadores ligados a si abrigados no PDT) não passaram da sala de visitas.

As reais dimensões da derrota carlista em Salvador

Amnésia política é mal contagiante. Graças a ela, a vitória de João Henrique foi, aqui e ali, celebrada como “início” da “derrocada” do carlismo na Bahia. Em artigo recente², argumentei que essa vitória, embora relevante, nem é início de nada (porque o poderio - eleitoral e político - do grupo hegemônico na política baiana vem se erodindo desde o início da atual década) e não necessariamente sinaliza o caso do grupo carlista,

² DANTAS NETO, Paulo Fábio. A política ganhou. Vai levar? – Jornal A Tarde, 27.10.04

ou da sua política, sendo mais um sinal, entre outros, de que esse grupo, não conhecendo, ao longo dos anos 1990, adversários que ameaçassem seu poder, agora os tem e está sendo obrigado a se reciclar, para atuar em cenário político competitivo.

Bem assim, procurei argumentar em outro lugar³, desde o final dos anos 1990 a Bahia vem ingressando, aos poucos, no que chamei de pós-carlismo. O ritmo lento da erosão do poderio do grupo antes claramente dominante serve de argumento aos que se mantêm céticos sobre as possibilidades de pleno florescimento de instituições poliárquicas na Bahia, mas basta para desmentir interpretações da política baiana como mera reiteração da tradição.

O caráter incremental das mudanças no comportamento eleitoral dos baianos e o correspondente movimento de adaptação que se opera no interior do grupo carlista indicam, de um lado, que o carlismo tem raízes sociais mais profundas do que supõe a razão dos críticos que lhe ressaltam a gênese ditatorial ou lhe atribuem um compromisso oligárquico e, de outro lado, mostra que, mesmo em presença de tal enraizamento, o gradual reconhecimento e valorização, no seio da sociedade civil, da pluralidade e legitimidade dos conflitos de interesses desenha, na Bahia, uma sociedade política mais competitiva e afinada ao andamento da política nacional.

Problemas políticos concretos, suscitados por esse conjunto de mudanças, são a insuficiente articulação política e a baixa capilaridade social do chamado campo anticarlista. Décadas de maniqueísmo tornaram esse território politicamente árido, em termos de discursos e *práxis* que reflitam requerimentos concretos do mundo social e não apenas escaramuças e idiossincrasias próprias da sociedade política. Com isso, é improvável que a estrutura do contencioso político baiano passe diretamente da *situação dominante* que até ontem pulverizava a oposição para um pluralismo político capaz de captar e representar nuances empiricamente presentes na moderna sociabilidade baiana. O maniqueísmo ainda fará escola, por algum tempo, mesmo que as condições objetivas já não o recomendem; porém, nas atuais circunstâncias, ele já assume a feição de uma bipolaridade um pouco menos fulanizada, traduzida num embate político entre o carlismo e o PT.

3 DANTAS NETO, Paulo Fábio. Carlismo e oposição na Bahia pós-carlista <http://apicucos.fundaj.gov.br/observanordeste/obed003j.html>, 2002.

As conclusões apressadas sobre a vitória de João Henrique decorrem, também, em grande parte, do equívoco de pensar o declínio da liderança pessoal do senador ACM como sinônimo de declínio da política carlista. A pressa, aliada da amnésia, já referida, impede considerar, como se deve, que nem sempre as tendências do eleitorado de Salvador são seguidas pelos restantes mais de 80% do eleitorado baiano. A capital foi anticarlista dos anos 1970 até meados da década passada e só foi conquistada pelo grupo de ACM em 1996, já no auge da sua expansão hegemônica. Portanto, as duas vitórias de Imbassahy foram “mais inéditas” do que a de João Henrique.

Uma análise, mesmo sumária, do quadro que emergiu das eleições de 2004 nos dez municípios de maior eleitorado na Bahia (veja quadro 1 na pág. 29) ajuda a entender que o fenômeno de Salvador não pode sequer ser generalizado para este universo, sem falar do resto do Estado, onde a erosão do carlismo é ainda mais lenta.

Em termos de votos para prefeito, a influência dos números de Salvador é decisiva para que a soma dos votos das oposições se aproxime dos dois terços dos votos válidos no conjunto desses 10 municípios; mas, se retiramos do universo a Capital, veremos que o quadro é de relativo equilíbrio de forças nos nove municípios restantes, com a votação dos candidatos carlistas superando a marca dos 50% e a dos petistas ultrapassando um terço, o que confere a esses dois campos políticos 90% dos votos válidos nos maiores municípios baianos. Se a análise se deslocar para as prefeituras conquistadas por campo político, *de per se*, Salvador também destoa do conjunto, porque foi a única, dentre as dez, conquistada pela banda não petista da oposição. Das restantes, 5 são petistas (2 conservadas e 3 tomadas ao carlismo) e 4 carlistas (2 conservadas e outras duas arrebatadas ao PT).

O quadro é de claro equilíbrio bipolar, revelando avanço da oposição, pois 6 dessas 10 prefeituras, inclusive Salvador, estavam em mãos dos carlistas. Por outro lado, esta bipolaridade, ao menos nos maiores municípios, não é fenômeno novo, mas o aprofundamento, nos pleitos municipais, de uma tendência já configurada no plano estadual desde que começou a se dissolver a situação dominante do carlismo, vigente em meados da década passada. Para ilustrar o que afirmo, reproduzo, no quadro a seguir, dados que já analisei em outro trabalho⁴

4 DANTAS NETO, Paulo Fábio. Carlismo e oposição na Bahia pós-carlista. (op.cit.)

Quadro 1: Resultado das eleições de 2004 nos 10 municípios de maior eleitorado na Bahia

	VÁLIDOS	CARLISMO /ALIADOS	PT/	PDT	PMDB/ PSDB	PSB	PPS	OUT
SALVADOR	1.205.372	264.355	261.198	526.890	-	124.856	-	28.073
ESANTANA	248.459	170.162	30.576	-	-	-	47.721	-
V.CONQUIST	128.086	56.732	70.759	-	-	-	-	595
ITABUNA	105.816	49.689	46.870	-	-	7.516	-	1.741
JUAZEIRO	83.912	46.726	37.186	-	-	-	-	-
CAMAÇARI	82.237	35.973	45.097	-	918	-	-	249
JEQUIÉ	71.453	37.186	15.432	-	18.835	-	-	-
ALAGOINHAS	64.399	23.250	38.232	253	737	-	-	2.664
L. FREITAS	58.746	22.854	26.489	-	-	-	-	9.403
ILHÉUS	51.085	27.634	22.472	-	399	-	-	580
TOTAL	2.099.565	734.561	594.311	527.143	20.889	132.372	47.421	43.305
TOTAL (-SSA)	894.193	470.206	333.113	253	20.889	7.516	47.421	15.232

Quadro 2: Bahia: eleitorado e percentuais de abstenção, votantes, votos em branco, nulos, em candidatos e por bloco político, nas eleições para governador, de 1990 a 2002

	1990		1994		1998		2002	
ELEITORADO	6 019 317		7 031 624		7 932 156		8 568 602	
ABSTENÇÃO	21,4		26,7		31,8		25,3	
VOTANTES	78,6		73,3		68,2		74,7	
EM BRANCO	31,6 (% dos votantes)		27,0 (%votantes)		26,3(%votantes)		4,9 (%votantes)	
NULOS	9,4 (%votantes)		9,7 (%votantes)		9,7 (%votantes)		11,6(%votantes)	
VOTOS EM CANDIDATOS	68,4 (%dos votantes)		63,6 (%dos votantes)		64,0 (%dos votantes)		83,5 (% dos votantes)	
CARLISMO	% s/ válidos	50,7	% s/ válidos	49,3	% s/ válidos	69,9	% s/ válidos	53,7
	% s/ eleitor.	27,3	% s/ eleitor.	23,0	% s/ eleitor.	30,5	% s/ eleitor.	33,5
OPOSIÇÃO (Centro)	32,1+3,5 = 35,6	19,1	25,3+8,3 = 33,6	15,7	12,8	5,6	4,2	2,6
OPOSIÇÃO (Esquerda)	9,5 + 3,5 = 13,0	7,0	14,1	6,6	15,2	6,6	41,0	25,6
OUTROS CANDIDATOS	0,7	0,4	3,0	1,4	2,1	0,9	1,1	0,7
VOTOS EM CANDIDATOS	100 %	53,8	100 %	46,7	100 %	43,6	100 %	62,4

Como se pode ver, além da forte queda da alienação eleitoral – expressa no crescimento do percentual de votos em candidatos (83% do votantes e 62% do eleitorado, em 2002), fenômeno só em parte debitável, como mostrei no citado trabalho, à difusão do voto eletrônico – duas novidades foram trazidas pelas eleições de 2002: o refluxo do cabedal de votos do carlismo a um patamar aproximado aos de 1990 e 1994, anulando a forte expansão verificada em 1998, auge da supremacia do grupo; e a nítida concentração dos votos de oposição, antes dispersos entre dois subcampos políticos, no subcampo da “esquerda”, liderado pelo PT, ao passo em que minguava o outro, do “centro”, onde se situavam o PMDB, o PSDB e o PDT, do hoje prefeito João Henrique.

Dáí se pode concluir que o crescimento petista se deu tanto ou mais a expensas da alienação eleitoral e da votação de outros grupos de oposição do que propriamente às custas da retração eleitoral do carlismo. Outra conclusão possível – se forem considerados também os dados, já expostos, das eleições municipais de 2004 nos 10 maiores municípios baianos – é a de que o crescimento do campo petista na Bahia transcende aquela “onda Lula”, alegada, muitas vezes de modo simplório, para explicar sinais de mudança política num estado “folclorizado” como reduto coronelístico de ACM.

Mesmo esclarecido seu caráter excepcional – em face do ocorrido no restante dos maiores municípios baianos – a eleição de João Henrique à Prefeitura de Salvador (assim como poderia ser alegado o aumento de prefeituras conquistadas pelo PSDB em pequenos municípios) interpela a hipótese de uma tendência à bipolaridade carlismo-PT na política baiana, conquanto se considere uma virtual influência a ser exercida, até 2006, pela Prefeitura soteropolitana, sobre a política estadual. A questão das pequenas prefeituras está fora do foco deste trabalho, mas a suposição sobre um novo papel da Capital pede análise mais cuidadosa de contingências da política de Salvador, a qual deve começar pelo exame do perfil político do prefeito eleito.

O prefeito eleito: a agenda histórica e a agenda eleitoral

Filho do ex-governador João Durval, político de passado udenocarlista, hoje incompatibilizado com o senador ACM, o deputado estadual João Henrique destacou-se, ao longo dos 16 anos de sua carreira política, por uma militância solitária, mas eficaz, na defesa de causas que genericamente podem ser associadas a interesses dos “consumidores” e dos “contribuintes”.

Ressalvada a ausência, neste trabalho, de uma pesquisa sistemática sobre a vida parlamentar de João Henrique, se forem consideradas as dimensões básicas da atividade política parlamentar explicitadas num estudo sobre o exercício da representação política no Brasil⁵, a saber, a legislativa e a de representar as “bases”, a do ex-deputado, hoje prefeito, parece ter se concentrado mais na segunda. Em que pese à ênfase temática dos seus mandatos, já mencionada, suscitar iniciativas legislativas, permitiu-lhe, principalmente, um constante trabalho “de base” que não se enquadra, contudo, nas modalidades da representação classista ou territorial, nem como caso de patronagem, sendo, antes, exemplo do que se pode chamar de militância parlamentar em torno de direitos difusos. Neste sentido, foi uma manifestação de um modo contemporâneo e essencialmente pragmático de exercício de mandato parlamentar.

De fato, se de um lado a atuação política do deputado João Henrique não pode ser reduzida à imagem de um “despachante” de pleitos individuais, alcançava, por outro lado, eficácia equivalente, seja no encaminhamento de reclamações de consumidores e contribuintes junto a autoridades, seja no acionamento de instâncias do Poder Judiciário ou do Ministério Público, mas tudo sempre calçado em causas de repercussão coletiva, o que lhe assegurava a condição de político capturador de um voto “de opinião”.

Especialmente simpática a ambientes conservadores das camadas médias de Salvador – nos quais a cultura antitributarista é forte - esta *performance* lhe rendeu, após o exercício de um mandato de vereador na Capital, projeção ao plano parlamentar estadual e seguidas reeleições à Assembléia Legislativa.

Sem ser confundido com um praticante de clientelismo, o referido deputado desincumbiu-se, com êxito, de rituais altamente competitivos do regime democrático, ilustrando a imagem schumpeteriana que equipara a racionalidade do ator político na democracia à de um cavaleiro que busca se manter preso à sela, sobre um cavalo em disparada⁶. Deste fato são manifestação eloqüente os 180 000 votos por ele obtidos nas eleições para deputado estadual, em 2002, 140 000 dos quais amealhados em Salvador.

5 BEZERRA, Marcos Otavio. Em nome das bases: política, favor e dependência pessoal. Rio: Relume-Dumará, 1999

6 SCHUMPETER, Joseph. Mais uma teoria da democracia. in: Schumpeter, J. Capitalismo, socialismo e democracia - Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, s.d.

Para, um salto ao pleito majoritário da capital, contudo – que já fora tentado, sem êxito, em 2000 – João Henrique parecia ressentir-se de duas lacunas: a falta de um grupo político consistente e articulado e de um programa administrativo conciliável, numa prefeitura estruturalmente deficitária, com sua militância antitributarista.

Como se verá, a lógica do discurso eleitoral de 2004 pôs o segundo problema debaixo do tapete, enquanto - em consonância com articulações políticas entabuladas no campo anticarlista - encaminhava, pela via da antecipação de um plebiscito contra ACM, a solução para o primeiro, pois, graças a essa antecipação, os votos de toda a oposição caíram em seu colo, por gravidade, mediante custo político quase nulo, não obstante a invertebração política do seu esquema eleitoral.

As estratégias das oposições e a fabricação de um plebiscito

Deu-se como certa, durante a campanha do primeiro turno, a idéia de que a soma dos votos de João Henrique (PDT), Nelson Pellegrino (PT), Lídice da Mata (PSB) e Benito Gama (PTB) representaria a vitória de uma só oposição, quando isto era, no mínimo, duvidoso, quanto ao presente, além de contradizer, como já visto, o passado bem recente. Como o ponto de intersecção da política dos grupos de oposição é a rejeição à pessoa do senador ACM, este suposto campo político não podia construir sua “unidade” numa crítica comum à política carlista praticada, entre outras arenas, na Prefeitura da Capital.

Fabricou-se, então, já no 1º turno, um clima de plebiscito quando, na verdade, não se pode dividir as forças de modo simples, entre situação e oposição, já que entre as 4 candidaturas habitualmente consideradas no segundo campo⁷ havia diferenças não desprezíveis quanto a alianças nacionais, estratégias na política estadual e avaliação da gestão municipal.

No plano nacional, a coligação que apoiava João Henrique (PDT-PSDB) era francamente oposicionista, ainda que isso não tenha sido enfatizado na campanha. Já o candidato do PT era a própria encarnação do governo federal, ao ponto de reproduzir o discurso com que Imbassahy o

7 Houve ainda, outras candidaturas menos expressivas que ensaiaram discursos críticos, mas cujos partidos carecem de atributos capazes de enquadrá-las na oposição. E houve, também, as candidaturas do PSTU e do PCO que, por opção ideológica, colocaram-se fora do campo convencional das chamadas oposições.

derrotara em 1996, isto é, convencer o eleitorado de que a governabilidade do Município dependeria do seu alinhamento político a governos de instâncias federativas mais amplas: ontem o Estado, comandado pelo PFL, hoje, a União, sob Lula. Quanto a Lídice, a coligação que a apoiava (PSB-PMDB-PPS-PCB) reunia partidos com diferentes atitudes face à política nacional e ao governo federal.

No plano da política estadual, as estratégias dos esquemas políticos ligados às candidaturas oposicionistas são variadas e podem ser agrupadas, ao menos, em três vertentes. Enquanto o PT e seus aliados (PC do B-PV) apostam claramente na bipolaridade e na perspectiva de uma candidatura petista ao governo do Estado em 2006, partidos como o PSB, o PPS (apoiadores da candidatura Lídice) e o PDT, partido de João Henrique, têm adotado como política, ao longo do tempo, a busca de uma “terceira via”. Já outros, como o PMDB, o PSDB e o PTB demonstram preferência por uma estratégia de “dividir” o carlismo, combatendo radicalmente a figura de ACM, mas mantendo relações amistosas (quando não confluentes) com o *carlismo pós-carlista* de Imbassahy, do deputado Aleluia e do governador Paulo Souto, embora o PMDB, em sua aliança com Lídice da Mata, tenha ensaiado, nas eleições de 2004, uma inclinação para aderir à estratégia da terceira via.

No que dizia respeito, especificamente, à avaliação da gestão do prefeito Imbassahy, também não se percebia um discurso articulado das oposições. Nesse plano, a contundência oposicionista maior partia, compreensivelmente, da candidatura de Lídice da Mata, ex-prefeita que foi alvo de críticas durante as duas gestões carlistas; mas no discurso da candidatura João Henrique não se notava oposição e, além da objetiva presença na campanha de vereadores ligados a Imbassahy, a omissão predominava no conceito de que ia mudar “o que estiver errado” e conservar “o que estiver certo”, truísmo não amenizado pela mais vaga menção substantiva ao que era considerado certo e errado. E mesmo na candidatura petista era possível perceber o cuidado de não confrontar uma gestão que vinha sendo bem avaliada nas pesquisas, o que resultava não apenas no reconhecimento de virtudes administrativas como na pouca explicitação de críticas ao estilo político vertical do prefeito carlista.

O resultado do pleito de 3 de outubro em Salvador deixou a esquerda fora do segundo turno, disputado entre João Henrique e o candidato

carlista César Borges. Conforme procurei mostrar em outro lugar, atribuir este fato à divisão da esquerda entre as candidaturas de Pelegrino e Lídice (além das do PSTU e PCO) é explicação simplória, pois a aritmética não comanda a política. A candidatura Lídice da Mata tornou-se receptáculo de votos a um só tempo anticarlistas e críticos do governo Lula. A ex-prefeita, além de um histórico de relações políticas conturbadas com o PT, obteve, no primeiro turno, o apoio do PMDB e o engajamento do seu presidente regional, deputado Geddel Vieira Lima, proeminente quadro da ala do PMDB que se opõe ao governo federal. Qual seria o destino dos votos de Lídice, caso ela houvesse retirado a candidatura para apoiar Pelegrino, como queriam os petistas? Para onde iria o tempo de propaganda política do PMDB na TV? É razoável supor que o destino desses apoios e votos seria João Henrique que, se já obteve 44 % dos votos, sem a candidatura de Lídice, poderia até ganhar no primeiro turno.

Ao menos através das falas de seus líderes, o PT, mesmo derrotado, evitou atirar pedras na vizinhança antes de examinar sua própria conduta nesse processo, no qual a candidatura Pelegrino, virtual favorita até meados de 2003, resultou desestabilizada. O exame, se feito, precisará recuar até a atuação de Pelegrino na liderança do governo Lula na Câmara, bem como ao papel então cumprido pelo “fogo amigo”, aceso pela esquerda do seu partido; precisará deter-se na estratégia adotada nos entendimentos pré-eleitorais (quando a candidatura Lídice foi subestimada e submetida a uma tentativa de isolamento, por meio da busca de cooptação de outras legendas de esquerda) e, finalmente, examinar a campanha, em si, incluindo os motivos do discurso do candidato ter ficado dependente, em excesso, da imagem de delegado de Lula, reduzindo o seu raio de ampliação política e as razões do engajamento do conjunto do PT local ter sido (jantares entre Lula e ACM à parte) tardio.

O principal fator explicativo, porém, da derrota da esquerda foi esta ter aceito a armadilha da antecipação, para o primeiro turno, de um plebiscito contra o carlismo, estratégia eleitoral dos setores de oposição mais ao centro, que praticam o anticarlismo “fulanizado”. Assim, João Henrique beneficiou-se da não-utilização do primeiro turno, por candidaturas eleitoralmente relevantes, como momento de mostrar as diferenças entre as correntes de oposição.

O argumento de que explicitar diferenças prejudicaria partidos da esquerda não se sustenta seirmos o que ocorreu, no primeiro turno, nas oito maiores capitais brasileiras. Em nenhuma delas a esquerda eleitoralmente mais relevante apresentou-se em bloco único e, no entanto, só em Salvador e Rio de Janeiro saiu derrotada no primeiro turno. Nas outras cidades apresentou mais de uma candidatura e venceu no primeiro turno (Belo Horizonte e Recife) ou foi ao segundo (Fortaleza, Curitiba, São Paulo e Porto Alegre, nesta numa disputa entre dois candidatos de partidos de esquerda). Então, para explicar a derrota antecipada em Salvador, há que se buscar outra razão e a que mais convence é a de que a massificação do conceito anacrônico de que “tanto faz, contanto que ACM perca”, levou muitos eleitores a optarem pelo caminho que parecia mais curto: votar no líder das pesquisas. O problema é que na dura realidade cotidiana da política que se trava além do período eleitoral, os virtuais atalhos muitas vezes se revelam tortuosos labirintos.

A vitória no segundo turno: o voto político num candidato “apolítico”

Os “marqueteiros” dos candidatos que disputaram o segundo turno encarregaram-se de traduzir a vitória de João Henrique como a vitória da emoção sobre a razão. Confrontado o resultado eleitoral com os apelos usados e abusados nos *clips* e nos textos publicitários, Salvador teria, afinal, preferido, em vez de “pensar bem” (*slogan* de César Borges), votar como “um só coração” (*slogan* do vencedor).

A derrota do carlismo, porém, revela que o eleitorado soteropolitano, fazendo pouco do pragmatismo dos atores políticos, priorizou o argumento da política frente à razão administrativa. Além da liderança pessoal do senador ACM, foi fragorosamente derrotada a estratégia de setores “pós-carlistas” do carlismo, especialmente o então prefeito e sua tentativa de separar a imagem desgastada do carlismo político daquela, bem “avaliada”, do carlismo administrativo. O tufão eleitoral recusou distingui-las e derrotou-as em conjunto, não dando ao Prefeito e aliados qualquer chance de experimentar um virtual “plano B”. Agindo politicamente, o voto popular não diluiu o substantivo nos adjetivos e o “pau cantou”, em Chico e em Francisco.

O paradoxal (e preocupante) é que o candidato vencedor parecia, na campanha, não ter consciência deste fato e, conseqüentemente, da missão que este mesmo fato lhe impunha. Atravessou os últimos debates televisivos atribuindo prioridade a temas “administrativos”, chegando a considerar impertinentes tentativas do adversário de abordar temas políticos.

Com isso elevou o patamar de promessas, urdindo para si mesmo uma armadilha, uma vez que aspirações como a de transformar Salvador na “cidade do trabalho”, acabar com as filas nos postos de saúde ou universalizar o acesso à pré-escola parecem estar situadas, hoje, além dos limites financeiros e das possibilidades institucionais da Prefeitura que irá comandar, mesmo que ele conte com a sempre invocada ajuda de Deus.

Embarcar na onda de subestimação da política é lidar com um bumerangue, porque o êxito da gestão do novo prefeito dependerá, em grande medida, da sua capacidade de consolidar a aliança que se formou, quase compulsoriamente, ao seu redor.

Um ensaio da gestão: tendências e contra-tendências

O fato de o eleitorado de Salvador ter votado numa solução política de oposição para a Prefeitura não significa que esteja disposto a arcar com o ônus - para alguns imperativo - de rebaixar o padrão de administração de espaços simbólicos significativos da cidade em nome de uma inversão de prioridades dirigida ao “social”. O *slogan* adotado pela nova administração – *Prefeitura de participação popular* – não só terá que provar que pode se converter em prática, mas também que pode ser praticado sem revogar o padrão Imbassahy de gestão. Este perdeu a eleição, mas não há sinal de que seu discurso administrativo tenha deixado de ser hegemônico, até porque, como já expresso, não foi submetido, na campanha, a uma crítica política.

Eximiu-se, por exemplo, o conjunto das forças políticas disputantes, de mostrar que o dito padrão foi alcançado, basicamente, com a utilização de recursos externos ao Poder Municipal e que este padece de uma crônica insuficiência em sua base tributária vis-à-vis a demanda urbana por obras e serviços essenciais. E isso tanto por motivos econômicos - ligados à escassez de atividades produtivas em seu espaço urbano, em contradição com um incessante adensamento da ocupação desse espaço - como por motivos

políticas, aí se incluindo tanto a histórica dependência institucional em relação ao Estado, como aspectos de “cultura política” que rebaixam politicamente a figura do prefeito, reduzindo-a quase à de zelador da cidade. A campanha eleitoral passou ao largo de reflexões sobre esses constrangimentos reais, ou os tratou de modo ligeiro, disso resultando um potencial previsível de futuras colisões entre os planos e a realidade.

Ao longo dos últimos oito anos, a opinião pública soteropolitana foi ganha para uma concepção utilitarista da sociabilidade urbana, legitimando-se, em detrimento da *polis*, o uso econômico pragmático dos espaços da cidade. Em troca de uma manutenção eficiente – se comparada ao padrão das gestões anteriores – de equipamentos e serviços urbanos e de acenos freqüentes à geração de empregos por obra de um mercado livre de amarras, a cidade passou a ver como natural e “racional” o tratamento raso e pouco aberto ao contraditório, por parte do poder público, de questões que lhe são culturalmente caras, como a sua miséria social, a configuração racial e o seu patrimônio histórico, paisagístico e arquitetônico. O nível de arrendamento da cidade ao capital privado tem sido menos o resultado de decisões equilibradas entre o reconhecimento realista das forças do mercado e a capacidade de intervenção de um poder político republicano e mais um procedimento naturalizado, refratário ao conflito e obediente a forças pretensamente cegas.

O segredo de polichinelo da nova administração, se pretender cumprir os enfáticos acenos feitos ao “social”, será como obter recursos para tal sem retirá-los dos empreendimentos e interesses que foram carros-chefe das gestões do seu antecessor e sem inaugurar uma política que represente ruptura com o *status quo* tributário que vigora em Salvador, pois isso entraria em desacordo com a agenda política histórica do prefeito e em contradição com grupos de interesse que o apoiaram desde o início, entre os quais o jornal *A Tarde*, tradicional bastião liberal de resistência a reformas tributárias urbanas que aumentem a carga contributiva de quem quer que seja.

Resta, é claro, a esperança de que recursos externos tenham fluxo contínuo e densidade suficiente para permitir que o poder municipal permaneça sobrevivendo sob aparelhos. E esta esperança tem como possibilidades de realização a conquista de tratamento especial por parte do governo Lula e, na ausência deste, a rendição política ao *carlismo pós-carlista*, mais

diretamente, à estratégia eleitoral do governador Paulo Souto em 2006, que passa por uma aliança com o tucanato, na eleição presidencial. Para ambas as situações, não faltarão conselheiros no interior do novo governo municipal, mas é improvável que haja ator político realista defendendo responsabilmente uma terceira via.

Por enquanto, antes da polarização eleitoral, é possível seguir conciliando as duas rotas, sem queimar navios, mas, para que não ocorra uma contradição entre a imagem eleitoral a um só tempo conciliadora e oposicionista do candidato João Henrique e os rumos da gestão do prefeito João Henrique, será preciso mais que o seu desejo de permanecer no campo político plural onde a eleição lhe colocou e que tem, de fato, movido seus primeiros passos.

Além desse desejo, pelo menos duas condições precisarão estar presentes: do lado das forças de esquerda, que ficaram fora do segundo turno, especialmente o PT, a disposição de flexibilizar suas posições nacionais e se envolver de fato, responsabilmente, com a nova administração (mesmo sendo o PDT e o PSDB, partidos de oposição ao governo Lula), sem pressionar o prefeito a alinhamentos e definições antecipadas que possam ameaçar o equilíbrio instável de sua base de sustentação política local. Essa autonomia de atitude em relação aos interesses do governo federal será necessária até para a esquerda ser conseqüente com a opção plebiscitária que fez no primeiro turno. No popular: quem pariu (ou deixou parir) Mateus, balance!

O PT, a princípio, mostrou tal disposição, mas eventualmente ensaiou uma tentativa de cooptação, quando a aproximação pragmática do prefeito com o governo federal e o presidente passaram, em hostes petistas, a ter leitura extra-institucional, como se coubesse ao novo prefeito a missão de atrair o PDT nacional à base governista. Desdobramentos posteriores, com reflexos na formação do secretariado, sugerem que houve reação, em círculos próximos ao prefeito (inclusive familiares), ao que parecia ser, logo após a eleição, uma rota batida de João Henrique rumo ao campo político imantado pelo PT.

A segunda condição aparente para o êxito é a capacidade do prefeito vir a liderar politicamente o seu governo, adiando, ao máximo, uma polarização interna, influenciada pela política nacional. E isto dificilmente será alcançado se a nova gestão não for afirmativa no que diz respeito a uma

pauta política sobre a cidade. O cidadão de Salvador, que votou conforme o contencioso regional/local, precisará saber se elegeu um prefeito que mudará as diretrizes centrais da gestão Imbassahy, conservando aspectos mais contingentes ou se, ao contrário, será um prefeito da continuidade, realizando “inovações” contingenciais.

A composição do secretariado traz, por sua vez, o desenho do governo João Henrique, em termos da relação inter-partidária. Ao PSDB, partido sem pretensões majoritárias estaduais em 2006, coube áreas de grande interface com o empresariado, enquanto o PT recebeu missões centradas no social, tudo seguindo a lógica da simetria com a estrutura administrativa federal.

Foi reservada, na montagem do secretariado, espaçosa fatia para indicações pessoais do prefeito. O PT ficou com 2 secretarias, mesmo número do PSDB e PDT, ficando, ainda, uma com o PC do B e outra com o PSB. As sete restantes foram ocupadas por técnicos, pessoas diretamente ligadas ao prefeito ou a grupos de interesse não vinculados aos partidos políticos; mas para essa aliança se manter e sustentar uma boa gestão será preciso, além de uma equipe com boa capacidade administrativa (problema em si mesmo complexo), muita flexibilidade política do PT, de um lado, e da coligação original da candidatura (PDT/PSDB), de outro, para pactuarem no sentido de nenhum dos lados procurar capturar o prefeito, num contexto crescentemente influenciado pela polarização das eleições nacionais.

Além de se envolver responsabilmente na gestão, o PT local precisará arrancar do governo federal o apoio a ela necessário e ainda convencer o comando político da campanha presidencial de Lula a aceitar o fato de que a camisa estrelada não seja a única a ser vestida pelo prefeito. E os tucanos e outros setores oposicionistas no plano federal, inclusive o partido do prefeito, precisarão admitir, em contrapartida (se não quiserem levá-lo a ter que trocar, com o tempo, o apoio do PT pelo dos carlistas), a hipótese de marcharem com a alternativa petista para o governo do Estado, no segundo ou mesmo no primeiro turno, para isso tendo de convencer o comando nacional tucano a abrir mão de um palanque unificado com o PFL na Bahia.

Deve-se lembrar ainda que a este (legítimo) jogo de interesses políticos poderá se somar a exigência de verticalização de alianças em todo o País,

artifício já usado em 2002 e com o qual se ameaçam as alianças regionais em 2006. É justamente o conjunto desses elementos que dá sentido à pergunta-título de um artigo jornalístico já aqui mencionado: *A política ganhou. Vai levar?*

Da resposta que o governo municipal puder dar a essa pergunta depende a confirmação ou negação daquilo que, na hora da eleição, parecia óbvio, ou seja, que a vitória da oposição no plebiscito contra o senador ACM prenuncia não só a derrocada da sua liderança, mas o fim da supremacia do seu grupo.

Para confirmar essa tese e a vitória, a política de Salvador terá que neutralizar as circunstâncias desfavoráveis, conquistar uma autonomia inédita e inverter, a partir deste ano, a lógica que sempre lhe foi imposta, como um círculo de giz: a de ter o seu rumo ditado, primordialmente, pelo contencioso político estadual, secundariamente, pela política nacional e, só depois, pelos interesses amplos de sua complexa sociabilidade urbana.

Se isso for alcançado e capitalizado pelo novo governo municipal, será um caso acabado de sedução da *fortuna* pela *virtù*, estará quebrado o ritmo incremental que caracteriza as mudanças políticas na Bahia e poderá até ser modificada a tendência à bipolaridade que ora se verifica, sendo assim aberto o caminho para que o maniqueísmo se aposente e o carlismo se converta apenas numa entre outras forças de uma sociedade política plural.

Já a hipótese de negação da tese, pela derrota da política e a não-confirmação prática da vitória na urnas - seja por escassez de *virtù*, seja pela *estrutura da situação*⁸ - pode ter como significado que o carlismo sucederá a si mesmo na Bahia e, neste caso, começaria, afinal, a ser dirimida em público outra questão, situada além da personalidade de ACM e que os bastidores políticos de há muito não desconhecem: será o substantivo ou o adjetivo o elemento gramatical predominante na expressão *carlismo pós-carlista*, que caracteriza a política de parte dos derrotados nas eleições de 2004, em Salvador? Eles perderam a eleição tanto quanto ACM e são tão carlistas - no sentido mais político da palavra - como o velho Senador, mas podem conjurar por cima essa derrota e convertê-la em fator de auto-legitimação política em 2006.

8 Esta expressão é usada por Argelina Cheibub Figueiredo, em *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política:1961-1964*.S.Paulo: Paz e Terra,1993.

As eleições de 2004 em Aracaju

Ibarê Dantas

A VocaçãO Oposicionista de Aracaju e a AdministraçãO Déda

Ao longo dos últimos cinquenta e nove anos, o eleitorado de Aracaju manifestou uma tendência nitidamente oposicionista, não apenas diante de candidatos a prefeito, mas também em face de todos postulantes dependentes do voto majoritário: presidente, governador e senador. Entre as raras exceções registradas, uma delas foi a eleição de 2000, quando o então prefeito João Augusto Gama apoiou a candidatura de Marcelo Déda, que saiu vitorioso no primeiro turno¹.

Decorridos quatro anos, o prefeito apresentou-se para reeleição, incentivado pela preferência popular manifestada nas pesquisas de opinião. Tanto o Ibope como o Padrão constataram a preferência do seu nome, variando entre 35 a 40%, colocando-o bem distanciado dos adversários que, quando muito, chegavam a 16,5%.² Esses índices de preferência passaram a ser divulgados pela imprensa nacional, mostrando inclusive que, dos prefeitos do PT, o de Aracaju era o mais bem avaliado³.

1 No período de 1952 (quando começaram as eleições diretas para prefeito) até o ano 2000, entre os nove pleitos realizados, apenas em dois venceu o candidato apoiado pelo governante de então. Ver Ibarê Dantas. Tendências Oposicionista e Situacionista em Sergipe (1945/2000). *Revista do IHGS, Aracaju/Se*, Número 33, 2000-2002.

2 Cf. *Cinform, O Voto*, 16 a 22.02.2004, edição 11 e *Jornal da Cidade* 30.12.2003.

3 Ver *Isto É*, edição especial s/d.

QUADRO I
SONDAGENS PRÉ-ELEITORAIS -2003/2004
ARACAJU

CANDIDATO/PARTIDO	INSTITUTOS E DATAS DA PESQUISA		
	PADRÃO- 28 a 30.11.2003	IBOPE 13 a 17.12.03	PADRÃO- 16 a 17.04.04
Marcelo Déda (PT)	39%	35%	40,4%
Suzana Azevedo (PPS)	14%	7%	10,4%
Gilmar Carvalho (PV)	21%	15%	13,9%
Pedrinho Valadares (PFL)		11%	7,1%
Almeida Lima (PDT)		6%	
Benedito Figueiredo(PMDB)		4%	
Nenhum/branco/nulo			
Não sabe/não opinou		10%	

FONTES: Jornal da Cidade,03.12.2003, Jornal da Cidade,30.12.2003, Jornal da Cidade,20.04.2004.

Marcelo Déda vem construindo uma das carreiras mais exitosas da política sergipana, não obstante algumas derrotas retumbantes. Ainda jovem estudante universitário, inscreveu-se como postulante a deputado estadual em 1982, obtendo pequena votação. Em 1985 candidatou-se a prefeito e foi uma das grandes revelações do pleito, conseguindo o segundo lugar. No ano seguinte tornou-se o deputado estadual mais votado da história eleitoral de Sergipe. Depois de um mandato atuante e brilhante na Constituinte, candidatou-se a prefeito em 1988. Começou nas pesquisas com 35% das intenções de voto contra 6% do seu maior adversário, terminou o pleito com 6,25% dos votantes e, em 1990, não conseguiu reeleger-se para deputado estadual. Em 1994, começaria sua recuperação. Foi eleito deputado federal, destacou-se no exercício do mandato e, em 1998, retornou à Câmara dos Deputados com a maior votação do Estado, sem exercitar o clientelismo. Naquela casa legislativa, foi líder de sua bancada e, em 2000, aliado com o PCB+PC do B, foi o único candidato do PT eleito no primeiro turno nas capitais. Do parlamentar brilhante, restava ver seu desempenho como executivo.

Na Prefeitura de Aracaju, cercou-se de um quadro de assessores, em sua maioria, jovens competentes, nem todos do PT, e enfrentou os problemas administrativos com certa eficiência.

A primeira dificuldade foi o ônus financeiro recebido. Consoante informou em sua primeira mensagem:

“O endividamento de longo, médio e curto prazo da Administração Direta, apurado em 31 de dezembro de 2000, excetuados aqueles débitos oriundos de obrigações dessa Câmara de Vereadores e, naturalmente, das entidades de Administração Indireta, (...) foi de R\$ 132.440.234,00 (cento e trinta e dois milhões, quatrocentos e quarenta mil e duzentos e trinta e quatro reais), enquanto o saldo do exercício anterior encontrado nas contas da Administração Direta totalizou R\$ 5.733.438,98 (cinco milhões, setecentos e trinta e três mil e quatrocentos e trinta e oito reais e noventa e oito centavos”).⁴

Na administração indireta, a Empresa Municipal de Serviços Urbanos (EMSURB) tinha um passivo de R\$ 23.046.000,00 e a Empresa Municipal de Urbanização (EMURB) de R\$ 14.492.884,14.

Para que se possa avaliar o significado dessas dívidas, no mês de janeiro de 2001, quando o recolhimento do IPTU foi 35,52% maior do que o verificado em janeiro de 2000, e o ISS cresceu 20,28%, a receita da Prefeitura foi de aproximadamente 21 milhões.⁵

Além disso, segundo o novo Secretário das Finanças, existiam várias pendências: a) recolhimento da Prefeitura ao Instituto de Previdência, interrompido em agosto de 1995; b) reajuste de 20% concedido aos funcionários; c) precatórios de vários milhões, d) duodécimo da Câmara Municipal; e) folha dos servidores da educação de dezembro a pagar⁶.

Outra dificuldade que o prefeito enfrentou no início foi a falta de apoio na Câmara dos Vereadores. Como o PT elegeu apenas três candidatos e o PC do B, seu aliado, somente um, em uma bancada de 21 membros, os situacionistas, depois de várias tentativas, conseguiram montar uma

4 Marcelo Déda. *Mensagem à Câmara Municipal de Aracaju*, Estado de Sergipe, lida na abertura da sessão legislativa de 2001.

5 Idem.

6 Cf. Nilson Nascimento de Lima, *depoimento ao autor*, em 19.08.2004.

chapa para a composição da Mesa⁷, mas foram derrotados⁸, indicando a falta de respaldo naquela casa legislativa. Faltava amparo até dos correligionários que, acostumados na oposição, sentiam-se desconfortáveis em defender o governo municipal e viviam a marcar posição, demonstrando independência até que um deles (Samarone) deixou a sigla. Paulatinamente o prefeito foi negociando, atraiu os pragmáticos e foi ampliando seu arco de alianças. Por ocasião do pleito de 2002, o candidato a governador do PT foi para o segundo turno e formou-se ampla coalizão envolvendo o PSB, o PL, PTB e PSDB, sob a liderança de Albano Franco. Apesar disso, nem sempre o prefeito teve sucesso em algumas votações importantes.

Na área administrativa, apesar do ônus financeiro, empreendeu uma série de obras marcantes que foi chamando a atenção. A reurbanização de várias áreas, entre as quais a de maior envergadura foi a Coroa do Meio⁹, atendendo 2.581 famílias, envolvendo recursos na ordem de R\$ 13 milhões, o recapeamento asfáltico reforçado das vias públicas, inúmeras obras de saneamento, abertura da avenida São Paulo¹⁰, reformas de cerca 30 praças, levantando a auto-estima da população próxima que passava a melhorar suas casas, construção de cerca de 5.000 residências populares, envolvendo casas e apartamentos, de escolas, de uma biblioteca municipal e reforma de outra, museus de rua. Implementação de uma orla no Bairro Industrial, uma zona há muito desprezada pelo poder público. Enfim, as numerosas obras de proporções variadas, disseminadas nos vários bairros, mostravam presença da administração que repercutia de forma positiva. Além do mais, negociou pendências de dívidas com o funcionalismo e jamais deixou de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Na área da saúde, assumiu os serviços do SUS, construiu vários postos e montou a rede SAMU que se revelou muito eficiente no atendimento e transporte de urgência. A administração petista implementou a prática partidária do

7 A chapa situacionista foi a seguinte: Presidente - Élber Batalha (PSB), Vice-presidente - Magal da Pastoral (PT), 1º secretário - Jidenal Francisco (PMDB), 2º secretário - Rivanda Farias (PDT). 3º secretário - Ivan Gomes - Mineiro (PST)

8 A chapa vitoriosa foi a seguinte: Presidente - Sérgio Góes (PSDB), Vice-presidente - Kennedy Fonseca (PMDB), 1º secretário - Jane Melo (PFL), 2º secretário - Adelson Barreto (PPS), 3º secretário - Joaldo Barreto (PDT).

9 Essa obra viabilizou-se através do convênio Habitar Brasil/BID e Profinfra.

10 O governador João Alves subestimou este feito, alegando que, quando prefeito, abriu 14 avenidas. Cf. João Alves Filho, *entrevista à Rádio Jornal*, em 08.10.2004.

orçamento participativo, envolvendo parcelas das populações dos bairros que, de alguma forma, passaram a sentir-se ouvidas. Tudo isso contribuiu para que a população avaliasse seu governo como ótimo e bom com índices quase sempre acima de 60%, geralmente maior do que o desempenho pessoal do prefeito.

Esse conjunto de realizações tornou-se possível porque Marcelo Déda, articulado no plano nacional, usou seu prestígio de político para angariar recursos para a Capital e terminou sendo alvo de vários comentários. A imprensa passou a chamar atenção de que Aracaju fora a capital que, proporcionalmente ao conjunto de sua população, recebera mais verba do governo federal¹¹.

Sobre o assunto, o prefeito de Aracaju, Marcelo Déda (PT), teria dito no dia 07.07.2004 em Brasília:

“sou álibi para os governos de FHC e de Lula. No governo Fernando Henrique eles me citavam como exemplo de que não discriminavam a oposição na liberação das emendas. Agora, a oposição diz que recebi mais do que os outros. O fato é que sempre tive minhas emendas liberadas. Sou um prefeito “chato”; venho a Brasília duas vezes por mês, vou atrás dos meus projetos”, comentou¹².

Apesar desses feitos, nem por isso sua administração deixou de receber muitas críticas dos radialistas, da Câmara dos Vereadores e de outros adversários no PFL e no PDT, entre as quais, a mais contundente, com maior estardalhaço e de maior repercussão, foi a denúncia do senador Almeida Lima no Senado, dando conta de que cerca de 462 mil reais em recursos do SUS, repassados pelo governo federal, foram transferidos para a Empresa Municipal de Serviços Urbanos (EMSURB), através de convênio para a realização de serviços de capinação e jardinagem realizados em 44 postos de saúde, quando pouco se fez. O prefeito nomeou um grupo para fazer a auditoria. Esta encontrou equívocos, os quais foram reconhecidos pela própria autoridade municipal que considerou erros sanáveis e mandou

11 Ver *Correio de Sergipe*, 10.05.2004.

12 Notícia do site da Internet do dia 10.07.2004.

corrigi-los¹³. Terminou a Promotoria mandando arquivar o processo. Apesar disso, sua administração petista continuou bem avaliada.

A Escolha de Candidatos

Os adversários do prefeito Marcelo Déda, que manifestaram vontade de disputar o pleito, desde fins de 2003, passaram a encontrar dificuldades em se firmarem.

A senadora Maria do Carmo, que apareceu bem cotada numa sondagem prévia, colocou-se à disposição do partido¹⁴, mas na terceira semana de março de 2004, reconhecendo-se impossibilitada por ser esposa do governador, desistiu de concorrer e passou a apoiar o correligionário, Pedrinho Valadares, designado pelas lideranças do PFL para representá-lo. No final de abril, porém, aquele pré-candidato comunicou ao governador que estava desanimado e desistiu¹⁵. O radialista e deputado Gilmar Carvalho, líder de audiência nos programas radiofônicos, estimulado pelas sondagens pré-eleitorais, passou um tempo animado; mas, em dificuldades na Assembleia Legislativa, onde estava sendo submetido à comissão de ética por haver tratado alguns colegas com termos considerados impróprios, achou melhor não concorrer. O PDT do senador Almeida Lima prometia lançar candidato forte mas a elevada rejeição ao seu correligionário, o vereador Antonio Samarone, e alguns problemas surgidos na montagem da chapa partidária, inibiram o lançamento de uma candidatura própria.

Dentro do PT não houve questionamento. Desde o início, Marcelo Déda foi considerado o candidato natural; mas, diante da possibilidade do seu afastamento para concorrer ao governo do Estado em 2006, começou a crescer uma corrente de filiados propondo uma chapa “puro-sangue”, formada apenas por petistas, em lugar de manter Edvaldo Nogueira (PC do B), eleito em 2000. Depois de várias cogitações, as opiniões passaram a concentrar-se em Nilson Nascimento Lima (PT), Secretário das Finanças, técnico competente, que encampou a idéia e chegou a renunciar ao cargo

13 Sobre o tema, ver *Jornal de Sergipe*, 23 e 24.10.2003, *Jornal da Cidade*, 24 e 31.10.2003, *Cinform*, 03 a 09.11.2003, *O Globo*, 26.10.2003 e *Boletim Informativo do Gabinete do Senador Almeida Lima- PDT/SE*, out/2003, ano 1 no. 1,

14 Maria do Carmo Alves. Entrevista ao *Jornal da Cidade*, 03.02.2004.

15 Cf. *Jornal da Cidade*, 24.04.2004.

para concorrer na convenção partidária. Todavia, as reações dos principais líderes da base aliada, especialmente do deputado Jackson Barreto (PTB), do senador Antonio Carlos Valadares (PSB) e do pastor Heleno Silva (PL), concorreram para que o prefeito Marcelo Déda reconsiderasse a alternativa qualificada de “puro-sangue” e mantivesse como postulante o seu vice, Edvaldo Nogueira (PC do B).

Por esse tempo, a postura discreta do governador, no momento da montagem das candidaturas, levantou algumas suspeitas sobre a possibilidade da existência de algum pacto entre o chefe do PFL em Sergipe e o PT, em face da inviabilidade de certas candidaturas e pelo pequeno apoio a outras do arco situacionista. Ao final, não obstante algumas dificuldades, os adversários do prefeito dividiram-se em cinco grupos com tendências mais ou menos diferenciadas.

QUADRO II CANDIDATOS A PREFEITO E A VICE-PREFEITO DE ARACAJU 2004

CANDIDATO A PREFEITO-PARTIDO	CANDIDATO A VICE-PREFEITO-PARTIDO
1. Marcelo Déda Chagas (PT)	Edvaldo Nogueira Filho (PC do B)
2. Suzana Maria Fontes Azevedo (PPS)	Cláudia Helena Josepetti Andrade
3. Jose Renato Lima Sampaio (PRP)	Augusto Barreto Silva
4. Jorge Alberto Teles Prado (PMDB)	Roberto Queiroz Gurgel
5. Vera Lucia Pereira da Silva (PSTU)	Elinos Sabino dos Santos (PSTU)
6. Adelmo Alves de Macedo (PAN)	Reges Almeida Meira (PAN)

A maioria dos candidatos era de nome conhecido, com prestígio político demonstrado em pleitos passados.

A advogada Suzana Azevedo, 43 anos, filiada ao PPS, apresentou-se com uma carreira marcada de vitórias. Eleita vereadora em 1988 e 1992 e deputada estadual em 1994, 1998 e 2002, parecia confiante em vencer o candidato do PT, inclusive pelo apoio do PFL, sob a

liderança do governador. Apresentou como vice a pastora Cláudia Helena Josepetti Andrade.

No PMDB, apesar das disputas internas, dentro da permanente luta por afirmação de hegemonia, o lançamento do médico Jorge Alberto obteve aceitação interna. Médico e empresário abastado, ligado ao grupo Franco e contando com o apoio do mais importante complexo de meios de comunicação do Estado, tratava-se também de parlamentar atuante como deputado estadual e depois na Câmara dos Deputados na segunda legislatura.

Outro pretendente foi o promotor aposentado Renato Sampaio. Animado com a votação para senador em 2002, quando conseguira 75.359 votos (5,08% dos votos válidos), decidiu também lançar-se.

De menor densidade eleitoral, ainda apareceu Adelmo Macedo, habitual concorrente de pleitos majoritários, enquanto o PSTU designava Vera Lúcia para representar o partido. Assim foi montado o quadro de postulantes à Prefeitura de Aracaju no pleito de 2004.

Para vereador da Capital se inscreveram 286 candidatos, através dos 25 partidos, para disputar as 19 cadeiras, formando as seguintes coligações.

1. Aracaju, Orgulho de Todos (PT, PC do B e PCB)
2. Aracaju do Povo (PSB e PMN)
3. Nossa Cidade, Nosso Orgulho (PTB, PL, PTN e PSDB)
4. Renova Aracaju (PFL, PPe PTC)
5. Muda Aracaju (PPS, PV e PSC)
6. União e trabalho (PT do B e PRTB)
7. Aracaju Melhor (PMDB, PHS, PSL e PSDC)
8. Aracaju, uma nova esperança (PDT, PRONA e PRP)

O PAN e o PSTU decidiram concorrer isoladamente.

As três primeiras pertenciam à base aliada ao prefeito.

A Campanha

A campanha em Aracaju transcorreu sem provocar grandes alterações do quadro de preferências. Em suas falas, quase todos os adversários do PT concentraram suas apresentações sobre os pontos críticos da administração vigente. O fato de Déda não haver acabado com os “parquímetros”, como prometera na campanha anterior, as dificuldades para a marcação de consulta médica nos postos municipais de saúde, a demora em fazer a licitação das linhas de ônibus, a não-construção de creches eram os temas mais explorados pelos concorrentes.

A candidata deputada Suzana Azevedo (PPS), tendo como vice a pastora Cláudia Andrade, foi a opositorista de maior destaque. Embora apoiada pelo PFL, seus assessores desaconselharam o apoio explícito do governador João Alves. A postulante do PPS prometeu: uma administração humanista, voltada para a valorização da mulher; a construção de dois hospitais, um pronto socorro e outro materno infantil; a ampliação do Samu, implantação de creches; abertura de ruas e avenidas etc. Anunciou política de microcréditos, escola de empreendedores, capacitação para gerar emprego e renda.¹⁶ Sua vice participou ativamente da campanha, inclusive apresentando-se várias vezes nos programas eleitorais, demonstrando sua habilidade de pastora de Igreja Evangélica.

Vera Lúcia, do PSTU, apresentou-se como “alternativa para a classe trabalhadora”. Manifestando-se recorrentemente contra a ALCA e o FMI, defendeu a ruptura com o sistema capitalista. Posicionou-se contra o pagamento das dívidas do Município e pela estatização dos serviços de educação, transporte e saúde. Afirmou que o PSTU é o único partido a defender o passe livre para estudantes e desempregados, a isenção de taxas e impostos para os desempregados: água, energia, IPTU.¹⁷ Considerava que apenas a candidata do PSTU combatia o domínio da burguesia contrária aos interesses dos trabalhadores. Concluía sempre seus programas com o slogan: “contra burguês, vote 16”.

Adelmo Macedo (PAN) prometeu um governo voltado para o desenvolvimento sustentado e o exercício da cidadania. Falava em criar empregos,

16 Ver *Sergipe Agora*, 29.08 a 04.09.2004, *Jornal da Cidade*, 12 e 13.09.2004

17 Cf. *Sergipe Mais*, ano V, nº. 62, 2004, p.11.

implantar uma política habitacional, uma política de transporte integrada com os governos estadual e federal, instaurar o metrô de superfície e dispensar tratamento específico para tráfego de bicicletas.¹⁸

Jorge Alberto, como médico, fez críticas à política vigente de saúde e prometeu desenvolver um programa arrojado, criativo e empreendedor em todas as áreas¹⁹. Anunciou suas pretensões de combater o desemprego, reduzir impostos, desenvolver o turismo de negócios e criar um parque para vaquejada no bairro Santa Maria.

José Renato Sampaio, dizendo-se honesto, trabalhador e corajoso, fez sua pregação a partir de “seu testemunho de vida” como Promotor que teria combatido os poderosos e fora obrigado a aposentar-se para não ser demitido. Prometeu priorizar a dignidade da pessoa humana, melhorar a qualidade do ensino, investir na coleta seletiva de lixo, criar um fundo de apoio à habitação popular ao tempo em que criticava os especuladores imobiliários²⁰. Foi dos mais críticos à administração vigente. Tentou desgastar a candidatura de Déda a partir da idéia de que o prefeito, se reeleito, iria se desincompatibilizar para candidatar-se a governador e a Capital passaria a ser controlada por um comunista. Diante de reações de membros do PC do B, publicadas na imprensa, acusando-o de tentar ressuscitar o anticomunismo, passou a omitir a qualificação de comunista.

Enquanto isso, o candidato do PT, sem polemizar com os adversários, procurava falar dos seus feitos e dos projetos, informando que, em alguns casos, os recursos já estavam assegurados, inclusive para dois novos hospitais. Com olho no futuro, viajou muito para ajudar as candidaturas aliadas no interior, onde pôde sentir o alcance de sua popularidade.

Houve várias passeatas, carreatas e comícios, sendo os mais concorridos aqueles promovidos pelo PT. Em suas caminhadas pelos bairros, Marcelo Déda geralmente era recebido em festa como ídolo, evidenciando uma popularidade dificilmente superada. O encerramento da campanha, com a presença da dupla sertaneja Zezé di Camargo e Luciano, atraiu dezenas de milhares de pessoas. Enfim, era indiscutível a grande predominância dos eventos do Partido dos Trabalhadores.

18 Cf. *Idem*, p.10.

19 Cf. *Idem*, p.10.

20 Cf. *Sergipe Mais*, ano V, nº. 62, 2004, p.11.

Um fato que despertou a atenção dos observadores foi a grande disputa entre os candidatos Marcelo Déda (PT) e Suzana Azevedo (PPS) para conseguir o apoio de parlamentares e partidos ligados ao segmento evangélico que detém cerca de 55 mil votos, ou aproximadamente 17% do eleitorado²¹. Déda conseguiu manter em sua base aliada o PL, através do apoio dos pastores e deputados, Heleno Silva e Mardoqueu Boldano. Suzana, por sua vez, indicou uma pastora, Cláudia Andrade, que fora candidata a vereadora pelo PT do B e procurou adaptar seus projetos ao ideário evangélico.

Os debates na TV se apresentaram para os adversários do PT como as últimas oportunidades para desgastá-lo, mas, diante da desenvoltura de Déda na TV, nada alterou sua preferência, a não ser positivamente, conforme iam revelando as pesquisas:

QUADRO III
PESQUISAS ELEITORAIS
PARA PREFEITO DE ARACAJU-2004

CANDIDATO/PERÍODO DA PESQUISA	20/22. 08.2004	23/24. 08.04	18/20. 09.04	25/26. 09.04	29.09/01. 10.04
Marcelo Déda (PT)	53	64,8	62	58,2	66
Suzana Azevedo (PPS)	20	16,9	14	16,3	14
José Renato (PRP)	3	1,6	2	2	3
Jorge Alberto (PMDB)	2	1,9	4	2,2	4
Vera Lúcia (PSTU)	1	0,9	1	0,6	2
Adelmo Macedo (PAN)	1	0,7	-1	1,2	1
Nenhum/branco/nulo					
Não sabe/não opinou			10		

FONTES: Jornal da Cidade, 25.08.04 - A Semana, 29.08 a 04.09.2004 - Jornal da Cidade, 23.09.04
Cinform, O Voto, 09/2004 - Jornal da Cidade, 02.10.04

²¹ Ver Notícias da Internet, *Infonet*, 30/07/2004,

Quando, às vésperas do pleito, o IBOPE divulgou que o prefeito Déda tinha 66% da preferência popular, os adversários consideraram um absurdo.

No dia do pleito, o vermelho dominava as ruas de Aracaju.

**QUADRO IV
PESQUISA DE BOCA DE URNA
PARA PREFEITO DE ARACAJU
INSTITUTO CEPECEM**

CANDIDATO	%
Marcelo Déda (PT)	72,30
Suzana Azevedo (PPS)	16,50
José Renato (PRP)	02,40
Jorge Alberto (PMDB)	02,30
Vera Lúcia (PSTU)	02,10
Adelmo Macedo (PAN)	0,90
Nenhum/branco/nulo	3,40

Fonte: Site Portal

Obs: A pesquisa foi divulgada às 17h15min do dia 03.10.2004 pelo Site Portal da Infonet que a contratou. Abertas as urnas, o resultado foi ainda mais eloqüente.

4 Resultado

Em Aracaju, um conhecido jornalista e mais conceituado comentarista político, assim descreveu o pleito:

“No dia das eleições, domingo passado, Aracaju avermelhou. Jamais se viu alguma coisa igual. Na história política dessa cidade, nenhum outro candidato obteve percentuais tão elevados de aceitação pública. Do Bugio à praia de Atalaia, entrando pelos demais bairros da capital, o vermelho estava presente em todas as casas, bares, ruas, praças. A estrela

ficou ferrada no peito de um povo que fez da disputa eleitoral, um verdadeiro carnaval. Por volta de meio dia, não se tinha mais dúvida de que a vitória seria bem acima das expectativas e, pela primeira vez, as pesquisas erraram para menos.²²

O resultado de Aracaju expressou uma tendência que jamais havia acontecido, pelo menos em suas dimensões atuais. O eleitorado, que costumeiramente se manifestara oposicionista, desta vez optou pela alternativa governista.

Em termos nacionais, Déda obteve a maior votação proporcional das capitais no primeiro turno. Em Aracaju, venceu na três zonas eleitorais com percentuais bastante aproximados: na primeira zona 57.340 (65,77%), na segunda 48.494 (64,28%) e na terceira 80.673 (66,35%), indicando a generalização e a homogeneidade de seu prestígio nas diferentes zonas da Capital. A votação individual de cada candidato foi a seguinte.

22

Ver Diógenes Brayner. Correio de Sergipe, 05.10.2004.

QUADRO V

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
Resultado de Eleições 2004 – 1º turno

MUNICÍPIO: ARACAJU			CARGO: PREFEITO	
Nº	NOME DO CANDIDATO	Nº Votos	% Comparec.	% Válidos
13	Marcelo Déda Chagas	186.507	65,62%	71,38%
	Vice-Prefeito:Edvaldo Nogueira Filho			
23	Suzana Maria Fontes Azevedo	47.166	16,59%	18,05%
	Vice-Prefeito:Claudia Helena Josepetti Andrade			
44	José Renato Lima Sampaio	9.963	3,50%	3,81%
	Vice-Prefeito:Augusto Barreto Silva			
15	Jorge Alberto Teles Prado	9.488	3,33%	3,63%
	Vice-Prefeito:Roberto Queiroz Gurgel			
16	Vera Lucia Pereira da Silva	5.242	1,84%	2,01%
	Vice-Prefeito:Elinos Sabino dos Santos			
26	Adelmo Alves de Macedo	2.906	1,02%	1,11%
	Vice-Prefeito:Reges Almeida Meira			

Comparecimento no Município: 284.201

Total de votos em branco: 5.783 - 2,03%

Total de votos nulos: 17.147 - 6,03%

Quando se compara com os pleitos ocorridos a partir de 1985, pode-se observar melhor a magnitude do desempenho do prefeito candidato em 2004. Embora o percentual de Jackson Barreto, em 1985, tenha sido maior quando se considera o comparecimento, nos votos válidos o índice de Déda não tem precedente.

QUADRO VI
VOTAÇÕES PARA PREFEITO DE ARACAJU
PRIMEIRO TURNO
1985/2004

Candidatos	Ano	% Comparecimento	% Votos válidos
Jackson Barreto	1985	66,06	70,03
Wellington Paixão	1988	46,51	57,22
Jackson Barreto	1992	55,91	66,92
João A. Gama	1996	22,67	25,52
Marcelo Déda	2000	48,01	52,80
Marcelo Déda	2004	65,62	71,38

Fonte: TRE/Se

Lembre-mos de que Jackson Barreto em 1985 era apoiado pelo governador João Alves e pelo prefeito de então, José Carlos Teixeira. Em 2004, Marcelo Déda, após quase quatro anos de gestão, numa urbe com elevado percentual de pobreza e inúmeras carências, especialmente nos bairros da periferia, recebeu uma votação ainda maior, conforme mostrou o quadro acima.

Para a Câmara Municipal de Aracaju, houve uma renovação grande. Dos vinte um edis da legislatura anterior, apenas quatro foram reeleitos, ou seja, menos de vinte por cento. É certo que a bancada fora reduzida de 21 para 19 vereadores por força da mudança na legislação eleitoral. Mesmo assim, as modificações foram acentuadas. Na nova composição, as coligações da base governista conseguiram maioria, na medida em que passaram a contar com dez nomes, enquanto os grupos oposicionistas elegiam nove. Os principais críticos da administração Déda, tais como Branca de Neve, Marcélio Bonfim, Antônio Samarone, não foram reeleitos. Dos dez mais votados, nove são da coligação que apóia o prefeito, mas o PFL conseguiu eleger três nomes, mostrando sua presença também na Capital.

Dos vitoriosos, quatro são pastores (Pastor Jony, Juvêncio Oliveira, Daniel Fortes e Valdir Santos), indicando a influência crescente dos evangélicos na política da Capital.

No interior do Estado, no conjunto, pode-se dizer que houve certa pulverização partidária. Apenas o PFL se destaca com uma proporção avantajada de prefeitos vitoriosos, elegendo 25 das 75 prefeituras; mas as agremiações oposicionistas coligadas PT/PSB/PTB/PL ganharam em 28 cidades sem contar Aracaju, envolvendo os municípios mais populosos do Estado, tais como Lagarto, Boquim, Estância, Itabaiana, Itaporanga D'Ajuda, Poço Redondo, Porto da Folha, Simão Dias e Japaratuba. No interior, o único município de maior expressividade que ficou com o PFL foi Propriá e seu aliado N. Sra. do Socorro.

Isoladamente, o PT venceu em 05. Aumentou em mais de 100%, já que dispunha apenas de duas administrações (Aracaju e Japaratuba), mas é uma presença pequenina, especialmente no interior do Estado. Dessa vez, passará a governar em Aracaju, Barra dos Coqueiros, Japaratuba, N. Sra. de Lourdes e Porto da Folha. Em relação ao pleito passado, o quadro é o seguinte.

QUADRO VI
NÚMERO DE PREFEITOS ELEITOS POR PARTIDO
2000 e 2004

PARTIDO	ELEIÇÃO 2000	ELEIÇÃO 2004
PFL	18	25
PTB	0	8
PMDB	15	7
PL	2	6
PSDB	22	5
PPS	10	5
PSB	3	4
PT	2	5
PDT	1	4
PT do B	0	3
PP (antigo PPB)	2	3
Municípios indefinidos	0	2
Total	75	75

Fonte: TRE/SE.

A grande perda foi do PSDB que deixou de contar com o respaldo situacionista. Mesmo assim, ainda elegeu importantes prefeituras, entre as quais se destacam as de Itabaiana e de Estância. Embora Albano Franco continue como principal liderança do partido, na oposição pouco contribuiu para o triunfo dos adversários. Em Aracaju, apoiou discretamente o PT e no interior viu desabar de 22 prefeitos no pleito anterior para apenas cinco. Outra queda grande foi o PMDB. Sempre dividido em alas, embora fizesse parte da base governista e na Capital apresentasse candidato próprio influente, nem por isso o deputado Augusto Bezerra e o vereador Kenedy deixaram de fazer campanha para Marcelo Déda quando perceberam, no último mês de campanha, sua grande popularidade sobre a população de Aracaju. Quanto ao PPS, também diminuiu para metade sua presença em prefeituras, mas preservou o município mais populoso depois de Aracaju, qual seja, N. Sra. do Socorro.

É verdade que a pertença aos partidos nem sempre corresponde com as ligações ao chefe político. Por exemplo, nem todos eleitos pelo PFL se mostram ligados ao governador, como são os casos de Aquidabã, Carira, entre outros. Em contrapartida, há simpatizantes de João Alves no PDT e no PTB.

Terminado o pleito, os dois grupos políticos do Estado, liderados pelo prefeito Déda e pelo governador João Alves, passaram a cantar vitória. O governador, poucos dias após o pleito, concedeu entrevista demonstrando satisfação com o resultado, argumentando que no interior o grande vitorioso fora o PFL. Transmitia confiança ao correligionários, revelando disposição de enfrentar Déda em 2006, dizendo inclusive que o prefeito ainda não disputara com um profissional.²³ Dentro dessa orientação, os governistas informavam que seus aliados obtiveram 505.327 votos, enquanto os oposicionistas teriam alcançado apenas 455.324 votos.²⁴ Ao final, pode-se dizer que, em termos do conjunto de votos em todo o Estado, o pleito mostrou pequena vantagem para os oposicionistas ao governo do Estado²⁵.

23 Ver *Correio de Sergipe*, 09.10.2004.

24 O jornal do governador, *Correio de Sergipe*, divulgou avaliação, informando que os aliados de João Alves obtiveram 618.449 votos nas eleições **proporcionais**, enquanto seus adversários alcançaram 386.259 sufrágios. O PSTU e o PAN, que concorreram de forma independente, tiveram apenas 5.926 votos. *Correio de Sergipe*, 12 e 13.10.2004

25 Para o jornalista Marcos Cardoso, os oposicionistas ganharam com 502.006 sobre o grupo situacionista, liderado pelo governador, que obtivera 487.173. Cf. *Jornal da Cidade*, 10 e 22.10. 2004. Ver também *Correio de Sergipe*, 13.10.2004.

As eleições de Sergipe revelaram também algumas especificidades.

1. O PSDB com o ex-governador Albano Franco sem mandato eletivo não foi bem-sucedido como em outros Estados.

2. Enquanto em outras regiões a polarização política se processava entre PSDB x PT, em Sergipe, houve certa convergência contrapondo-se ao PFL.

3. Ao contrário de outros estados, onde as administrações petistas não foram aprovadas pelas urnas, em Aracaju a gestão do prefeito recebeu a maior consagração.

Com prestígio ampliado no plano nacional, onde o presidente o convocou para ajudar os companheiros que concorriam ao segundo turno, Marcelo Déda fortaleceu-se também em seu estado. Na Capital, onde sua enorme popularidade foi ratificada mais do que nunca, as aclamações entusiastas chamando-o “meu governador” vão se tornando insistentes em todas as suas aparições públicas. No interior, embora o PT disponha de uma presença muito pequena, sua popularidade se sobrepõe a quase todas as vinculações partidárias. É certo que permanecem alguns resistentes caciques conservadores ou pragmáticos que continuam dispostos a evitar sua ascensão, contudo, o conjunto dos prefeitos aliados, que venceu em quase todos os municípios mais populosos do Estado, constitui mais um respaldo estimulante. De fato, sua candidatura vai se tornando irreversível e com grandes possibilidades de vitória. Embora Marcelo Déda tenha procurado dissimular, considerando cedo tratar do assunto, os preparativos para o pleito de 2006 estão em processo.

“O Caso Maceió: democracia e dinheiro”

Alberto Saldanha

A eleição na Capital expôs três blocos e suas pretensões na disputa para governador e senador em 2006. Um deles é o projeto do governador Ronaldo Lessa, por meio do seu partido, o PSB, que há doze anos conduz a prefeitura e há seis o governo do Estado. O segundo deveu-se à reorganização de um antigo bloco que tem nos deputados federais João Lyra (PTB) e José Thomaz Nono (PFL) suas principais figuras e, por fim, os conhecidos na política alagoana como “senadores siameses”, Renan Calheiros (PMDB) e Téo Vilela (PSDB).

Lessa teve ao seu lado, após idas e vindas do PT nas administrações do PSB, o partido de Lula, o PC do B, o PL e o PV, entre outros menores. Tentou reconstruir no Estado uma coligação semelhante à base do Governo Federal. Seu maior obstáculo foi seu próprio partido que, dividido entre “os partidários do governador” e “os da prefeita Kátia Born”, inviabilizou a possibilidade de um nome de fora das fileiras governistas como alternativa sucessória, diante do visível desgaste da segunda gestão da prefeita. O resultado foi que o “grupo da prefeita” venceu e indicou o seu vice, Alberto Sexta Feira, como o candidato. O PT, por sua vez, escolheu o deputado estadual Paulo Fernandes, o Paulão, como candidato a prefeito. Em seguida, diante do acordo do governador Lessa com a direção nacional do PT, desistiu e indicou o presidente do sindicato dos bancários de Alagoas, José Roberto, como vice. Foi a primeira demonstração de que a sucessão de 2006 exerceria influência no pleito municipal.

O usineiro e deputado João Lyra que se colocara inicialmente como candidato a prefeito, optou pela aliança com aquele que há dois anos liderava as pesquisas de intenções de voto, o deputado estadual Cícero Almeida, do PDT, conhecido pelo seu trabalho como repórter policial na TV e por suas clínicas assistenciais. A contrapartida foi a indicação de sua filha, Lourdinha Lyra, como vice. Dessa forma, surgia a candidatura da coligação PDT, PTB, PFL e PP.

Os dois senadores, Calheiros e Vilela, que estiveram juntos com Ronaldo Lessa em 2002, sentindo o desinteresse do PSB em abrir mão da indicação da cabeça de chapa e as dificuldades da gestão da prefeita Born, resolveram construir uma alternativa. Aliando-se ao PPS, tentaram inicialmente uma chapa formada pelo senador do PSDB como prefeito e o ex-deputado federal do Partido Popular Socialista, Régis Cavalcante, na condição de vice. Alegando razões de foro íntimo, que parecem misturar questões de ordem pessoal com uma certa inaptidão para cargos executivos, o senador Vilela, após a convenção partidária, renunciou a sua indicação e criou um impasse na coligação. De imediato, a solução que se apresentava era a substituição pelo seu vice, mas assim não pensaram "os senadores siameses". Não desejando que o indicado do PPS assumisse a condição de cabeça da chapa, decidiram por uma opção considerada diferente: a apresentação de um nome que não faria parte da clássica militância, entretanto teria o perfil de celebridade, o médico cirurgião-cardíaco José Wanderley. Apesar de ser suplente do senador Calheiros, foi indicado como uma figura sem os "vícios da política". E, para a infelicidade do PPS, diante do pragmatismo dos dois senadores, só restou formar uma "chapa puro sangue" e se consolar com o então apoio da senadora Heloisa Helena. Mais uma vez, o não tão longe 2006 se fez presente.

As candidaturas do PSTU, do PRP e do Pastor Ildo Rafael pelo PMN, protagonista de mais uma das contribuições negativas para a consolidação da democracia no País, completaram o quadro de postulantes.

O tom da campanha, como não poderia deixar de ser, foi "a mudança". Com exceção do candidato Alberto Sexta Feira (PSB, PT, PCdoB, PV), todos se apresentaram como a "verdadeira" solução para os vários problemas da Capital. Por outro lado, o candidato governista reconhecia as falhas, mas se colocava como o mais competente para os desafios, pois seria o candidato do governador e do presidente da República, ao mesmo tempo em que procurava evitar a aparição da prefeita no guia eleitoral.

Desde logo, a candidatura do PDT, não somente pelo carisma do seu candidato, mas também pelo apoio logístico do seu principal financiador (as empresas do Grupo JL), se manteve à frente das pesquisas de intenção de votos, garantindo, desse modo, sua presença num eventual segundo turno. Então, surgiu a dúvida sobre quem conseguiria o segundo lugar. Diante do desgaste do candidato situacionista, o Dr. Wanderley cresceu e chegou no dia 03 de outubro empatado tecnicamente com o candidato do PSB. É claro que essa luta pela vaga no segundo turno foi conduzida por um vasto material de ataques pessoais. Aqueles que até há pouco tempo estavam juntos passaram a enxergar no outro o “mal”. Ao mesmo tempo, a campanha do primeiro colocado tentava por todos os meios definir a eleição no primeiro turno. Entre outras coisas, tornou-se uma marca a conduta tendenciosa do jornal de propriedade do deputado João Lyra, *O Jornal*, o que resultou na apreensão da edição do dia 03/10 pela Justiça, por divulgar uma pesquisa que induzia o eleitor a acreditar que Cícero Almeida ganharia no primeiro turno. Sua manchete de primeira página “Pesquisa Vozes: Cícero: 45%; Outros: 39%”.

A atuação da imprensa constituiu-se um capítulo à parte. Nos jornais impressos foi ao mesmo tempo salutar e engraçado ver a *Gazeta de Alagoas*, pertencente à família do ex-presidente Fernando Collor, assumir uma postura independente. Sem o interesse direto em uma das candidaturas e ainda sofrendo os reflexos da derrota de Collor para governador em 2002, o jornal, rádios e televisão das organizações Arnon de Mello apostaram no jornalismo investigativo e de utilidade pública. Os outros dois diários se dividiram: *O Jornal* ao lado de Cícero Almeida e a *Tribuna de Alagoas* propondo a isenção, mas favorável ao candidato da situação. Não se pode esquecer de que, além da disputa eleitoral, os jornais travavam uma famosa e antiga briga de família, pois a *Tribuna* passou a ser de propriedade do usineiro Carlos Lyra, maior fortuna do Estado e inimigo do irmão, João Lyra, segundo colocado na lista dos mais ricos.

Nos canais de televisão, a TV *Gazeta* seguia a mesma linha editorial do veículo impresso. A TV *Pajuçara*, afiliada do SBT, propriedade do deputado federal do PFL Thomaz Nonô e a TV *Alagoas*, afiliada da Band (responsável pelo programa policial que projetou Cícero Almeida), pertencente ao ex-vice-governador e presidente regional do PDT, Geraldo Sampaio, ora mais discretas, outras vezes nem tanto, assumiam o discurso

oposicionista. (A TV Alagoas ficou fora do ar, por cerca de oito horas no dia 03/10 por não cumprir determinação da Justiça Eleitoral em conceder direito de resposta ao candidato do PMDB, José Wanderley).

Após as denúncias, por um lado, do uso do poder econômico na compra de voto e, por outro, do uso da máquina pública municipal e estadual na coação ao eleitor, o resultado da eleição no primeiro turno foi o seguinte: Cícero Almeida PDT – 143.874 (42.55%); Alberto Sexta Feira PSB – 90.123 (26.65%); José Wanderley PMDB - 67.543 (19.97%); Régis Cavalcante PPS – 31.874 (9.43%); Ricardo Barbosa PSTU – 3.893 (1,15%) e José Djalma PRP - 831 (0,25%). Votos brancos – 7.696 (2,05%) e nulos - 30.222 (8,04%). No universo de 1.769.250 eleitores, a abstenção no estado foi de 292.519 (16,53%). E, ainda, do total de 441.868 aptos a votar na Capital, cerca de 14%, ou seja, mais de 60 mil não compareceram.

Assim sendo, o candidato do PDT continuou à frente e o segundo lugar foi decidido nos últimos dias, ficando com o candidato do PSB. Entretanto, o leitor atento deve estar se perguntando: mas não existia um outro candidato pelo PMN, o Pastor, cadê os seus votos? Essa foi a surpresa do primeiro turno. A dois dias da eleição, o candidato do Partido da Mobilização Nacional, o Pastor Ildo Rafael, alegando falta de recursos e impossibilidade de vitória, entregou à juíza da zona eleitoral na qual está inscrito uma carta desistindo de concorrer ao pleito. Numa atitude desrespeitosa com os eleitores, não utilizou o último dia do guia eleitoral, tampouco o debate realizado pela TV Gazeta, afiliada da Rede Globo, no dia 30 de setembro, a fim de explicar ao eleitorado as razões do seu gesto.

Sua atitude, somente divulgada na manhã do dia da eleição, suscitou a especulação sobre um acordo a fim de beneficiar o candidato à frente das pesquisas, pois, como sua saída ocorreu de última hora, não poderia ter seu nome retirado da urna eletrônica. Logo, os votos a ele atribuídos pelos eleitores desavisados foram computados nulos, o que, conseqüentemente, implicou a diminuição do universo dos votos válidos. Após o primeiro turno, o seu marqueteiro, José Helito, responsável por algumas campanhas do ex-presidente Collor, acusou o Pastor de ter recebido do usineiro e deputado federal do PTB João Lyra, principal financiador da campanha de Cícero Almeida, a quantia de 150 mil reais para fazer

o papel de “laranja” e desistir no final. Os dois se encontram agora na Justiça discutindo o assunto, pois Helito afirma ter sido traído e não ter recebido pelos seus serviços.

Fato relevante é que a atitude do Pastor, independentemente de ter havido suborno ou não, mais uma vez alimenta a nefasta noção de que político é tudo “farinha do mesmo saco”, e que os partidos são um balcão de negócios. Vale ressaltar que o partido no qual se abrigou não pode ser rotulado como simplesmente “nanico”, desde quando possui representação no Congresso Nacional e atua na cena política há mais de uma dezena de anos. A atitude do candidato Ildo Rafael não apenas desrespeitou o comando do partido como, principalmente, traiu a confiança dos seus eleitores (sua principal proposta era a isenção do IPTU para a maioria da população), que foram às urnas, provavelmente em quase sua totalidade, desconhecendo sua renúncia. Inadvertidamente engrossaram o universo dos votos nulos, que totalizaram 30.222 (8,04%), considerando que para o candidato do PMN foram 9.526 votos, o que representa quase um terço do total dos nulos.

A campanha no segundo turno foi marcada por quase nenhum debate – o candidato em primeiro lugar somente compareceu ao debate do dia 29/10, promovido pela TV *Gazeta* – e por um guia eleitoral que mesclava tom emocional e ataques de baixo nível. O candidato do PSB, tentando reforçar a imagem de que Cícero Almeida, se eleito, seria obediente ao deputado João Lyra, conduziu sua propaganda enfatizando “o perigo dos maus usineiros”. Além disso, se colocou como aquele que mais teria apoio do governador Lessa e do Presidente Lula.

O candidato do PDT, por sua vez, reafirmava que seu vínculo era com “o povo” e que em defesa deste faria qualquer sacrifício. Sua campanha foi reforçada pelo apoio do candidato do PPS que, somando os interesses municipais com a orientação nacional, formalizou a aliança. A opção pela “neutralidade” do Dr. Wanderley e dos “senadores siameses”, justificada sob a alegação de que, no primeiro turno, os ataques desferidos ao candidato do PMDB impossibilitavam alianças, beneficiou a candidatura da oposição.

Ao final, as urnas confirmaram as intenções de votos apresentadas nas pesquisas. Compareceram às urnas 361.896 (81,9%) e, do total de 335.539 votos válidos, o placar foi o seguinte: Cícero Almeida 189.697

(56,54%); Alberto Sexta Feira 145.842 (43,46%); brancos 7.350 (2,03%); nulos 19.007 (5,25%); abstenção 79.972 (18,1%). A diferença pró Cícero foi de 43.855, bastante próxima da existente no primeiro turno.

O grande destaque dessa eleição foi a decisão de boa parte do eleitorado em buscar a negociação do seu voto. Vivendo em um estado com alta concentração de renda, conforme demonstram os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do IBGE, de setembro de 2004 (do universo de 1.133.203 pessoas ocupadas 69% têm renda de até um salário mínimo, 30.223 recebem de 5 a 10 salários, 13.735 de 10 a 20 e apenas 6.868 tem rendimentos acima de 20 salários), com a maioria dos municípios dependentes das verbas federais, o eleitor alagoano, cansado das dificuldades do dia-a-dia, passou a encarar o pleito eleitoral como uma oportunidade de amenizar seus problemas.

Outrossim, acresçam-se a essa realidade os baixos níveis de escolaridade da população. Dos 2,9 milhões de alagoanos, 520 mil têm menos de 1 ano de escolaridade, 729 mil o ensino fundamental, 114 mil o ensino médio e apenas 45 mil o nível superior.

Outro exemplo da gravidade está no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) que paga o valor mensal de 1,5 milhão a 30 mil famílias. Esta verba mensal é superior em volume financeiro à folha de pagamento de todos os trabalhadores do Distrito Industrial Luiz Cavalcanti, situado na Capital e que, na condição de maior aglomerado de fábricas do Estado, tem 3 mil trabalhadores com uma média salarial de R\$ 400,00 mensais.

A dependência das verbas federais se faz sentir também nas políticas permanentes como educação e saúde. Sem os recursos do SUS - Sistema Único de Saúde e do Fundef - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, haveria um colapso. Dados da Secretaria do Tesouro Nacional informam que, até agosto deste ano, foram arrecadados em Alagoas R\$ 326.679.994 em tributos federais. No mesmo período, o Estado recebeu, via transferências constitucionais, recursos que somam mais de 614 milhões, oriundos do FPE - Fundo de Participação dos Estados, do Fundef e da Lei Kandir; ou seja, Alagoas recebe da União quase o dobro do volume financeiro que recolhe para a Receita Federal.

O estudo Perfil dos Municípios Brasileiros, realizado no período de 1998 e 2000, pelo IBGE, mostra que dos 5.507 municípios brasileiros,

60% não conseguem ter suas contas em dia sem os recursos federal e estadual, que compõem mais de 80% de sua receita (Fundo de Participação dos Municípios FPM, Fundef e do Imposto Cobrado sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) . Em Alagoas, o Município de Pindoba depende em 100% e Maceió, a capital, depende em 72,1%.

Como se pode observar, trata-se de uma realidade nada animadora. Dependente do setor sucroalcooleiro, que responde por 87,46% da pauta de exportação e que chegou ao limite de expansão (os usineiros alagoanos agora compram terras em Minas Gerais), e dos recursos federais para movimentar o comércio local, as desigualdades sociais se avolumam.

Foi dentro desse quadro que as notícias e denúncias de compra e venda de voto se espalharam. Três candidatos a vereador da Capital ganharam destaque nas páginas dos jornais pela vinculação de seus nomes a crime eleitoral. Eleitores insatisfeitos com o candidato Marcelo Vitor (PP), eleito com 6.880 votos, declararam que teriam acertado a venda do voto por R\$ 30,00. Cabos eleitorais do mesmo candidato, presos no dia da eleição, confirmaram à Polícia Federal parte das denúncias. Segundo o depoimento de um deles, “sua função era fiscalizar as pessoas que prometeram votar no candidato”, para isso receberia R\$ 40,00. No dia 05/10, dezenas de eleitores protestaram na frente do comitê do vereador eleito Paulo Corinto (PV), por supostamente não terem recebido o dinheiro pelo voto que venderam. No outro dia, outros eleitores faziam o mesmo, agora com o vereador eleito José Márcio (PTB). Neste momento, os três torcem pela chegada do dia da diplomação como forma de dificultar uma possível punição, isso se os inquéritos policiais chegarem a algum lugar.

E o eleitor, como agiu? Uma matéria especial do jornal *Gazeta de Alagoas*, do dia 10/10, dos repórteres Rodrigo Cavalcante, Fernando Coelho e Felipe Farias, com o título “*Na periferia, crime eleitoral é livre e amplo*”, fornece pistas. Ao visitarem diversos bairros para entender “o mercado do voto”, apuraram que o valor médio ficou em torno de R\$ 30,00 para vereador e R\$ 50,00 para prefeito. De cada dois entrevistados, ao menos um declarou ter feito algum tipo de negócio em troca de voto – ainda que alguns não tenham recebido o valor prometido.

Mais significativos, entretanto, são os depoimentos dos entrevistados. Um deles, depois de ter negociado com cinco cabos eleitorais de diferentes candidatos e não ter recebido de nenhum, disse: “Ia fazer um curso

de vigilante, mas não deu certo, eu sei que vender o meu voto é errado, mas sou pobre e preciso de dinheiro". Outro, cuja profissão é pintor e que vendeu por R\$ 40,00, diz: "coloquei o dinheiro dentro de casa. É melhor pegar o dinheiro deles agora do que depois, quando eles somem". Um terceiro revela que recebeu R\$ 30,00 mediante a apresentação de um carbono que, ao ser colocado sobre a urna eletrônica durante a votação, indicaria os números digitados, mas que não votou no candidato. E que, também, ganhou mais R\$ 90,00 por ter encontrado três carbonos no chão da seção eleitoral. "Saí do comitê do candidato com R\$ 120,00. Usei para a reforma da minha casa".

Um rapaz de 20 anos, que se define como autônomo, explica sua matemática familiar. Vendeu seu voto por R\$ 50,00 e "com os votos vendidos da minha mãe e da minha esposa faturamos 150,00 contos". Acrescentou, ainda, demonstrando sua noção do *contrato social*, "teve outro candidato a vereador que prometeu R\$ 30,00, mas não pagou. O pessoal ficou indignado e vai meter um processo nele". E concluiu, "eu não achei errado o que eu fiz. Acho errado o que eles fizeram". Outra jovem de 20 anos, desempregada e com uma filha recém-nascida, diz que não pensou duas vezes quando lhe ofereceram R\$ 30,00, "comprei leite para minha filha e paguei umas contas. No segundo turno vou tentar vender de novo. Todo mundo sabe que eles compram mesmo".

Uma eleitora, dona de um salão de beleza, que negociou seu voto pelo abono de uma multa de trânsito ("foi como se tivesse ganho R\$ 400,00", disse ela), expõe mais uma vez a noção do *pacto*: "eu sei que vender voto não é certo, mas, se eu acertei com ele, sinto que tenho um compromisso com ele. É uma questão de consciência".

Alguns dos entrevistados atuaram como cabos eleitorais. Um deles, representante comercial, 18 anos, já na sua segunda experiência, falou sobre o sucesso do empreendimento, no qual teria faturado R\$ 2.000,00 por ter conseguido cerca de 100 votos para um candidato e das perspectivas: "paguei umas dívidas e coloquei o resto no banco. Estão dizendo que no segundo turno o voto para prefeito pode valer até R\$ 70,00". Outra senhora não teve a mesma sorte: disse que cadastrou os eleitores e combinou que, após votar, com o comprovante em mão, os eleitores receberiam R\$ 30,00, mas, "ele, o candidato, ficou de vir na véspera da eleição com a grana, mas só chegou aqui com umas camisas. Até hoje

espero por ele, e o pior é que tem gente vindo atrás de mim alegando que eu fiquei com o dinheiro”.

Pobre democracia! Na medida em que sejam eleitos aqueles que tiverem maior “capacidade financeira”, a representação parlamentar estará distorcida (ou não! como gosta de dizer aquele famoso cantor baiano). De nada adiantam boas propostas, pois, diante desse quadro social, constata-se a cada dia o crescimento da desesperança em relação “à política”. Na medida em que essa realidade persistir, haverá bastante dificuldade em construir uma *cidadania ativa*. Para exemplificar essa fragilidade, ao mesmo tempo que o partido do prefeito eleito da Capital não conseguiu eleger um só vereador, assiste-se a uma Câmara Municipal que ainda não deu posse aos novos eleitos e já está sob suspeita diante do volume de denúncias de compra de voto. Se ao menos o Ministério Público, com a ajuda da imprensa, conseguir cassar os vereadores envolvidos nesse crime eleitoral, ainda poderemos sonhar com a idéia que “o crime não compensa”.

Recife, 2004: a reeleição de João Paulo (PT) ¹

Túlio Velho Barreto

Este artigo é um esforço de análise da eleição municipal de 2004 no Recife, feito logo após o anúncio de seus resultados. Para tanto, aqui são abordados os seguintes temas: (1) a montagem das alianças e a campanha dos candidatos a prefeito que, em algum momento, segundo os institutos de pesquisas eleitorais, lideraram a disputa; (2) os resultados finais alcançados; e (3) os possíveis impactos nas eleições estaduais e nacionais de 2006, o que corresponde à estrutura do artigo. O objeto do enfoque é exclusivamente a disputa majoritária.

Uma análise rigorosa daquelas eleições, porém, não pode ignorar fatos ocorridos bem antes de 3 de outubro de 2004, data da realização do único turno disputado no Recife. Por um lado, porque o calendário eleitoral obriga realmente que sejam adotadas iniciativas e tomadas decisões com bastante antecedência, como, por exemplo, opção por domicílio eleitoral e filiação partidária, o que é justificável; mas também porque, no caso do Recife, havia ainda a possibilidade da reeleição do prefeito.

Por outro lado, porque há mesmo açodamento dos atores políticos, indivíduos e partidos, que saem de uma eleição, ou dela participam,

¹ Este texto é uma versão ampliada de trabalho apresentado no Simpósio “Nordeste 2004: o voto das capitais nordestinas e seus significados”, realizado pelo Observatório Social do Nordeste da Fundação Joaquim Nabuco e a Fundação Konrad Adenauer, nos dias 1 e 2 de dezembro de 2004, em Fortaleza (CE).

pensando na próxima, o que é compreensível, segundo a racionalidade política, mas não de todo justificável. Assim, ao tratar da formação da três principais alianças que disputaram aquele pleito, começo reportando-me a acontecimentos remotos, que ajudarão a entender o que ocorreu nas eleições para prefeito do Recife, até porque este artigo não se destina apenas aos leitores pernambucanos ou familiarizados com a política local.

Antecedentes e as alianças partidárias

A derrota da chapa Roberto Magalhães (então no PFL) e Sérgio Guerra (PSDB) para João Paulo Lima e Silva (PT) e Luciano Siqueira (PCdoB), ainda em 2000, que levou o governador Jarbas Vasconcelos (PMDB) a apontar o PT como o principal adversário da *União por Pernambuco* dali por diante, abriu espaço para que potenciais candidatos do PMDB pleiteassem a vaga na disputa municipal de 2004². E na medida em que Carlos Eduardo Cadoca Pereira, com 221 mil votos, e Raul Henry, com 117 mil, ambos ligados política e pessoalmente ao governador, alcançaram, respectivamente, as maiores votações, no Estado e no Recife, nas eleições para deputado federal e estadual, em 2002, a disputa ficou praticamente restrita a eles dois, mas a definição por um dos pré-candidatos não foi fácil nem rápida.

2 **A União por Pernambuco (União por PE)** é a aliança político-partidária formada originalmente pelo PMDB e o PFL em 1993. Na época, Joaquim Francisco (PFL) era governador de Pernambuco e Jarbas Vasconcelos (PMDB) prefeito do Recife. A aproximação dos dois, que eram adversários históricos desde o regime militar, foi intermediado pelo deputado federal José Mendonça e avalizada pelo senador Marco Maciel, ambos do PFL. A motivação maior da aliança foi derrotar Miguel Arraes em 1994 na disputa para o Governo estadual, o que ocorreu com a candidatura do pefelista Gustavo Krause (PFL). Apesar da aliança, ele terminou derrotado por Arraes, mas assumiu o Ministério do Meio-Ambiente do primeiro Governo FHC-Maciel. A partir de 1996, quando elegeu Roberto Magalhães (PFL) e Raul Henry (PMDB), respectivamente, prefeito e vice do Recife, a **União por PE** venceu duas disputas estaduais, ambas com a chapa Jarbas Vasconcelos e José Mendonça Filho, em 1998 e 2002, sendo a primeira contra Miguel Arraes, que disputava a reeleição. Em 2004, a versão municipal da aliança recebeu o nome de **União pela Mudança**. Por esta razão, quando for me referir à questão estadual, usarei a denominação **União por PE**; quando for tratar da disputa municipal, à **União pela Mudança**. Mas trata-se da mesma composição das forças políticas da aliança, que, ao longo de dez anos, cresceu ao incorporar, nesta seqüência, PSDB, PP e PPS. As disputas municipais dessa aliança estão tratadas no próprio corpo deste artigo.

Em uma aliança em que o *marketing* sempre demonstrou ter tanta força quanto a coordenação política, já que o cientista político e “marqueteiro” Antônio Lavareda trabalha com – e goza da amizade de – Jarbas Vasconcelos desde a sua primeira campanha para prefeito, ainda em 1985, Cadoca e sua “tropa de choque” – como a imprensa denominou os vereadores que o apoiavam – partiram na frente, espalhando seu nome pela cidade e apresentando pesquisas que o apontavam à frente de Raul Henry na preferência dos eleitores.

Na verdade, tais resultados mostravam apenas que ele era mais conhecido do que o outro pré-candidato. Além disso, nos bastidores, Cadoca lembrava que em 1996 já fora preterido em favor de Roberto Magalhães, opção que, naquela ocasião, visava a ampliar a aliança, pois Cadoca e o governador Jarbas Vasconcelos são do mesmo partido, o PMDB. Assim, conseguiu legitimar sua pré-candidatura, enfim avalizada pelo governador, apesar da preferência do PFL pela figura de Raul Henry e da disposição do PSDB de influenciar mais decisivamente na composição da chapa.

Possivelmente mirando as eleições de 2006, o PFL trabalhou relativamente em silêncio. Já o PSDB fez tanto barulho que os aliados optaram por escolher uma candidata a vice de uma terceira legenda, o PP. Dessa forma, escolheram a profissional liberal Ana Cavalcanti, deputada estadual em primeiro mandato e filha do deputado federal Severino Cavalcanti (PP), que, assim como o pai, não possui história política nem densidade eleitoral na Capital, sequer na Região Metropolitana do Recife (RMR); tudo para acalmar os demais partidos da aliança e colocá-los em igualdade. A própria montagem da chapa majoritária talvez explique a comentada ausência ou a visível discrição dos principais líderes da aliança durante a campanha do Recife.

De fato, o PFL não fez questão de esconder sua preferência por Henry, e chegou a explicitá-la. Já o governador, se tinha alguma, como muitos dizem, não a manifestou publicamente. No caso do PFL, há dois momentos emblemáticos que devem ser lembrados. Passo a eles.

O deputado federal José Mendonça, pai do atual vice-governador, Mendonça Filho, e uma das maiores lideranças estaduais do PFL, propôs a pré-candidatura de Raul Henry à Prefeitura do Recife na festa de lançamento da candidatura do então vice-presidente da República, Marco Maciel, ao Senado. Isso ocorreu em junho de 2002. E mais: três meses depois, no dia

seguinte ao gravíssimo acidente aéreo que Raul Henry sofreu no interior do Estado, onde estava em campanha para a Assembléia Legislativa, o mesmo José Mendonça voltou a falar na pré-candidatura. É importante lembrar que Raul Henry, que já fora vice-prefeito ao lado de Roberto Magalhães (1997-2000), teve sua carreira política consolidada sob a aliança Jarbas Vasconcelos-PMDB e Marco Maciel-PFL, enquanto Cadoca é um antigo militante da esquerda pernambucana, tendo sido ligado ao PCB, nos anos 70, e, portanto, contemporâneo do governador no MDB.

Assim, no primeiro semestre de 2003, enquanto Raul Henry se recuperava das seqüelas do acidente, Cadoca tornava sua pré-candidatura irreversível. E a pressão chegou a tal ponto que Raul Henry desistiria da disputa em agosto daquele ano. Para a disputa majoritária, a *União Por PE*, que em sua versão municipal tomou a denominação de *União Pela Mudança*, uniu em torno do PMDB, PFL, PSDB e PP, mais cinco partidos: PRONA, PV, PRTB, PSC e PTN.

O candidato Joaquim Francisco, reeleito deputado federal pelo PFL em 2002, tem longa trajetória política no Estado. Foi prefeito duas vezes do Recife, uma delas nomeado ainda no regime militar. Foi também governador eleito (1991-94), ministro do Governo José Sarney (1985-89) e ocupou diversos outros cargos na administração pública municipal e estadual. Sua pré-candidatura tornou-se pública ainda no primeiro semestre de 2003.

A trajetória política de Joaquim Francisco esteve ligada à ARENA, ao PDS e PFL, onde atuava até recentemente, mas, quando entrou no PTB, em 2003, cambiava pela primeira vez de legenda desde que o bipartidarismo fora extinto, no final dos anos de 1970. Em 2003, rompeu com o PFL, com o governador Jarbas Vasconcelos e com a *União por PE*, sobretudo porque não encontrou mais espaço, pela razão já exposta (as pré-candidaturas de Raul Henry e Cadoca), para construir sua candidatura à Prefeitura do Recife em 2004. Não rompeu sozinho, nem muito menos entrou no PTB desacompanhado. Para tanto, foi um dos primeiros a propor, organizar e integrar o que se convencionou denominar inicialmente de “G-6” (Grupo dos Seis) e depois de “GI” (Grupo Independente).

O “GI” foi formado a partir da dissidência de seis deputados federais da *União por PE*, que se afastaram da base jarbista, reclamando o tratamento

dispensado pelo governador na reforma administrativa entabulada logo após sua reeleição em 2002. Eram três do PSDB, dois do PMDB e um do PFL, que, em conjunto, têm prestígio político e alta densidade eleitoral no Estado. Entre eles, estava Roberto Magalhães, que, em surpreendente e sincera entrevista, publicada pelo *Jornal do Commercio*, em 12 de março de 2003, chegou a afirmar deixar a aliança e a base jarbista por se sentir como uma “laranja chupada”. Entre os dissidentes, estava também um antigo desafeto do governador, o então deputado federal do PMDB e presidente da poderosíssima Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto, potencial candidato ao governo de Pernambuco em 2006.

No caso do ex-governador e ex-prefeito Roberto Magalhães, o motivo principal de seu afastamento parece ter sido a não-nomeação de seu filho, Carlos André Magalhães, para secretário estadual, exatamente na referida reforma, que teria sido sua única indicação junto ao governador e, agora, ex-aliado. Com o rompimento, Carlos André filiou-se ao PDT para compor a chapa de Joaquim Francisco como candidato a vice-prefeito. Além do PTB e PDT, a chapa Joaquim Francisco e Carlos André recebeu o apoio do PL.

A campanha de Joaquim Francisco e Carlos André foi marcada por indefinições quanto a eleger o adversário principal. Assim, procurou atacar indiscriminadamente João Paulo, o governador e seu candidato, Cadoca. Não conseguiu focar por muito tempo em nenhum deles e viu a disputa logo se polarizar entre os outros dois principais candidatos. Além disso, ao entrar no PTB, junto com o “GI”, Joaquim Francisco criou um paradoxo: levou o partido a romper com o governo municipal do PT. Acontece que as articulações para a entrada do “GI” no PTB ocorreram em Brasília e visavam também a atrair os seis deputados federais para a base do Governo Lula. No final da campanha, o PTB pernambucano enfrentou denúncias de que tinha sua campanha parcialmente financiada pelo próprio PT nacional interessado em mantê-lo na base, publicadas em semanário de circulação nacional.

O projeto inicial do “GI”, porém, não era apenas disputar a Prefeitura do Recife, em 2004, com Joaquim Francisco. Como disse, o Governo Estadual, em 2006, está nos planos de Armando Monteiro Neto. A questão é se terá fôlego para tanto. Desconfio de que não. Por um lado, porque

o PTB está na base do Governo Lula, o que deverá aproximá-lo do PT local e possivelmente do PSB. Por outro lado, porque para muitos a opção pelo PTB foi circunstancial. Tais circunstâncias poderão, por exemplo, levar Roberto Magalhães de volta ao PFL antes mesmo da disputa de 2006. O certo é que, em 2004, o “GI” não conseguiu se constituir na pretendida “terceira via”, nem transformou-se em um dos pólos políticos no Estado, historicamente dicotomizado entre esquerda–direita ou situação–oposição. De toda forma, fez considerável estrago na pretensão da *União Por PE* de retomar o controle da Capital, dois anos após tê-lo perdido, ao fracioná-la.

Já a pré-candidatura do prefeito João Paulo e de seu vice, e fiel escudeiro, Luciano Siqueira, existia desde que eles conquistaram o primeiro mandato, ainda em 2000. Explico: a adoção do instituto da reeleição tem feito com que a perspectiva concreta de disputá-la passe a ser uma importante variável a ser observada pelo chefe do Executivo, qualquer que seja o nível. Em outras palavras, quase transformou os mandatos dos prefeitos, governadores e do presidente da República de quatro para oito anos com um referendo no meio. Portanto, do ponto de vista da racionalidade política, tal como a concebe importante corrente teórica, é razoável supor que o gestor leve em consideração tal hipótese, isto é, governe também, ou sobretudo, para ser reeleito. Este é um fenômeno que ainda carece de análise mais cuidadosa por parte de sociólogos e cientistas políticos.

A pré-candidatura do prefeito do Recife era mesmo inevitável. Em primeiro lugar, em função do capital eleitoral que demonstrou ter ao derrotar o ex-governador e então prefeito Roberto Magalhães em 2000. Em segundo lugar, em função do capital político que acumulou desde que assumiu a Prefeitura. Para se ver que sua primeira eleição significou, basta lembrar que, naquela disputa, Roberto Magalhães licenciou-se da Prefeitura, três meses antes do pleito, para disputar a reeleição. Para tanto, contava com o apoio do governador Jarbas Vasconcelos, que coordenou pessoalmente sua campanha, e de toda a cúpula do PMDB, PFL e PSDB em Pernambuco. Isso incluía também o vice-presidente da República, Marco Maciel.

Por sua vez, João Paulo contava apenas com uma aliança formada pelo PT, que contabilizava, até então, desempenhos pífios no Recife e no Estado, e os minúsculos PCdoB, PCB, PC e PGT. Assim, de certa forma, a vitória do ex-metalúrgico e ex-presidente da CUT-PE, que começou sua militância ligado às comunidades de base da Igreja Católica, antecipou, em Pernambuco, o fenômeno que viria ocorrer nacionalmente, dois anos depois, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República.

A primeira vitória de João Paulo também foi histórica porque, antes de começar a campanha, ele mal alcançava 5% nas pesquisas de intenção de votos. E às vésperas do 1º turno todas as pesquisas previam a vitória de Roberto Magalhães com mais da metade dos votos válidos. A oposição, no entanto, forçou o 2º turno por apenas 0,58%. E o resultado do 2º turno foi a confirmação do que ocorrera antes. Isto é, após costurar o apoio de todos os demais partidos de oposição a Roberto Magalhães, João Paulo foi eleito por uma diferença ínfima de 0,76% dos votos válidos.

Quanto à primeira gestão petista, podemos – e devemos – dividi-la em duas fases distintas. A primeira vai de sua posse até a posse do presidente Lula em Brasília, em janeiro de 2002. Nesse período, João Paulo e o PT estiveram espremidos entre o Governo Jarbas Vasconcelos e o Governo FHC-Marco Maciel. E a segunda, da outra “posse” de Lula – esta simbólica, em Brasília Teimosa, no Recife, ocorrida dias depois da oficial, também em janeiro de 2002 – até a reeleição de João Paulo, em outubro de 2004. Mais adiante explico por que me refiro à posse simbólica de Lula em Brasília Teimosa.

Por ora, é preciso ressaltar que a primeira fase pode ser caracterizada pelos seguintes aspectos: falta de experiência administrativa, o que levou a gestão petista a cometer muitos erros e a tomar várias decisões polêmicas, como nomeações irregulares ou passíveis de questionamentos legais; choques políticos e administrativos entre os secretários; superposição entre diversas secretarias; dificuldade na área de propaganda da Prefeitura; escassez de recursos para obras estruturadoras e mesmo emergenciais; problemas de relacionamento com os servidores, que não tiveram suas demandas atendidas; difícil convivência com aliados, sobretudo por causa de sua relação com o governador Jarbas Vasconcelos, tida como muito amistosa, o que gerou críticas do PSB e de seu presidente nacional, Miguel Arraes, mas

também do PDT e de seu presidente estadual, o deputado federal José Queiroz. Alguns desses problemas chegaram a ser apontados pelo próprio prefeito em entrevista ao *Diário de Pernambuco*, em 5 de janeiro de 2003, na qual fazia um sincero balanço do primeiro ano de sua gestão à frente da Prefeitura do Recife.

Na entrevista, o prefeito também destacaria pontos positivos de sua gestão: a importância da criação da inédita Secretaria do Orçamento Participativo (SOP), que, de fato, passaria a ser um importante diferencial de sua gestão na medida em que condicionou a utilização dos recursos às prioridades definidas junto à população; a ampliação de sua base de apoio na Câmara Municipal e a atuação do vereador do PT e presidente da Câmara, Dilson Peixoto, que depois assumiria importante secretaria municipal; e, naturalmente, a parceria com o governador do Estado. Apesar de tudo, o prefeito acreditava, na ocasião, no avanço de seu projeto de “inverter prioridades” e nos resultados que, afirmava, viriam a partir de 2002. Apesar do relativo otimismo, isso só começou a se concretizar mesmo um ano depois; mas, inegavelmente, ali, começaram a ser criadas condições mais favoráveis para que sua gestão deslanchasse na segunda metade do mandato.

De fato, o fato político mais relevante daquele de ano (2002) ocorreu meses depois e teria desdobramentos positivos sobre sua administração: a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. E por várias razões. Senão vejamos.

Primeiro, porque João Paulo e sua administração deixaram de ser apenas um recheio do sanduíche político em que se encontrava. Isto é, não ficaria mais comprimido por seus adversários políticos, o governador Jarbas Vasconcelos e a *União por PE*, de um lado, e FHC-Marco Maciel, de outro. Agora teria o presidente Lula e o PT em Brasília. E mais: o PT do Estado logo emplacaria o candidato derrotado a governador e ex-secretário de Saúde do Recife, Humberto Costa, no Ministério da Saúde, uma das maiores vitrines do Governo Federal e um dos maiores orçamentos do País.

Além disso, Lula reforçou a forte simbologia em que já se constituía sua eleição e posse, visitando, logo no dia 10 de janeiro de 2003, com quase todos os ministros, a localidade de Brasília Teimosa, no bairro do Pina, na Zona Sul do Recife, área nobre da cidade. A hoje urbanizada

favela de Brasília Teimosa tem esse nome porque começou a ser construída logo após a inauguração de sua homônima no centro-oeste brasileiro. A diferença, que justifica o adjetivo é que sempre o Poder Público estava pronto a expulsar os moradores e destruir seus casebres; e os moradores, dispostos a retornar e a reconstruí-los. Anos depois, conseguiram ficar e conquistaram o direito de posse de suas casas; no entanto, até recentemente, ainda moravam 516 famílias em casebres construídos sobre palafitas fincadas na areia da praia em condições de extrema miséria.

A visita do Presidente resultou na promessa da União em disponibilizar os recursos necessários à construção de casas populares para aquelas famílias em outro local e à urbanização da praia. Foi assim que o presidente Lula mostrou ao País que existia outra Brasília, a Teimosa. E embora a promessa de acabar com as moradias sobre as palafitas não fosse inédita, seus autores estavam cumprindo o primeiro mandato municipal e federal. E um deles era o Presidente da República. Assim, foi recebida com muitas manifestações de apoio e esperança, mas, certamente, com alguma desconfiança, ainda que silenciosa.

O desdobramento da promessa do presidente Lula – identificado, ao longo da campanha, como o principal “cabo eleitoral” do prefeito-candidato – teria grande repercussão durante a propaganda eleitoral obrigatória. E ele retornaria ao Recife, no encerramento da campanha, para acompanhar pessoalmente a construção das casas, assentar alguns tijolos e passear na nova beira-mar de Brasília Teimosa, agora rebatizada de Brasília Formosa.

Período pré-eleitoral, a campanha e os resultados

Antes de tratar especificamente da campanha eleitoral, é importante destacar o seguinte: as pesquisas de opinião realizadas após os principais partidos definirem suas pré-candidaturas, o que ocorreu ao longo de 2003, e até as convenções que as homologaram, isto é, junho de 2004, mostravam que a avaliação da gestão João Paulo oscilava bastante. Com efeito, nunca se firmou favoravelmente. Por exemplo, em 29 de dezembro de 2003, o *Jornal do Commercio* publicou os resultados de pesquisa do Instituto Datafolha avaliando o desempenho de prefeitos de nove das principais capitais do País. O prefeito João Paulo, que em pesquisa anterior obtivera o quarto

lugar, despencava, agora, para o oitavo. A pesquisa apontava ainda uma rejeição de 40%, o que confirmava as primeiras pesquisas de intenção de voto para prefeito do Recife, realizadas também no segundo semestre de 2003. Naquela ocasião, João Paulo encontrava-se em pequena desvantagem em relação a Joaquim Francisco e Cadoca, que lideravam.

De fato, a pesquisa de intenção de voto do Instituto Datafolha, feita no dia 12 de dezembro de 2003 e publicada pelo *Jornal do Commercio* no dia 28, trazia o seguinte cenário: Joaquim Francisco, 29%; Cadoca, 24% e João Paulo, 22% das intenções de votos. A margem de erro era de 5%. A situação se repetiria em maio de 2004, quando a pesquisa Em Data/*Diário de Pernambuco*, realizada entre os dias 8 e 10, apontou: Joaquim Francisco, 27%; Cadoca e João Paulo, 26%, enquanto a rejeição foi, respectivamente, de 31%, 32% e 46%, ou seja, a rejeição a João Paulo estava realmente bem acima das demais.

Com a aproximação do período legal para as convenções partidárias, a intenção de votos para Joaquim Francisco começou a despencar e a polarização entre Cadoca e João Paulo passou a ficar evidente, embora eles ainda estivessem tecnicamente empatados. Tal fato evidenciava o início da migração da intenção de votos de um dos candidatos de oposição (Joaquim Francisco) para outro (Cadoca), mas também para o próprio prefeito-candidato. Tal fenômeno tem sido recorrente em eleições em Pernambuco e no Recife, quase sempre marcadas pela polarização entre dois candidatos de perfis ideológicos opostos, excludentes ou quase. Aliás, como fora ressaltado anteriormente.

Já em meados de agosto, quando teve início a propaganda obrigatória no rádio e na TV, a diferença percentual entre João Paulo e Cadoca começou a aumentar. A partir daí cresceu a intenção de voto em João Paulo a cada levantamento, independentemente da origem da pesquisa, enquanto a de Cadoca oscilou, mas dentro de uma mesma faixa. Até o final da campanha, a rejeição a João Paulo diminuiria e a de Cadoca aumentaria praticamente na mesma proporção³.

É evidente que vários fatores contribuíram para que isso ocorresse, como, por exemplo, os acertos dos programas eleitorais da *Frente de Esquerda*,

3 Cf. www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/pesquisas/cidades/pe-2004-recife.shl para se obter uma longa série histórica dos levantamentos sobre intenção de votos realizados por vários institutos. Endereço eletrônico acessado em 15 de novembro de 2004.

comandada pelo PT, e de seu candidato, que não fugiu ao estilo “zen”, que o tem caracterizado há bastante tempo. Ademais, para quem não sabe, uma das características pessoais mais destacadas do prefeito João Paulo é a prática da “meditação transcendental avançada”, introduzida, inclusive, no dia-a-dia da Prefeitura, onde ocorrem com frequência sessões de meditação ao final da tarde com a participação de secretários, funcionários e correligionários, e outros adeptos.

A campanha da *Frente de Esquerda* caracterizou-se por apresentar ações que marcaram a primeira gestão de João Paulo à frente da Prefeitura, em especial aquelas viabilizadas na segunda metade de sua gestão, o que coincidiu com os dois primeiros anos do Governo Lula. De modo geral, algumas ações foram expostas de forma recorrente. Entre elas, a implantação do Orçamento Participativo, a instalação ou ampliação de ações sociais como aqueles oferecidos pela Bolsa-Escola, pelos agentes de saúde, pelo Serviço de Atendimento Móvel de Saúde (SAMU), além da regulamentação do chamado transporte alternativo, a inversão do trânsito no bairro de Boa Viagem (Zona Sul) e a conclusão da paralela à avenida Caxangá (Zona Oeste), que facilitaram o escoamento de automóveis naquelas direções, construção de canais e contenção dos morros em áreas pobres, entre outras. Finalmente, a obra de Brasília Teimosa, então em curso.

É aqui que entra novamente Brasília Teimosa. Mais especificamente, um episódio que se não foi decisivo para a vitória de João Paulo já no 1º turno certamente contribuiu. Podemos resumi-lo assim: no dia 20 de agosto, o terceiro do horário obrigatório no rádio e na TV, apareceu no programa eleitoral de Cadoca uma mulher chamada Maria do Socorro. Ela reclamava porque a Prefeitura do Recife tinha feito a recuperação e a urbanização da beira-mar de Brasília Teimosa, onde antes estavam os casebres sobre palafitas, sem que estivessem prontas as casas para os que foram deslocados de lá. Chegava até a afirmar que João Paulo não cuidava das pessoas, mas, sim, da aparência da Cidade. A declaração de “dona” Socorro, como a imprensa passou a chamá-la, tinha endereço certo: o *slogan* da Prefeitura, “A grande obra é cuidar das pessoas”, e da campanha, “João Paulo fez o que ninguém fez”.

Três dias depois, a mesma “dona” Socorro apareceu no programa de João Paulo, afirmando ter sido coagida a dar a declaração anterior, citan-

do inclusive o nome da esposa de Cadoca, que a teria convencido a falar em troca de ajuda. “Dona” Socorro, que é artesã e moradora de Brasília Teimosa há muitos anos, onde é bastante conhecida, contou, então, que a ajuda prometida seria financeira, além da promessa de apoio para resolver o problema de um de seus filhos, que se encontrava preso. O episódio extrapolou os programas das duas candidaturas e virou tema de quase todos os demais. Pautou, ainda, as reportagens jornalísticas, em especial a mídia impressa, e os debates entre os candidatos. Depois, virou caso de polícia, envolvendo denúncias de seqüestro e perseguição policial.

De fato, no início de setembro, “dona” Socorro reapareceu nos noticiários como vítima de seqüestro. Ela teria sido amarrada e jogada em uma área de mangue, no centro do Recife, que é totalmente coberta pelo rio Capibaribe quando a maré atinge sua altura máxima. E só teria escapado graças a dois garotos que ouviram seus gritos quando foram ao lugar cheirar cola. Ajudada pelos garotos procurou apoio da Assistência Social da Prefeitura do Recife, que a encaminhou para uma Delegacia da Mulher. O Grupo de Operações Especiais (GOE), da Polícia Civil, assumiu o caso e a conduziu para fazer exames no Instituto de Medicina Legal (IML). No mesmo dia, o GOE caracterizou o episódio como seqüestro, mas o caso parecia mesmo não ter fim.

A 15 dias das eleições, o advogado Dominici Mororó, integrante do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) e causídico de “dona” Socorro desde que ela foi seqüestrada, foi perseguido por alguns homens que ocupavam um Palio e duas motos. Desconfiou do que estava acontecendo. Prevendo o pior, imediatamente telefonou para um delegado, seu conhecido, que o orientou a se dirigir a determinado local, onde montaria uma barreira. Na operação, foram presos três homens. O quarto fugiu. O automóvel e as motos tinham placas frias. Segundo a própria Polícia Civil, no interior do Palio foram encontrados três revólveres, uma câmera fotográfica, uma filmadora digital, dois gravadores, um binóculo e dois rádios transmissores, além de dossiê com informações sobre a rotina do advogado, relação de parentes e amigos ligados ao MNDH. No mesmo dia, os homens foram identificados como policiais militares, lotados na Casa Militar do Governo do Estado, que estariam em missão coordenada pelo GOE. O caso teve repercussão nacional, mas os secretários da Casa Militar e da Defesa Social e o governador trataram o episódio como um

“caso corriqueiro” ou “de polícia”. Já Cadoca, como “armação do PT”. E o caso não foi esclarecido, pelo menos até o final da campanha.

Decerto, o episódio de Brasília Teimosa não foi a única boa dificuldade da campanha da *União pela Mudança*, no entanto, mostra como foi conduzida sua campanha, caracterizada sobretudo por pesadas críticas e fortes ataques ao prefeito-candidato e sua gestão.

Outro exemplo: a certa altura da campanha, quando o episódio “dona” Socorro ainda não ganhara a dimensão policial, a *União pela Mudança* levou ao ar uma gravação que mostrava o prefeito João Paulo discursando. A certa altura, ele aparece prometendo construir uma escola pública em uma comunidade bastante pobre. Então, surge a denúncia: a promessa não fora cumprida. Conseqüência: vários alunos e alunas continuavam a freqüentar outra escola pública de município vizinho. E, para tanto, andavam alguns quilômetros. A resposta da *Frente de Esquerda* procurou esclarecer que o problema atingia alguns poucos estudantes e que a escola freqüentada não era do município vizinho mas outra do próprio Recife. Resumo da ópera: se a denúncia ficasse restrita à promessa não cumprida, possivelmente teria alguma repercussão, mas, como foi incrementada, não prosperou ou não mais pareceu crível ao eleitor.

Apesar disso, é necessário apontar que o maior problema da *União pela Mudança* foi não conseguir se desvencilhar da armadilha em que se meteu ao pautar suas propostas de campanha pela própria agenda da Prefeitura do Recife. Com efeito, as principais ações propostas pela oposição estavam em curso ou apontavam na direção de sua ampliação. Em alguns casos, as propostas eram tão inverossímeis que viraram motivo de piada no Recife, como o programa que previa a distribuição de medicamentos em casa. Noutros casos, padeciam de amparo legal, como a criação de uma Secretaria de Segurança Municipal para combater a violência na cidade.

E mais: além de não ter agenda própria, o candidato do PMDB mostrou-se dependente demais do governador, que, apesar de assíduo na campanha, ajudou mais o prefeito-candidato como adversário político, mas parceiro administrativo, que o candidato da *União pela Mudança* como seu principal “cabo-eleitoral”. Tal fato não deixou de ser usado na campanha da *Frente de Esquerda*, que ressaltou a importância e o ineditismo da parceria Governo do Estado-Prefeitura do Recife como um de seus trunfos: “Se está dando certo, por que mudar?”, explicitava. Além

disso, era destacado, por ambos, que, a despeito do resultado eleitoral, a parceria teria continuidade.

Embora bem feito tecnicamente, o programa eleitoral gratuito da *União Pela Mudança* não conseguiu mostrar um candidato seguro e preparado para ocupar o cargo. E o Cadoca dos programas diários não parecia corresponder ao Cadoca dos debates. Explico: nos debates entre os principais candidatos, ele não conseguiu ter sequer o mesmo desempenho que tinha nos programas gratuitos, o que era explorado pelos adversários. Por exemplo, logo no primeiro debate, realizado ainda no começo da campanha, ele chegou a ter um lapso de memória e não conseguiu lembrar o nome de uma importante e conhecida avenida localizada no Centro do Recife. Explorado até a exaustão, tal episódio o estigmatizou até o final da campanha.

Quanto aos debates, é relevante destacar ainda que, na medida em que eles iam ocorrendo, se evidenciava a formação de dois blocos: um, capitaneado pelo prefeito-candidato, que contava com anuência implícita dos candidatos do PMN, o deputado estadual Sílvio Costa, ferrenho adversário do governador e de sua aliança, e Joaquim Francisco, que passou a contemporarizar com o prefeito-candidato na medida em que as pesquisas de intenção de voto mostravam sua queda; e outro bloco formado em torno de Cadoca, que agregava o pós-comunista e deputado federal Raul Jungmann, ministro do Desenvolvimento Agrário do Governo FHC-Maciel, ao Irmão Araújo, candidato evangélico e de perfil conservador, que pautou sua campanha em defesa da família, contra as drogas e a aborto.

O resultado final foi a vitória dos candidatos da *Frente de Esquerda*, João Paulo e Luciano Siqueira, já no 1º turno, com 56% dos votos válidos, o dobro dos votos alcançados por Cadoca (ver anexo). E enquanto o PT fez a maior bancada na Câmara Municipal (oito vereadores em um universo de 36), os principais representantes da chamada “tropa de choque” de Cadoca e da oposição não renovaram seus mandatos, entre eles os cinco mais atuantes no primeiro mandato de João Paulo (2001-2004). A tendência é a de que, nos próximos quatro anos, o prefeito reeleito amplie ainda mais sua base de apoio na Câmara.

Significados da eleição e perspectivas para 2006

Cabe, finalmente, procurar respostas para as seguintes questões: do ponto de vista político, quem ganhou e quem perdeu com os resultados alcançados? Em termos prospectivos, o que significam tais resultados para as gestões municipal e estadual? E para as eleições de 2006? É o que tentarei analisar nesta última seção.

Como não poderia deixar de ser, as respostas são múltiplas, no entanto, é possível adiantar que, tanto do ponto de vista eleitoral quanto político, os maiores vencedores foram, sem dúvida, João Paulo e o PT. João Paulo consolidou-se como a maior liderança do PT, em Pernambuco, e o partido, como uma força eleitoral, apesar do tímido crescimento alcançado no interior. Isso faz com que, por ora, João Paulo e o PT comecem a ocupar o espaço antes preenchido pelo ex-governador Miguel Arraes e o PSB. Pode parecer exagero, mas não é. Senão vejamos.

Para que se tenha uma idéia mais precisa da importância da Capital no contexto do Estado, é importante destacar o fato de que o Recife possui cerca de 18% (1.030.769) do eleitorado do Estado (5.651.120). E a Região Metropolitana, que recebe sua influência direta, outros 24% (1.341.409). Um exemplo do significado disso é que, desde a redemocratização dos anos 1980, todos os eleitos para ocupar o cobiçado Palácio do Campo das Princesas, sede do Governo Estadual, despacharam antes no 9º andar da Prefeitura da Cidade do Recife, onde fica o gabinete do prefeito, tendo, entre eles apenas o rio Capibaribe, além, é claro, 4.620.351 de votos espalhados pelos demais municípios que compõem a RMR e todos da Zona da Mata, Agreste e Sertão.

Além disso, as derrotas de Marta Suplicy, em São Paulo, que não se reelegeu, e Raul Pont, em Porto Alegre (RS), que interrompeu a mais longa experiência do PT no Executivo, ambas no 2º turno, colocou João Paulo em lugar de destaque entre os petistas. Dentre outras razões, porque, de modo geral, das prefeituras controladas pelo PT, a do Recife só perde em importância para Belo Horizonte (MG). Assim, com a vitória ainda no 1º turno, o prefeito reeleito do Recife pode se tornar umas das estrelas nacionais do partido já nos próximos dois anos.

Já a derrota tem dois endereços: politicamente, coube ao governador e à *União por PE* amargá-la; eleitoralmente, coube, sobretudo, ao próprio Cadoca e ao PMDB, do qual, aliás, ele é o único representante em Brasília.

E na medida em que a aliança originalmente envolveu PMDB e PFL, em 2006, certamente, só interessará ao PFL disputar a eleição para governador. E mais: só se ela estiver casada com a candidatura de Jarbas Vasconcelos ao Senado, disputa que ele já perdeu em 1978. Qualquer outra decisão do governador poderá decretar o fim da aliança. E assim como ocorreu na eleição municipal, a aliança *União por PE* sai da disputa municipal com dois pré-candidatos: o vice-governador Mendonça Filho (PFL) e o senador Sérgio Guerra (PSDB).

Mendonça Filho é tido como o pré-candidato natural (condição politicamente construída, e não um dádiva) porque é vice-governador desde 1998, além de filho de um dos mentores da *União por PE*, o deputado federal José Mendonça. Parece política e pessoalmente capaz de unir os aliados em torno dele – menos, talvez, o senador Sérgio Guerra. E aí reside o maior problema. Como líder da oposição ao Governo Lula no Senado, desde meados de 2003, o que lhe dá palanque, munição e treino para enfrentar o PT, o senador é mais voluntarioso e, por isso, mesmo tem se mostrado mais apto à próxima disputa. Por sua vez, Mendonça Filho é mais discreto e, como vice, tem seguido a orientação do governador de só discutir eleições em 2006. Por isso não destoa da relação amistosa de Jarbas Vasconcelos com o prefeito João Paulo. Por estar mais “maduro” do que o vice-governador, Sérgio Guerra sabe que seu “tempo político” deve ser mesmo 2006. Explico: se Mendonça Filho disputa e vence em 2006, certamente disputará a reeleição em 2010. E Sérgio Guerra, aguardará 2014?

Dessa forma, novamente fiel da balança, o governador Jarbas Vasconcelos terá que decidir entre o compromisso de 1993, em especial com a família Mendonça e o PFL, o que o levaria a optar por um candidato mais palatável na aliança, e um candidato “no ponto”, mas tido como desagregador. Assim, em 2006, poderá se repetir, perigosamente, o dilema Raul Henry versus Cadoca.

Ainda quanto ao governador Jarbas Vasconcelos e sua aliança, é preciso dizer que devem enfrentar a maior crise política e administrativa. Política, por motivos já expostos; administrativa, porque já não dispõe mais dos recursos da privatização da maior estatal do Estado, a Companhia de Eletricidade de Pernambuco (CELPE), da ordem de 1 bilhão de dólares, e do apoio do Governo federal como teve nos anos FHC-Maciél, fatores

que impulsionaram decisivamente seu primeiro mandato. Tudo isso afetará os partidos que compõem a União Por PE e seus principais líderes. Até porque o governador tem se colocado à frente daqueles que assumem o discurso mais oposicionista ao Governo Lula e ao PT.

Quanto ao PT, a candidatura do prefeito a governador tenderá a ganhar novo fôlego a partir de sua reeleição, em especial porque, pelas razões expostas, receberá apoio político e material do Governo Lula nos próximos dois anos. Além disso, o PT ampliou o número de vereadores na Câmara Municipal, elegendo a maior bancada. O mesmo aconteceu com o número de partidos que compuseram a coligação, agora em número de nove (PT, PSL, PCB, PAN, PTC, PSB, PRP, PCdoB e PTdoB), embora em sua maior parte sejam minúsculos. Em suma, as perspectivas políticas e administrativas para a nova gestão do prefeito João Paulo parecem bem promissoras, em especial quando comparadas às do início de seu primeiro mandato.

Assim, é plausível supor que o partido o transforme em seu candidato para 2006 a despeito do ministro da Saúde, Humberto Costa, ser considerado como o candidato natural àquela disputa estadual; ou o partido e o ministro simplesmente tenham que “aceitá-lo” como candidato. A opção por João Paulo, porém, caso se consolide sua rápida ascensão, poderá levar o PT a enfrentar uma crise interna sem precedentes desde que se transformou em um partido eleitoralmente forte em Pernambuco, pois a silenciosa disputa entre a tendência do PT liderada pelo ministro Humberto Costa, que tem controle sobre a burocracia e as instâncias partidárias, e o chamado núcleo duro da Prefeitura, comandado por João Paulo, poderá extrapolar os limites partidários se a candidatura do prefeito se mostrar mais viável do que a do ministro.

Não é só isso. João Paulo não parece ser mesmo o nome mais palatável para os demais partidos de oposição ao Governo Jarbas Vasconcelos e seus pré-candidatos: o PSB, do ministro de Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, e o PTB, de Armando Monteiro Neto. Aliados do Governo Lula, ambos parecem preferir uma composição com Humberto Costa, particularmente porque, desde o segundo Governo Miguel Arraes (1987-90), o ministro é mais próximo dos socialistas do que João Paulo e, conseqüentemente, mais distante do atual governador, o que agrada igualmente ao PTB. Também porque a pré-candidatura do ministro co-

locaria todos os demais pré-candidatos em iguais condições para discutir uma composição. Basta lembrar que, em 2006, enquanto João Paulo terá seis anos de experiência executiva pela vontade popular, e de exposição, Humberto Costa terá uma breve passagem pela secretaria de Saúde, exatamente na primeira gestão de João Paulo, e no ministério do Governo Lula; ou seja, ainda não terá mostrado que possui brilho próprio para disputas majoritárias. É mais um paradoxo: se vingar a pré-candidatura do ministro, ganha a oposição, mas perde o PT. O inverso ocorre com a pré-candidatura do prefeito João Paulo.

Diante desse quadro, o prefeito reeleito estará acompanhando atentamente os movimentos de Jarbas Vasconcelos e do PMDB, enquanto Humberto Costa, os do ex-governador Miguel Arraes e do PSB. Caso esse cenário se confirme, caberá então ao presidente Lula e à direção nacional do PT apontar que caminho o partido tomará em Pernambuco tendo em vista seu (de Lula e do PT nacional) principal objetivo: a reeleição presidencial em 2006. Isso, sim, poderá virar de ponta-cabeça as alianças políticas no Estado.

Portanto, passadas as eleições municipais, os partidos e suas lideranças praticamente já deram partida visando a 2006, mas os dois ex-metalúrgicos e ex-líderes sindicais (Lula e João Paulo) ainda terão dois anos pela frente, o que em política é uma eternidade. Por isso, o resultado da disputa dependerá – e muito – do que eles fizerem até lá. Ou deixarem de fazer.

ANEXO

RECIFE, ELEIÇÕES 2004
RESULTADO FINAL PARA PREFEITO

Candidato	Coligação	Votos	%
João Paulo (PT)	PT-PSL-PCB-PAN-PTC-PSB-PRP-PCdoB-PTdoB	458.846	56,11
Cadoca (PMDB)	PMDB-PP-PTN-PFL-PSDC-PRTB-PV-PSDB-PRONA	225.847	27,62
Joaquim Francisco (PTB)	PTB-PDT-PL	76.587	9,37
Raul Jungmann (PPS)	PPS	29.722	3,63
Irmão Araújo (PSC)	PSC	14.206	1,74
Sílvio Costa (PMN)	PMN	9.870	1,21
Kátia Telles (PSTU)	PSTU	2.666	0,33
Conde (PHS)	PHS-PCO	0	0,00

FONTE: Levantamento direto no TRT-PE

NOTA: Os votos do candidato Conde, da coligação PHS-PCO, foram impugnados

TOTAL DE URNAS	2.413
Total de Votos	1.030.769
Abstenção	144.838 (14,05%)
Comparecimento	885.931 (85,95%)
Votos Brancos	24.075 (2,72%)
Votos Nulos	44.112 (4,98%)

João Pessoa: uma vitória anunciada

Hermano Nepomuceno Araújo¹

Desde 1998 que a política, especialmente a partidária e a eleitoral, na Paraíba, passou a ser subordinada à disputa entre o grupo político do então governador e hoje senador José Maranhão e o grupo Cunha Lima, liderado pelo ex-governador e então senador – hoje deputado federal – Ronaldo Cunha Lima, tendo como adjunto seu filho, o então prefeito de Campina Grande, Cássio Cunha Lima, posteriormente, dirigente principal, por conta de acidente vascular cerebral sofrido pelo pai.

Egresso do antigo MDB, jovens deputados estaduais no início dos anos 1960, cassados pelo Ato Institucional nº 5, no pós 1968, Ronaldo Cunha Lima e José Maranhão seguiram carreira no PMDB, sem enfrentamentos até 1998. Em 1994, o PMDB elege o governador Antônio Mariz, tendo como vice-governador José Maranhão, e como senador Ronaldo Cunha Lima. Com a morte do titular, José Maranhão assume o governo do Estado e, no decorrer do mandato, articula a sua reeleição. A disputa pela indicação convencional é travada previamente na disputa pelo controle do Diretório Estadual que, rapidamente, degenera em guerra aberta pela cooptação dos delegados convencionais. O governador Maranhão sai vitorioso, com a sua indicação como candidato à reeleição assegurada. É eleito governador, em chapa partidária, com 80,72% dos votos válidos contra 16,11% da coligação PSB-PT¹.

¹ Gilvan Freire, candidato a governador pelo PSB tendo o candidato a vice-governador do PT, é aliado tradicional do grupo Cunha Lima.

A perda do controle partidário levará o grupo Cunha Lima, após as eleições municipais de 2000, a migrar, pelas suas lideranças principais, para outro partido. O escolhido foi o PSDB, como via para manter garantido o acesso do grupo ao Palácio do Planalto, estabelecendo-se também aí – na relação do plano estadual com o governo federal – a disputa renhida pela interlocução oficial, pelo atendimento dos pleitos e demandas e por indicações de cargos.

Nas eleições municipais de 2000, na capital João Pessoa e no Município de Campina Grande (o segundo maior colégio eleitoral da Paraíba), o grupo Cunha Lima operou dois movimentos distintos – em termos de aliança partidária – mas que asseguraram a certeza da vitória, anunciada pela amplitude das coligações articuladas. São coligações amplíssimas, envolvendo 21 partidos em João Pessoa e 16 partidos em Campina Grande.

O PT inicia 2000 operando movimentos também distintos nas duas cidades; mas o determinante é uma nova postura, aberta a novos desenhos de coligações eleitorais, inclusive com partidos fora do campo tradicional da esquerda. Em Campina Grande, o prefeito Cássio Cunha Lima (ainda no PMDB), candidato à reeleição, surpreende a opinião pública e as oposições mais à direita do PT, representadas pelos candidatos do PDT e do PP, firmando compromisso de coligação com o PT local, tendo como candidata a vice-prefeita a vereadora Cozete Barbosa, de trajetória sindicalista² e identificada como oposição tenaz de esquerda ao grupo Cunha Lima³. Esta coligação é endossada pela direção estadual do PT e sacramentada, inclusive, com a presença avalisadora de Luís Inácio Lula da Silva. É inegável o objetivo de conquistar o apoio do grupo Cunha Lima à candidatura presidencial para 2002.

Em João Pessoa apresenta-se como candidato a prefeito pelo PT o vereador Ricardo Coutinho, o mais votado na história eleitoral do município. Militante estudantil, sindicalista, posicionado no campo mais à esquerda do PT, mas sem vinculação orgânica com nenhuma das suas tendências, articulado e articulador dos movimentos sociais mais alternativos e menos institucionalizados, isto é, movimentos não

2 O sindicato dos servidores públicos municipais.

3 A vitória será expressiva: 71,35% dos votos válidos contra 21,76% do candidato do PP e 7,29% do candidato do PDT.

subordinados às estruturas formais (CUT, sociedades de amigos de bairros), era o nome do partido que mais reunia visibilidade na Capital e condições de disputa eleitoral em faixa própria.

A cúpula dirigente do PT, nos planos estadual e municipal, e com respaldo articulado da direção nacional, se movimenta internamente, mas com repercussão na imprensa, contra a candidatura de Ricardo Coutinho. Na visita de Lula à Paraíba, não se tem nenhuma programação política pública em João Pessoa e toda a mobilização é concentrada em Cabedelo, a cidade portuária vizinha à Capital, onde o candidato do PT integrava uma coligação vasta, incorporando 12 partidos políticos. Recae sobre Ricardo Coutinho as acusações de personalista, desagregador, individualista e descompromissado com o projeto partidário. Na seqüência, sob pressão, o vereador retira a sua candidatura, apresentando um documento à direção partidária. O PT de João Pessoa apresenta uma chapa partidária⁴ mas claramente sem perspectiva de disputa real.

No PMDB, o caminho é inverso. O governador Maranhão e o prefeito Cícero Lucena (do grupo Cunha Lima), candidato à reeleição, celebram uma pacificação⁵. O resultado eleitoral é avassalador: 74,02% contra 21,02% do PT e 4,22% de outros três candidatos.

2

Em 2001, o grupo Cunha Lima ingressa no PSDB, enquanto aliados seus ocupam o controle de outros partidos, como PTB, PV e PL, além de já contar com o apoio do PRP e do PMN. Perderão, entretanto, o controle do PSB que sai de Gilvan Freire e vai para Nadja Palitot, suplente de vereadora na Capital e Antonio Barbosa, o “Bala”⁶.

Até junho de 2004⁷, a intervenção das novas direções estaduais dos partidos sobre os diretórios e comissões provisórias municipais será uma prática rotineira em quase todos os partidos na Paraíba. As direções muni-

4 O deputado Luis Couto tendo como vice-prefeito o presidente do Diretório Municipal, ambos da tendência Articulação.

5 O governador Maranhão indica como candidato a vice-prefeito o presidente estadual do PMDB, seu aliado.

6 Futuro candidato ao Senador em 2002 e irmão da prefeita Cozete Barbosa.

7 O mês estabelecido pela legislação para realização das convenções para escolha dos candidatos.

capais são enquadradas em ordem unida sob a conveniência dos comandos estaduais. Os líderes partidários municipais e os pretensos candidatos para 2002 e para 2004 não têm a segurança do partido fora dos limites da lealdade expressa aos dirigentes estaduais.

A partir da posse, como prefeita de Campina Grande, de Cozete Barbosa, por conta da desincompatibilização do cargo de prefeito de Cássio Cunha Lima para poder concorrer ao governo do Estado, o PT acelera sua movimentação tentando garantir o apoio do grupo Cunha Lima à candidatura de Lula. Candidato pelo PSDB, para manter o acesso ao Palácio do Planalto, na disputa ferrenha com o grupo Maranhão, Cássio Cunha Lima formaliza seu apoio à candidatura tucana de José Serra. Durante a campanha eleitoral, porém, seu palanque abriga e abre espaços às candidaturas de Ciro Gomes, via PTB, e de Lula, pela presença do PV e de Garotinho, pela participação de ainda integrantes do PSB.

Na impossibilidade de receber o apoio do grupo Cunha Lima, o PT passa a trabalhar com a possibilidade de uma candidatura própria. O escolhido foi o deputado federal Avenzoar Arruda, que exige, com o aval e compromisso da direção nacional, um documento de apoio para 2004 por parte dos líderes petistas, inclusive Ricardo Coutinho. Enquanto isso, em Campina Grande, a prefeita Cozete declara seu compromisso com a candidatura a governador do ex-prefeito Cássio, bem como seu apoio, por motivo de coração, à candidatura ao senador do seu irmão Bala - PSB. Por outro lado, o governador Maranhão lança como candidato à sua sucessão o vice-governador Roberto Paulino (PMDB) e define como posicionamento do seu grupo e do partido, na Paraíba, o apoio à candidatura de Lula, contrariando a decisão nacional⁸. No desenrolar da campanha no 1º turno, a defesa da candidatura de Lula abre uma ponte nova entre o PT e o PMDB, ainda mais que havia plena consciência da impossibilidade da vitória petista para governador.

Como era esperado, Cássio Cunha Lima (PSDB), com 47,2% dos votos válidos e Roberto Paulino (PMDB) com 39,98%, passam para o 2º

8 Na campanha presidencial de 2002 o PMDB indicou a candidata a vice-presidente na chapa de José Serra (PSDB).

turno. Avenzoar Arruda do PT⁹ alcançou 12,57%, tornando-se o grande eleitor, o fiel da balança, do 2º turno. Agora, o palanque presidencial de Lula se instala no palanque do PMDB com a declaração de apoio oficial do PT à candidatura de Roberto Paulino. A nova aliança paraibana é sacramentada em grande comício em João Pessoa com a participação do candidato Luís Inácio Lula. Logicamente, até por contraposição, o palanque de Cássio Cunha Lima abriga a candidatura tucana de Serra. Cabe registrar que o PL assume, então, o apoio oficial à candidatura de Cássio para governador.

Na Paraíba, ao final, Cássio é eleito governador, com 51,35% dos votos válidos (um crescimento de 4,15% em relação ao 1º turno) contra os 48,65% de Roberto Paulino (um crescimento de 8,67% em relação ao 1º turno).

3

Em janeiro de 2003, o cenário para 2004 começa a ser montado em meio às disputas pela indicação aos cargos federais no Estado, no amplo e diferenciado campo governista federal no plano estadual: o PDT apoiou o candidato a governador do PMDB no 2º turno; o PV, o PTB e o PSB apoiaram o do PSDB, o PPS liberou os militantes; e o PL indicou o vice do PT e no 2º turno apoiou o candidato do PSDB.

O vereador Ricardo Coutinho elege-se o deputado estadual mais votado na Paraíba, com 47.912 votos (2,77% dos votos válidos)¹⁰, com alta concentração de votos na Capital (35.566), e reafirma sua candidatura a prefeito de João Pessoa pelo PT. A cúpula partidária, sob a hegemonia da tendência Articulação, se contrapõe novamente, repetindo 2000, e afirma claramente sua preferência pela candidatura de Avenzoar Arruda. O mecanismo proposto para superação do impasse é a prévia partidária interna. Sabendo-se minoritário na máquina partidária, Ricardo Coutinho contrapõe a realização de pesquisas de opinião pública.

O PT da Paraíba desenvolve dois movimentos de articulação distintos no que toca aos parceiros para 2004 em João Pessoa e Campina Grande.

9 O candidato a vice-governador era do PL. Registre-se que foi a Paraíba o estado que antecipou a coligação nacional PT-PL.

10 O segundo deputado mais votado conquistou 35.160 votos.

Na Capital, privilegia trabalhar o apoio do PMDB do agora senador Maranhão¹¹ para Avenzoar Arruda e em Campina Grande trabalha para se assegurar do apoio de Cássio do PSDB à reeleição da prefeita Cozete; em ambos os casos intenta indicar os cabeças-de-chapa.

O preenchimento dos cargos federais na Paraíba é um capítulo à parte, mas de consequências para o cenário de 2004. O PT paraibano privilegia abertamente suas indicações partidárias – e particularmente as indicações dos próprios dirigentes estaduais – e as do grupo Maranhão. Os tradicionais aliados da esquerda e os do 2º turno, nomeadamente o PCdoB, PSB, PV e PPS, são excluídos das indicações. Não há, salvo uma ou outra promessa vazia, nenhuma negociação. O PP do deputado federal Enivaldo Ribeiro, por ter apoiado a candidatura de Lula no palanque de Roberto Paulino, mas também graças à esperança da prefeita Cozete de contar com o apoio pepista em 2004, consegue indicar nomes para cargo federal no Estado. O PTB e o PL, partidos aliados ao governador Cássio, conseguem suas indicações por gestões diretas em Brasília. O governador, inclusive, estabelece uma ponte direta com o Palácio do Planalto, tão assídua que, por vezes, cogita-se na sua filiação ao PT. De qualquer forma, credencia-se como interlocutor privilegiado do Planalto junto aos governadores tucanos e nordestinos.

No desenrolar do primeiro trimestre de 2003, o deputado Ricardo Coutinho, temendo não ser o candidato escolhido pelo PT, mais uma vez, abre canais de diálogo com o PPS e o PSB, visando a uma nova filiação que lhe garanta a indicação como candidato a prefeito. Em abril, desfilia-se do PT mas sem sofrer nenhum desgaste político pessoal. Na certeza de contar com o apoio do PPS e apostando na possibilidade de atração do PCdoB, também contabilizando declarações de apoio do PDT, filia-se ao PSB. Neste processo de atração de partidos do campo mais à esquerda, articula e lança um fórum de debates, para articulação interpartidária e interlocução com movimentos sociais e setores organizados da sociedade, inclusive na área empresarial, intitulado “Cidade Aberta”, promovido pelo PSB, PPS e PDT, tendo o PCdoB como ou-

11 Foi senador com 28,72% dos votos válidos, isto corresponde a 831.083. O segundo eleito, Efraim Moraes, do PFL, obteve 594.191 e o terceiro colocado, também do PFL, Wilson Braga, chegou a 591.390 votos.

vinte. Logo é notório, visível a olho nu, a aceitação de sua candidatura pela população. Os comentários sobre as primeiras pesquisas realizadas o colocam em empate técnico com o senador José Maranhão. Como é de conhecimento público o fato de que o senador não será candidato a prefeito, o favoritismo de Coutinho é explícito.

4

A eleição para governador, em 1998, anunciou e as eleições para prefeito em 2000, em João Pessoa e em Campina Grande, consagraram a prática da formatação de coligações amplas, verdadeiras “sopas-de-letrinhas”, que asseguravam, pelo isolamento do adversário, a antecipação da vitória; a estratégia era ganhar a disputa bem antes da eleição propriamente dita.

A partir de meados de 2003 até março de 2004, a candidatura de Ricardo Coutinho passa a sofrer um ataque em pinças oriundo de dois pontos distintos. De um lado, o PT busca recuperar o espaço perdido, tentando restabelecer o diálogo com os partidos de esquerda, inclusive com a proposta de redefinição dos cargos federais, mas, principalmente, tenta assegurar, com vigor, o apoio do senador Maranhão¹². Na realidade, o PT paraibano, após abandonar e perder os seus aliados tradicionais e da base governista federal, pôs-se refém dos apoios de duas forças que se excluem mutuamente, inimigas declaradas e sem quartel: Maranhão e Cunha Lima. Resultado: nem um, nem outro. O isolamento que identificava e prescrevia, como característica de Coutinho, termina sendo seu fardo e seu desastre político e eleitoral.

Por outro lado, Ruy Carneiro¹³, o candidato do PSDB, com o monitoramento do governador Cássio Cunha Lima e do prefeito Cícero Lucena, os líderes maiores do tucanato paraibano, desenvolve, com ímpeto, um processo de atração e cooptação dos partidos políticos, visando à reedição da “sopa-de-letras” de 2000 e o conseqüente isolamento

12 Em Campina Grande, a prefeita Cozete Barbosa do PT continua envidando todos os esforços, apesar dos esgarçamentos, para obter o apoio do governador Cunha Lima à sua reeleição.

13 Político jovem, ex-vereador e deputado estadual, chefe da Casa Civil do prefeito Cícero Lucena, foi por este indicado candidato à sua sucessão, conseguindo impor seu nome ao grupo Cunha Lima e seu esquema governista, que inclui a liderança, com pretensão de autonomia, do senador Efraim Moraes, do PFL, o qual impôs o nome de sua mulher como candidata a vice-prefeita.

de Ricardo Coutinho. O PPS sofreu um bombardeio tremendo com a cooptação de dirigentes partidários de João Pessoa, ameaças de intervenção no diretório e interferência explícita do próprio governador Cássio Cunha Lima no processo eleitoral interno dos órgãos partidários. O apoio à candidatura de Ricardo Coutinho é decidido pelo Diretório Municipal de João Pessoa por apenas um voto de maioria, apesar da predileção majoritária dos candidatos a vereador. O PDT não ficou incólume ao ataque tucano: o presidente estadual, o ex-prefeito Chico Franca (1997-2000), foi nomeado pelo governador titular da Secretaria Estadual de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, os defensores da candidatura de Coutinho saíram para o PSB ou foram afastados, e o partido integrou-se à candidatura de Ruy Carneiro, passando a abrigar os dois vereadores – Padre Adelino e Antônio Bezerra – que saíram do PT.

Apesar dos percalços, era visível o crescimento do candidato do PSB. Em abril de 2004, o perigo do isolamento é afastado com a simbologia da solenidade de instalação do Conselho Político integrado com representantes do PSB, PPS, PC do B, PHS e PCB. Enquanto isso, cada vez mais pressionado pelo PT, o senador Maranhão lança o deputado estadual Manoel Júnior¹⁴ como candidato próprio do PMDB a prefeito de João Pessoa, mas um canal de diálogo com Ricardo Coutinho continua aberto.

Posteriormente, com o olho em 2006, o PMDB acerta a retirada da candidatura própria, indicando o mesmo deputado Manoel Júnior como candidato a vice-prefeito de Ricardo Coutinho.

Isolado à esquerda e à direita, o PT consegue, na undécima hora, uma coligação com o PSDC, que indica o pastor Edvan Carneiro como candidato a vice-prefeito. A síndrome do isolamento também atingiu o PT de Campina Grande que, também na undécima hora, conseguiu a coligação com o PHS, que indicou o médico Dalton Gadelha¹⁵ como candidato a vice-prefeito de Cozete Barbosa¹⁶. Além do desgaste adminis-

14 Ex-prefeito reeleito de Pedras de Fogo e presidente da FAMUP (Federação das Associações dos Municípios da Paraíba), Manoel Júnior obteve a segunda maior votação, após Ricardo Coutinho, na sua primeira disputa para deputado estadual.

15 Filho de tradicional família política sertaneja, com reduto eleitoral em Sousa, é irmão do deputado federal Marcondes Gadelha (PTB), do prefeito de Sousa, Salomão Gadelha (PFL) e do presidente da FIEP – Federação das Indústrias, Francisco Buega (PP).

16 Integraram também a coligação o PCdoB e o PRP, este completamente dividido pela influência do grupo Cunha Lima.

trativo e político em que se debatia, a candidatura à reeleição da prefeita se vê esmagada entre a candidatura do PSDB do grupo Cunha Lima, que apresenta o presidente da Assembléia Legislativa, deputado estadual Rômulo Gouveia, em coligação integrada ainda pelo PP, PV, PTB, PL, PFL, PTN, PSC e a candidatura do PMDB com o vereador Veneziano Neto, em coligação com PPS, PDT e PSDC.

5

Pronto. O cenário de 2004, com forte viés para 2006, estava montado. A campanha de Ricardo Coutinho, apesar da visível escassez de recursos materiais, ainda mais acentuada em comparação com a miliardária campanha tucana e a bem equipada campanha petista, seguiu uma linha inexorável de ascensão e não sofreu nenhum percalço. O resultado eleitoral foi consagrador.

A força da candidatura de Ricardo Coutinho mais atrás, no início de 2003, decorre, em muito, da sua forte capilaridade social. Ao longo dos seus mandatos de vereador e deputado estadual, Coutinho construiu, a partir do seu gabinete, uma estrutura extremamente ágil, com forte inserção nos movimentos sociais e alto grau de militância e mobilização, intitulada “Coletivo Ricardo Coutinho”, reforçando o seu destacado desempenho parlamentar, reconhecido pelos adversários. A este mérito próprio se somam, além do tradicional comportamento oposicionista da Capital, dois outros fatores conjunturais. Um é o desgaste, numa cidade com forte influência dos segmentos dos servidores públicos, do governo Lula e do PT. Coutinho, malgrado sua origem petista, conseguiu, inclusive pelo discurso político e atos setoriais mas simbólicos de protesto, seguir imune, o que não ocorreu com o PT e seu candidato. Uma possível acusação de radicalismo se esvai em face da participação dos candidatos do PCD e PSTU.

O outro é o desgaste das administrações tucanas, tanto no âmbito da Prefeitura quanto – de forma impressionante pela rapidez e a profundidade – no patamar do Governo Estadual, o que atingiu em cheio o candidato do PSDB. Os números finais do 1º turno traduzem o quadro na página seguinte:

Candidato	Votos	Votos válidos
RICARDO COUTINHO – PSB/PMDB	215.649	64,45%
RUY CARNEIRO – PSDB/PFL	103.108	30,82%
AVENZOAR ARRUDA – PT/PSDC	11.003	3,29%
LOURDES SARMENTO – PCO	3.199	0,96%
ANTÔNIO RADICAL – PSTU	1.635	0,49%

Em Campina Grande, segundo maior colégio eleitoral do Estado, a eleição foi decidida no 2º turno que assistiu à montagem de uma grande frente de oposição ao grupo Cunha Lima no palanque do PMDB. As candidaturas Cozete Barbosa (PT) e Lídia Moura (PSB) subiram no palanque de Veneziano Neto, ensejando a derrota do grupo Cunha Lima também em Campina Grande, seu maior reduto eleitoral¹⁷. O outro grande derrotado foi o PT na Paraíba, que perdeu a reeleição dos seus quatro prefeitos e teve um desempenho medíocre na Capital e em Campina Grande.

¹⁷ O grupo do governador perdeu as eleições em sete dos dez maiores colégios eleitorais da Paraíba.

As eleições de 2004 para a prefeitura de Natal/RN: a disputa por hegemonia¹

José Antônio Spinelli

No dia 31 de outubro de 2004, o prefeito de Natal (RN), Carlos Eduardo Alves, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), foi reeleito, em segundo turno, ganhando o direito de continuar à frente do Executivo da Capital potiguar, no período 2005/2008.

Foi uma disputa acirrada, contra o deputado estadual Luiz Almir, do Partido da Socialdemocracia Brasileira (PSDB), batido por uma diferença de menos de 4% dos votos válidos.

Apesar dessa pequena diferença em favor do prefeito reeleito, uma rápida observação sobre os resultados mostra que Alves venceu em três das quatro zonas eleitorais de Natal, perdendo apenas em uma, a primeira. Vendo-se a eleição da perspectiva das regiões da Cidade, percebe-se que o prefeito ganhou nas regiões sul, leste e oeste, enquanto Almir suplantou seu adversário apenas na região norte, seu tradicional reduto. Do ângulo do comportamento eleitoral das classes sociais, pode-se notar que o prefeito venceu amplamente nos setores de classe média e da “alta classe média”

1 Esse artigo é, parcialmente, resultado de uma pesquisa com apoio do CNPq, que forneceu uma bolsa de iniciação científica. Agradeço as sugestões e críticas de João Emanuel Evangelista, Tiago Spinelli e Conceição Spinelli. Obviamente eles não são responsáveis pelos senões do trabalho. Agradeço a grande colaboração dos meus bolsistas Anderson Christopher dos Santos, Augusto César Francisco, Ádrina Mendes Cavalcanti e Paulo Dantas Torrecuso.

natalense (regiões sul e leste) e entre os “descamisados” (região Oeste da cidade, área que apresenta os mais altos índices de “desfiliação” social²), enquanto Almir superou seu adversário entre assalariados da classe trabalhadora e uma “pequena burguesia” ainda muito pobre, mas em ascensão, de formação recente, concentrada na região norte da Capital³.

**TABELA 1 – Eleições municipais 2004
Resultado do 2º Turno em Natal/RN**

Candidato	Partidos	Votação	% Válidos
40 – Carlos Eduardo	PSB – PP	192.513	51,92%
45 - Luiz Almir	PSDB – PMDB	178.249	48,08%
Abstenção	Comparecimento	Total	
72.829 (15,61%)	393.797 (84,39%)	466.626	
Branco	Nulo	Válidos	
4.297 (1,09%)	18.738 (4,76%)	370.762 (94,15%)	

Fonte: TSE⁴

Os candidatos

Carlos Eduardo Alves foi deputado estadual pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) por quatro legislaturas a partir de 1986. O atual prefeito pertence ao clã Alves, liderado por seu tio, Aluísio Alves⁵

² O conceito de desfiliação social é retirado de Roberto Castel, *As metamorfoses da questão social*, Petrópolis, Vozes, 1998.

³ Estudos do IDEMA (Fundação Instituto de Desenvolvimento e do Meio Ambiente/RN) mostram que a zona norte exibe um mercado local bastante dinâmico voltado para assalariados de baixa renda e “baixa pequena burguesia”.

⁴ Dados do TSE, consultados do sistema “Divulga Brasil”, em 02/11/2004, às 16:18 h.

⁵ Jornalista, deputado federal constituinte em 1945, reeleito várias vezes, redator-chefe da Tribuna da Imprensa e secretário-geral da UDN nos anos 50, governador (1960-65), deputado federal pela ARENA em 1966, cassado em 1969, líder do MDB, depois PMDB, derrotado em 1982 na eleição para o governo do Estado, ministro da Administração durante todo o governo Sarney e, até hoje, presidente regional do PMDB. Comanda o conglomerado de empresas de comunicação da família (emissora de televisão, de rádio, jornal etc.).

e seu primo, o senador Garibaldi Alves Filho⁶ (PMDB). Durante o segundo governo do primo (1999-2002), ocupou a Secretaria de Trabalho, Justiça e Cidadania e marcou sua passagem por esse cargo com a criação das centrais do cidadão, na Capital e em algumas cidades do interior, promovendo uma imagem de administrador moderno e dinâmico. Em 2000, a então prefeita Wilma de Faria, candidata à reeleição, rompeu com a coligação Vontade do Povo (liderada pelo PFL) e fez um acordo com o governador Garibaldi Alves Filho, entrando, ela e seu partido, para a Unidade Popular. Como resultado desse acordo, Carlos Eduardo Alves foi o seu companheiro de chapa, como candidato a vice-prefeito. Em 2002, Wilma de Faria rompe com a Unidade Popular e se lança como candidata ao governo estadual, sendo acompanhada por seu vice, que assume o seu lugar na prefeitura.⁷ Carlos Eduardo foi estimulado e acompanhado por seu pai, Agnelo Alves, prefeito de Parnamirim (reeleito em 2004), terceira maior cidade do Estado, situada no entorno da Grande Natal.

Luiz Almir, apresentador de um programa televisivo de grande apelo popular, liderara as pesquisas de intenção de voto até o início oficial da campanha, figurando a partir daí na segunda posição. Vereador do PFL em 1996 e 2000, elegeu-se para a Assembléia Legislativa pela legenda do PP, em 2002, tendo sido o candidato mais votado na Capital⁸. Almir construiu bases eleitorais na região norte da cidade, mantendo aí uma instituição, a Fundação Augusto Severo, que presta serviços assistenciais à população⁹. Em seu programa na TV Potengi (filiada à rede Bandeirantes), “Linha Dura”, mantém à mesa uma imagem de Santa Clara, faz apelos a empresas para ajudar pessoas pobres, atende telefonemas e distribui, ao vivo, cestas básicas e até dinheiro.

6 Deputado estadual por várias legislaturas entre os anos 70 e 80, até que foi eleito prefeito da Capital em 1985, derrotando a atual governadora, Wilma de Faria. Político de grande carisma, teve que se limitar à esfera estadual por muito tempo, para não disputar espaço com o primo, Henrique Eduardo Alves, deputado federal, filho de Aluísio. Em 1990, Garibaldi vai para o Senado, elege-se governador em 1994, reelege-se em 1998 e volta ao Senado em 2002. É candidato potencial ao governo do Estado em 2006.

7 A saída de Wilma de Faria da UP não poderia ocorrer sem um acordo prévio com o seu vice, que ficaria com a máquina da Prefeitura nas mãos.

8 Almir tentou um mandato de vereador pela primeira vez em 1996, pela legenda do PTB, comandada na época por Carlos Alberto de Sousa, pai de Micarla de Sousa. Sua ligação com o político Carlos Alberto vinha de mais longe: em 1982 foi indicado por este para assumir um cargo na área de comunicação na Urbana, empresa encarregada da limpeza na cidade de Natal.

9 A Fundação Augusto Severo mantém ambulância, atendimento médico-odontológico e escola.

A deputada federal Fátima Bezerra, do Partido dos Trabalhadores (PT), concorreu ao Palácio Felipe Camarão pela terceira vez consecutiva. Combativa líder sindical (dos professores estaduais), exerceu o mandato de deputada estadual por duas vezes. Em 1996 foi ao segundo turno das eleições para a Prefeitura, disputando com Wilma de Faria. Numa campanha bastante renhida, o Partido dos Trabalhadores praticamente recusou, no segundo turno, o apoio oferecido pelo PMDB, na pessoa do próprio Aluísio Alves, no que, aparentemente, parece ter sido a causa mais imediata de sua derrota para a candidata do PSB, que vinha de um desempenho bisonho na eleição para o governo do Estado em 1998.

Em 2000, a prefeita Wilma de Faria consegue reeleger-se logo no primeiro turno, derrotando mais uma vez Fátima Bezerra, assegurando sua vitória em todas as zonas eleitorais, em todas as regiões da cidade e em todas as secções eleitorais. Mesmo derrotada nessa eleição, em 2002, Fátima Bezerra leva o PT/RN à Câmara Federal pela primeira vez em sua história, com a maior votação em todo o Estado (161.875 votos) e na Capital, firmando-se na condição de candidata “natural” do partido ao pleito municipal de 2004.

O deputado federal Ney Lopes de Sousa, do Partido da Frente Liberal (PFL), é um destacado e veterano parlamentar, ocupando atualmente a função de presidente do Parlamento Latino-Americano (Parlatino). Convocado por seu partido depois do fracasso das negociações entre o senador José Agripino Maia e a governadora Wilma de Faria, para indicação de um vice na chapa de Carlos Eduardo, o deputado Ney Lopes, apesar de sua experiência parlamentar e capacidade retórica, elaborou um programa de governo visivelmente improvisado, incapaz de provocar entusiasmo entre a população.

Dário Barbosa, professor secundário, candidato do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) pela terceira vez consecutiva, nunca exerceu mandato eletivo, vindo de uma atuação na área sindical, como ativista e um dos líderes do movimento dos professores e do seu sindicato¹⁰ e dirigente da Central Única dos Trabalhadores (CUT/RN).

O candidato Miguel Mossoró, do Partido Trabalhista Cristão (PTC), é sargento reformado do Exército, e acumulou experiência atuando em conselhos de bairros da Capital.

10 Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Rio Grande do Norte – SINTE/RN.

Finalmente, Leandro Prudêncio, candidato do Partido Humanista da Solidariedade (PHS), com atuação em conselhos comunitários e no movimento sindical, tendo sido presidente do Sindicato dos Vigilantes e diretor da CGT.

As coligações

QUADRO 1 – Eleições municipais 2004
Coligações em Natal/RN

COLIGAÇÃO	PARTIDOS
Vitória do Povo	PSB / PP / PDT / PTB / PTN / PSC / PL / PPS / PSDC / PMN / PV / PRP / PC do B
Vontade do Povo	PFL / PAN
Unidade Popular	PSDB / PMDB
Frente Popular de Natal	PT / PCB / PT do B

Fonte: TSE¹¹

A governadora Wilma de Faria foi, desde o início, a patrona da candidatura do prefeito Carlos Eduardo, candidato “natural” da aliança PSB/PFL. Os problemas para viabilizar tal aliança se manifestaram muito cedo em torno da indicação do vice, a ser feita pelo senador José Agripino Maia. O nome indicado por Agripino seria o do seu filho, o jovem empresário Felipe Maia, que nunca havia disputado um cargo político eletivo. Setores próximos à governadora sugeriram o nome da jornalista Micarla de Sousa, diretora da TV Ponta Negra (associada ao SBT), âncora de um programa político de grande credibilidade, por seu tom equilibrado na apresentação e discussão da política local. A jornalista era filha e herdeira de um falecido político, Carlos Alberto de Sousa¹², cuja atuação fora marcada por um forte espírito populista.

11 Dados do “Divulga Brasil”, do TSE. Acesso em 04/10/2004, às 14:38 h.

12 Carlos Alberto foi um caso de ascensão meteórica na política potiguar: simples radialista, de origem pobre, elegeu-se seguidamente vereador, deputado estadual, deputado federal e senador, pela legenda da ARENA/PDS, sendo sempre o mais votado. Pretendeu candidatar-se ao governo do Estado e, não conseguindo, voltou à Câmara Federal. Morreu prematuramente, deixando para a família a TV Ponta Negra. Sua filha herdou a empresa e, parece, também, o capital político do pai, cuja memória sempre evoca.

Micarla de Sousa, porém, nutria pretensões políticas e filiou-se ao Partido Progressista (PP) no final de 2004, disputando com o deputado estadual Luiz Almir a indicação para concorrer à Prefeitura pela coligação Unidade Popular, formada pelo PMDB/PSDB/PP; havia um acordo entre os dois pré-candidatos, segundo o qual, aquele cuja candidatura demonstrasse maior viabilidade eleitoral seria apoiado pelo outro.

Almir apresentava desempenho invejável nas primeiras pesquisas de intenção de voto, todavia Micarla crescia e despontava como uma candidata forte, aparecendo em terceiro lugar, com o índice de 16% . Por trás da aparente aliança havia uma guerra surda entre os dois¹³ que anulou o acordo: Almir foi confirmado como candidato da Unidade Popular e o PP saiu da coligação, lançando logo a seguir o nome de Micarla de Sousa para disputar o pleito na condição de candidata majoritária.

A partir daí, setores do PSB e do PP (liderado por Nélio Dias¹⁴) passaram a trabalhar por uma aliança entre os dois partidos, retirando a candidatura de Micarla e lançando-a como vice de Carlos Eduardo. Ao que tudo indica, a própria governadora estimulou esses entendimentos, o que fez o senador José Agripino Maia afastar-se da articulação para reeleger o prefeito e convocar o deputado federal Ney Lopes de Sousa para ser o candidato da Vontade do Povo.

Em entrevista à TV Ponta Negra, o prefeito justificou a aliança com o PP, dizendo que tinha feito “consultas” à população e levado em conta a aceitação popular da candidatura de Micarla. Além disso, acrescentava, a jornalista era jovem, empreendedora, mãe, simpática e demonstrava sensibilidade social, desenvolvendo projetos na área de idosos, crianças, educação e saúde¹⁵.

Assim, constituiu-se uma nova coligação, a Vitória do Povo, sustentada

13 Em entrevista a uma publicação local, a Revista FOCO, Micarla diz a respeito de Luiz Almir: “Somos muito diferentes, apesar dele dizer que vem da escola de meu pai. [...] O ensinamento que meu pai me deu foi completamente diferente. [...] Luiz Almir foi extremamente malvado com meu pai nos últimos dias da vida dele”. In: SUCESSÃO municipal: Micarla entra no jogo e abre o coração (entrevista). Revista FOCO, vol. 4, nº 38, maio/2004, pp. 6-9.

14 Dias, fazendeiro, foi secretário de agricultura do segundo governo Garibaldi Alves (1999-2002); elegeu-se deputado federal pelo PP, partido que compunha a coligação Unidade Popular e ao qual pertencia o vice-governador Fernando Freire, que assumiu o governo quando Garibaldi renunciou para disputar o cargo de senador. Freire candidatou-se à reeleição pela Unidade Popular quando a pré-candidatura do deputado federal Henrique Eduardo Alves foi implodida; perdendo no segundo turno para Wilma de Faria, viu a direção do PP ser-lhe arrebatada por Dias. Enquanto Freire rumou para o PMDB após a derrota, Dias rompeu a antiga aliança e compôs-se com a governadora.

15 Entrevista ao programa Jornal do Dia, TV Ponta Negra (SBT), 15/06/2004.

pela aliança PSB/PP e mais uma enorme lista de onze partidos, confirmando a força de atração do governismo: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do senador Fernando Bezerra, líder do governo Lula no Congresso, o Partido Liberal (PL), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Popular Socialista (PPS), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e outros menores.

O PFL do senador José Agripino Maia fez uma chapa fechada, com a ex-vereadora Sonali Rosado¹⁶ como vice do deputado federal Ney Lopes, e constituiu com o inexpressivo Partido dos Aposentados da Nação (PAN) a coligação Vontade do Povo.

A coligação Unidade Popular ficou restrita ao PSDB/PMDB, com o deputado Luiz Almir na cabeça da chapa e o vice, indicado pelo PMDB, o professor Luís Eduardo Carneiro, ex-secretário de educação no governo Garibaldi Alves Filho.

O PT reeditou a Frente Popular de Natal, composição que incluía os inexpressivos Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Trabalhista do Brasil (PT do B).

Como se vê, as coligações mais fortes em termos partidários eram a Vitória do Povo, cuja patrona era a governadora Wilma de Faria, e a Unidade Popular, que tinha como patronos o senador Garibaldi Alves Filho e o ex-senador (e ex-governador) Geraldo Melo.

A Vontade do Povo, do senador José Agripino Maia, e a Frente Popular de Natal, ficaram praticamente isoladas, constituindo, de acordo com o jargão da imprensa local, chapas “puro sangue”.

No segundo turno, o senador José Agripino Maia (PFL) apoiou Luiz Almir, enquanto o PT deu seu apoio ao candidato do PSB, aproximando-se da polarização (mas, também da heterogeneidade) que caracterizou as eleições nos principais centros urbanos do País: de um lado, PSB/PT, de outro, PSDB/PMDB/PFL.

Essas alianças não se fizeram sem atritos e questionamentos internos aos partidos. No campo da candidatura oficial, a deputada Fátima Bezerra e a governadora Wilma de Faria eram adversárias quase irreconciliáveis. No

16 Sonali Rosado já havia sido candidata à prefeitura de Natal em 2000, tendo como vice Anita Catalão Maia, esposa de José Agripino Maia.

segundo turno da eleição presidencial de 2002, quando a governadora, então candidata, recebeu e deu apoio a Lula, no comício do Estádio Machadão, em Natal, a deputada Fátima Bezerra e outras lideranças petistas locais demonstravam visível constrangimento; essa observação algo impressionista é confirmada quando, após a eleição da governadora, a deputada evitou qualquer aproximação, declarando-se adversária de Wilma de Faria em entrevistas à mídia impressa e televisiva e encarando a convergência no segundo turno da eleição presidencial como episódio isolado, que não modificava o quadro político no Rio Grande do Norte.

No segundo turno da eleição para prefeito, no entanto, a situação se apresentou um tanto diversa. O PT apoiou Carlos Eduardo e, após a eleição, aceitou conversar com Wilma de Faria e o prefeito reeleito, com vistas à participação nos secretariados estadual e municipal, o que se concretizou com a indicação do médico Ruy Pereira, candidato petista ao governo estadual em 2002, para a Secretaria Estadual de Saúde¹⁷, e da economista Virgínia Ferreira, coordenadora do DIEESE estadual, para a Secretaria do Planejamento Municipal.

No campo do PFL, vários deputados e inúmeros prefeitos do partido preferiram ficar ao lado da governadora do Estado a acompanhar seu líder no rompimento com a mesma, a começar do presidente da Assembléia estadual, deputado Robinson Faria. No segundo turno da eleição, o senador Agripino subiu ao palanque de Luiz Almir, juntamente com os ex-governadores Aluísio Alves, Garibaldi Alves Filho, Geraldo Melo e Fernando Freire, seus adversários de longa data, particularmente os dois primeiros.

Isso motivou o chiste da governadora, de que tinha derrotado cinco governadores. Porém, ela também tinha no seu palanque o ex-governador e atual deputado federal Lavoisier Maia (PSB), seu ex-marido, além do senador Fernando Bezerra (PTB), que ela derrotara no primeiro turno da eleição de 2002.

É inegável que a (re)eleição de Carlos Eduardo representou uma vitória incontestável de Wilma de Faria. O seu prestígio pessoal frente ao eleitorado pesou na votação do candidato por várias razões: ele era seu vice e manteve em sua administração o mesmo secretariado, o mesmo estilo, o mesmo programa de governo, o mesmo *marketing* institucional, a tal ponto que o eleitor comum era levado a pensar que Wilma de Faria continuava à frente do Palácio Felipe Camarão, sede do governo municipal.

¹⁷ PT deve ficar com Secretaria de Saúde. Tribuna do Norte, 23/12/2004, p. 3, caderno Política.

Além disso, a administração de W. de Faria no governo estadual mantinha o mesmo tom personalista de sua administração na Prefeitura da Capital, reproduzindo em escala estadual um avassalador esquema de clientelismo e patronagem, que desorientava adversários e aliados, impondo o carisma da “guerreira”, da mulher independente, capaz de romper simultaneamente a tradição patriarcal (o divórcio do marido, um político ao estilo tradicional, coronelístico) e a tradição partidária (sai do PDS para o PDT e, em seguida, para o PSB, com atuação de destaque na Constituinte de 1988), exibindo na administração um ritmo de “tocadora de obras”, expresso no *slogan* abundantemente repetido em *jingles* com imagens alucinantes ao fundo: “Wilma trabalha, trabalha, trabalha...”, em caros comerciais de televisão.

A campanha

A campanha eleitoral foi marcada em todo o seu percurso pela polarização entre os candidatos Carlos Eduardo Alves (PSB/Vitória do Povo) e Luiz Almir (PSDB/Unidade Popular). Fátima Bezerra (PT/Frente Popular de Natal) e Ney Lopes (PFL/Vontade do Povo) desempenharam o papel de figurantes, sendo até ultrapassados pela figura pitoresca do sargento Miguel Mossoró (PTC), que ficou em terceiro lugar no primeiro turno, obtendo 18% dos votos válidos.

Do ponto de vista das composições partidárias para formação das coligações, queremos destacar alguns dados que definem o quadro das forças políticas que disputaram o pleito eleitoral.

Nas hostes situacionistas, a governadora mantinha uma liderança incontestável, marcada por um estilo fortemente personalista. Dando continuidade a uma tradição longamente assentada, de que são exemplos praticamente todos os governadores que a antecederam, ela usou a máquina do governo e as verbas oficiais para barganhar adesão de prefeitos do interior e conseguir uma folgada maioria na Assembléia Legislativa estadual. Desbaratou sobretudo o campo de seu principal aliado, o senador José Agripino Maia, do PFL¹⁸, o qual, enquanto via crescer seu prestígio nacional como um dos principais líderes da oposição ao governo Lula,

18 É verdade que o PFL conservou aproximadamente o mesmo de número de prefeitos e vereadores que tinha antes das eleições; no entanto, muitos prefeitos e deputados (sobretudo os estaduais) transferiram sua lealdade para a governadora.

constatava o encolhimento de suas bases no Estado, com a debandada de prefeitos e deputados.

Um exemplo significativo do *raid* da governadora nas bases do PFL transparece na entrevista do deputado estadual Robinson Faria (PFL), presidente da Assembléia Legislativa, à TV Ponta Negra. O deputado diz que a governadora é correta com ele, com sua região e com os prefeitos da região; que seus amigos não têm motivos e suas bases pedem para não romper com Wilma de Faria; e ainda manda um recado direto ao senador: não deve sua eleição ao partido, não é empregado do partido e tem idéias próprias que são mais importantes que o partido.

As primeiras pesquisas de intenção de voto já indicavam que o deputado Luiz Almir estava no páreo para ganhar, saindo da zona norte com um capital de votos capaz de superar uma vitória de Carlos Eduardo nas outras regiões da cidade. Por outro lado, despontava entre os pré-candidatos a jornalista Micarla de Sousa, disputando a indicação da Unidade Popular (PMDB/PSDB/PP) com Luiz Almir e concorrendo com ele na mesma faixa de eleitores de baixa renda e níveis de instrução mais precários.

A governadora e seu grupo viram em Micarla de Sousa a oportunidade de neutralizar o crescimento de Luiz Almir nessa faixa do eleitorado; quando a jornalista perdeu a indicação da Unidade Popular e recusou ser vice na chapa, foi atraída para o campo da Vitória do Povo, sendo-lhe oferecido o lugar de vice e a proposta de uma espécie de subprefeitura da zona norte. O senador José Agripino Maia, sentiu-se traído, rompeu com a governadora, lançando a candidatura do deputado federal Ney Lopes pela Vontade do Povo.

Lopes, parlamentar experiente, respeitado, presidente do Parlatino, nunca tinha enfrentado uma campanha majoritária¹⁹. No Congresso alinha-se à bancada dos defensores do livre mercado e, nessa condição, foi o relator da lei de propriedade intelectual, que atendia os interesses do grande capital transnacional. Em seu favor, o deputado alegava que foi ele quem propôs a lei dos genéricos, que contrariava interesses da grande indústria farmacêutica, e o crédito educativo, que beneficiou estudantes pobres. Assumindo a condição de candidato às vésperas da campanha,

19 O único cargo eletivo que ocupou na área do executivo foi o de vice-prefeito de Natal na primeira administração Wilma de Faria (1989-92).

Ney contou com uma estrutura precária e apresentou um programa de governo visivelmente improvisado. Sem carisma pessoal, conseguiu se impor, principalmente nos debates, pela capacidade retórica e o preparo intelectual, mas não sensibilizou o eleitorado, sobretudo porque sua capacidade propositiva ficou prejudicada por um programa de governo sem imaginação; forte nas críticas e nos debates, o deputado expunha a fraqueza de propostas recauchutadas (o balcão de ferramentas, exumado da administração de José Agripino Maia) ou sem capacidade de convencimento, como a da Vila Olímpica. Mesmo contrariando seus próprios princípios ideológicos liberais, ao apresentar propostas de políticas públicas estatais nas áreas de saúde e educação, o deputado não conseguiu convencer o eleitorado popular, amargando um inexpressivo quinto lugar no cômputo final.

O prefeito Carlos Eduardo adotou em sua campanha o mesmo *script* que já consagrara a ex-prefeita e governadora Wilma de Faria. Sua ênfase recaiu sobre as obras já realizadas em sua administração e na de sua antecessora e patrona. A promessa que fazia era a de dar continuidade ao que já tinha feito, tal como expresso num dos *slogans* de campanha: “Natal está melhorando”. Ou em outro que dizia: “Natal não pode parar”. Ainda em outro, praticamente uma repetição de conhecido estribilho publicitário da governadora: “ta, ta, ta trabalhando” (o hipocóristico do prefeito é Tata). A campanha televisiva recriava o mesmo clima de vídeoclipe das campanhas de Wilma de Faria: ritmo frenético, imagens em cascata, *jingles* nervosos. O objetivo era criar a impressão de que se trabalhava: a campanha dizia que o prefeito concluiria 600 obras e prometia outras tantas. A ênfase em números, em dados estatísticos, era uma de suas características: as 600 obras se desdobravam em outras 600 que o prefeito prometia, a urbanização do Passo da Pátria beneficiaria 690 famílias e 3.000 pessoas, o Programa de Saúde da Família (PSF) mobilizava 72 equipes que seriam dobradas... etc. É de se notar que a campanha do prefeito omitia sistematicamente a participação do governo federal em muitas obras e programas, como o PSF (em cooperação com as prefeituras), o SAMU (serviço de urgências médicas) ou a urbanização do Passo da Pátria, um típico bairro que simboliza a miséria nordestina, ou latino-americana, ou terceiromundista.

A campanha do candidato Luiz Almir enfrentou o desafio de superar o estigma de “candidato da Zona Norte” e o alto nível de rejeição entre

a classe média, alimentado por um estilo que ele não foi capaz de evitar durante a campanha ou os debates (num desses, o deputado referiu-se às alegadas 600 obras do prefeito como “obras intestinais”).

O ex-governador Geraldo Melo, de forma inconsciente ou involuntária, evidenciou a rejeição que o deputado enfrentava, e o mal-estar que sua candidatura provocava entre a própria elite política, ao testemunhar no horário gratuito da televisão: “Quem inventou a candidatura de Luiz Almir foi a força popular de Luiz Almir, que entrou de PSDB a dentro...”. Fica a impressão de que a candidatura do deputado foi aceita com certo constrangimento.

Luiz Almir era o candidato que demonstrava maior desenvoltura em sua comunicação com o público, principalmente na televisão. Jeito descontraído, linguajar fluente, fazia críticas pesadas e contundentes à governadora e ao prefeito, embora, em determinados momentos, tenha revelado um certo estado de tensão.

Suas propostas de governo, entretanto, revelavam a inexistência de um plano estruturado e, nos debates, expunha notório desconhecimento de questões técnicas, limitando-se a críticas genéricas.

Ao fim, deve ter pesado em sua derrota a rejeição dos setores de classe média (junto aos quais tinha desempenho mais fraco) e a percepção, por parte dos eleitores mais informados, da ausência de um plano de governo com respaldo técnico.

Quanto à campanha de Fátima Bezerra, chama atenção o fato de ter se mantido nos mesmos patamares de aceitação (e de rejeição) do eleitorado durante todo o período (conforme as pesquisas do IBOPE e o resultado final, notavelmente coincidentes²⁰). Apesar de a candidata ter se mostrado preparada, da sua competência crítica, do seu conhecimento das questões da cidade, sua campanha patinava em um programa televisivo sem criatividade²¹, na relutância da militância petista em ir às ruas

20 Em três pesquisas IBOPE seguidas, 27/08, 10/09 e 30/09, Fátima Bezerra pontua 7% de intenção de votos; no dia 03/10 a candidata obtém 7,41% dos votos válidos (Dados do TSE, no “Divulga Brasil”, já citado). IBOPE. Pesquisa de opinião pública sobre assuntos políticos (OPP 442). Natal: ago., 2004.

IBOPE. Pesquisa de opinião pública sobre assuntos políticos (OPP 549 e OPP 799). Natal: set., 2004.

21 Talvez um dos erros estratégicos do programa tenha sido sua negligência em relação aos eleitores de classe média, tradicional reduto do partido; na intenção de fazer um programa mais voltado às classes populares (o que poderia ser uma opção correta) subestimou a interlocução com a classe média.

com o entusiasmo do trabalho espontâneo, na agressividade antipetista de lideranças sindicais de classe média²² e na percepção (que poderia vir tanto de uma avaliação mais superficial, como de um exame mais atento e crítico) dessa mesma classe média de que o governo do presidente Lula tinha frustrado suas esperanças ou mergulhado na vala comum de todos os governos que o antecederam.

Se a derrota melancólica de uma candidata que, há menos de dois anos, se apresentava como quase imbatível, surpreendeu os analistas, outro fato da campanha também trouxe surpresa: o inesperado terceiro lugar conquistado pelo sargento Miguel Mossoró, candidato desconhecido de um partido sem expressão, o PTC.

Miguel Mossoró dizia, em sua campanha, que iria construir uma ponte ligando Natal ao arquipélago de Fernando de Noronha; prometia varrer a “sujeira” da administração pública e dar uma “mãozada nos gringos que vêm aqui fumar maconha, cheirar cocaína e prostituir nossas meninas”. De candidato pitoresco passou a azarão, obtendo 18% dos votos válidos e figurando em terceiro lugar no primeiro turno, à frente de políticos do prestígio de Ney Lopes e Fátima Bezerra.

A imprensa o caracterizava como o “fenômeno Miguel Mossoró” e o caso vinha a debate nas colunas dos jornais e nos programas de televisão; para muitos, a votação em Miguel Mossoró foi uma manifestação de protesto do eleitorado. Certas interpretações atribuíam a esse candidato a façanha de ter levado a eleição para o segundo turno.

O “fenômeno”, porém, deve ser reduzido as suas devidas proporções. Observando-se dados da pesquisa IBOPE, constata-se que o eleitor típico de Miguel Mossoró era adulto jovem, do sexo masculino, com razoável nível de escolaridade e expressava grau de satisfação com a vida, ligeiramente superior ao dos eleitores de Carlos Eduardo e Luiz Almir. Além disso, esse eleitorado “protestante” migrou em sua maioria para os dois candidatos no segundo turno: 39% para Luiz Almir, 35% para Carlos Eduardo, demonstrando que o protesto era, no mínimo, uma manifestação superficial.

22 No período eleitoral houve duas greves, de bancários e de funcionários da Universidade Federal e uma mobilização dos petroleiros contra a abertura de contratos de licitações da Petrobrás. V. Tribuna do Norte, “Bancários resolvem cruzar os braços por tempo indeterminado”, 17/09/2004, p. 6, caderno Brasil.

TABELA 2 – Eleições municipais 2004
Resultado do 1º Turno em Natal/RN

Candidato	Partidos/Coligações	Votação	% Válidos
40 - Carlos Eduardo	Vitória do Povo	137.664	37,30%
45 - Luiz Almir	Unidade Popular	112.403	30,46%
36 - Sargento Miguel Mossoró	PTC	67.065	18,17%
13 – Fátima Bezerra	Frente Popular de Natal	27.331	7,41%
25 – Ney Lopes	Vontade do Povo	21.115	5,72%
16 – Dário Barbosa	PSTU	2.702	0,73%
31 – Leandro Prudêncio	PHS	760	0,21%

Abstenção	Comparecimento	Total
68.778 (14,74%)	397.848 (85,26%)	466.626 (100 %)

Branco	Nulo	Válidos
7.626 (1,92%)	21.182 (5,32%)	369.040 (92,76%)

Fonte: TSE²³

No segundo turno da eleição, defrontaram-se os candidatos Carlos Eduardo Alves e Luiz Almir. A campanha assumiu um tom ainda mais acirrado, com envolvimento intenso das principais lideranças políticas estaduais e presença de lideranças nacionais. Do ponto de vista da articulação das forças estaduais, o PFL do senador José Agripino Maia e do deputado Ney Lopes²⁴ aderiu à candidatura de Luiz Almir, enquanto o PT de Fátima Bezerra, do deputado estadual Fernando Mineiro²⁵ e outras

23 Dados do TSE igualmente consultados do sistema “Divulga Brasil”. Acesso em 04/10/2004, às 14:38h.

24 O deputado, porém, não participou da campanha no segundo turno, preferindo voltar a Brasília.

25 Mineiro, presidente do diretório estadual do PT, é uma de suas mais importantes lideranças. Vereador em mandatos sucessivos, foi eleito para a Assembléia Legislativa em 2002.

lideranças, aderiu à candidatura do prefeito Carlos Eduardo.

Carlos Eduardo manteve sempre o favoritismo, porém a diferença apontada pelas pesquisas de intenção de voto diminuía à medida que as lideranças da Unidade Popular intensificavam sua mobilização. Provavelmente isso provocou a reação da governadora, que subiu o tom de suas críticas, apontando a aliança de “caciques”, de “poderosos” contra os interesses do “povo”.

TABELA 3 – Eleições municipais 2004
Intenção de voto para prefeito de Natal/RN
Segundo Turno

CANDIDATO	20/out	30/out
40 - CARLOS EDUARDO	47	47
45 – LUIZ ALMIR	40	43
Branco/nulo	10	7
Não sabe/ não respondeu	3	3

Fonte: IBOPE²⁶

26 IBOPE. **Pesquisa de opinião pública sobre assuntos políticos** (OPP 887). Natal: out., 2004. Disponível em www.ibope.com.br acessado em 29/11/2004, às 15:18 h.

IBOPE. **Pesquisa de opinião pública sobre assuntos políticos** (OPP 927). Natal: out., 2004. Disponível em www.ibope.com.br acessado em 29/11/2004, às 15:21 h.

Considerações finais

As eleições de 2004 em Natal confirmam a continuidade da extraordinária liderança política de Wilma de Faria: em cinco eleições para a prefeitura da capital desde 1988, ela venceu diretamente três, em 1988, 1996 e 2000, e elegeu dois candidatos, Aldo Tinoco, em 1992, e, agora em 2004, Carlos Eduardo Alves.

Durante esse período, Wilma de Faria iniciou-se no antigo PDS (Partido Democrático Social), atual PP, pelo qual concorreu pela primeira vez à Prefeitura de Natal em 1985, sendo derrotada por Garibaldi Alves, elegendo-se, em seguida, deputada federal constituinte em 1986. Durante o mandato de deputada federal filiou-se ao PDT (Partido Democrático Social), legenda pela qual chegou pela primeira vez à Prefeitura de Natal em 1988, derrotando o deputado federal Henrique Eduardo Alves (PMDB). Depois, assume a sigla do PSB no Rio Grande do Norte, exercendo desde então a presidência regional desse grêmio até os dias de hoje. Apenas dois políticos no Estado apresentam carreira mais vitoriosa ou comparável: os atuais senadores Garibaldi Alves Filho e José Agripino Maia.

Garibaldi Alves foi deputado estadual por várias legislaturas, prefeito de Natal (1985-88), governador duas vezes (1994-2002) e senador duas vezes (1991-94 e 2003-), nunca tendo conhecido uma derrota eleitoral e figurando sempre como o mais votado.

José Agripino Maia foi prefeito da capital em 1978-82, indicado por seu primo, o governador Lavoisier Maia Sobrinho (1978-82)²⁷. Em 1982 foi eleito governador do Estado pelo PDS, na primeira eleição direta para o governo do Estado, desde 1965, no Rio Grande do Norte²⁸, derrotando o candidato do PMDB, Aluizio Alves.

Nessas eleições, ainda viciadas pela legislação autoritária, o regime instituiu o voto vinculado, pela qual o eleitor deveria votar, para todos os cargos, em candidatos de um mesmo partido. Tal regra favoreceu gran-

27 De acordo com as regras impostas pela ditadura militar, os prefeitos das capitais e outros municípios eram indicados pelo governador do Estado.

28 Nesse ano, o Monsenhor padre Walfredo Gurgel chega ao governo do Estado do RN pelo PSD, em eleições diretas. Gurgel enfrentou o ex-governador Dinarte Mariz (UDN) com o apoio de Aluizio Alves. Os dois candidatos eram de Caicó, na região do Seridó. Logo depois os militares extinguiram os partidos políticos oriundos da redemocratização de 1945 e estabeleceram eleições indiretas, na prática, uma indicação militar, negociada com a elite política civil fiel ao regime e homologada ritualmente pelas assembléias legislativas.

demente o PDS, principalmente no Nordeste, onde esse partido tinha bases regionais mais fortes.

Agripino Maia elegeu-se senador em 1986 e voltou ao governo do Estado em 1990. Em 1994 elegeu-se pela segunda vez para o Senado e tentou o governo estadual em 1998, sendo derrotado por Garibaldi Alves Filho. Em 2002, novo retorno ao Senado, alcançando a segunda maior votação.

Em sua carreira política, Wilma conheceu duas derrotas: em 1985, como já expresso, disputando a Prefeitura com o então deputado estadual Garibaldi Alves, emergente liderança política do clã Alves, e em 1994, quando disputou o governo do Estado pela primeira vez e obteve votação inexpressiva, saindo da campanha política e eleitoralmente desgastada, para reerguer-se em 1996, derrotando a deputada estadual Fátima Bezerra no segundo turno de uma campanha aguerrida.

O estilo da atual governadora não tem deixado de gerar polêmica. Militando em um partido de esquerda, Wilma de Faria faz amplo uso de práticas clientelistas e assistencialistas, marcando suas administrações pelo contacto direto com a população e ações focalizadas. A fachada “moderna” desse clientelismo²⁹ aparece no *marketing* abundante e bem-cuidado e na realização de obras de grande visibilidade, sobretudo aquelas que favorecem a atividade turística, justamente um dos setores mais dinâmicos da economia potiguar.

Essa trajetória tem levado a imprensa local a identificar Wilma de Faria como representante de uma “terceira força” política no Rio Grande do Norte. Recentemente, tal tese ganhou respaldo acadêmico na dissertação de mestrado de Emanuel Barreto³⁰. Nas entrelinhas da defesa de tal tese, parece haver a suposição de que a “terceira força” traz finalmente a modernidade política ao Rio Grande do Norte.

De acordo com essa interpretação, a emergência da “terceira força” quebraria a polarização tradicional da política potiguar, marcada desde os anos 1950 pelas disputas entre clãs patriarcais: de um lado o “dinartismo”,

29 ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento. Política e governo: a trajetória de Wilma de Faria na Prefeitura de Natal, 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

30 BARRETO, Emanuel F. P. **Eleições para o governo do RN - 2002** - A cobertura do Diário de Natal/O Poti. 361 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2004.

sob a liderança de Dinarte Mariz; de outro, o aluísimo, sob a liderança de Aluísio Alves.

Não se trata, porém, de uma contenda entre clãs patriarcais de uma sociedade tradicional. Aluísimo e dinartismo são forças sociais e políticas que representam projetos de sociedade. Por um lado, o aluísimo assume a representação do projeto de modernização industrial do Estado, expresso nas diretrizes nacional-desenvolvimentistas do governo Kubitschek e da SUDENE, enquanto Mariz é o representante legítimo da oligarquia agro-exportadora norte-rio-grandense³¹. Representam, acima de tudo, diferentes estilos: o populismo modernizante, nacional-desenvolvimentista, e a dominação tradicional, vinculada aos currais eleitorais, ao clientelismo de velho estilo.

Durante os anos 70/80, o declínio político e a morte do senador Dinarte Mariz deixa o dinartismo sem herdeiros diretos; os Maia³² assumem a vacância do pólo dinartista, sob as bênçãos do general Golbery. Nesse período, a força da “modernização conservadora” torna obsoleta essa polarização, contudo a dinâmica do regime autoritário lhe confere sobrevida, embora não se trate, mais, de projetos distintos de sociedade.

Com a Nova República, esse conflito político assume uma dinâmica nova, mais complexa, mais diferenciada, mais “moderna”. A polarização, entretanto, sobrevive e as outras forças políticas gravitam em torno das duas tradicionais³³, representadas, sobretudo, pelo PMDB e o PFL.

Na Capital do Estado, com a restauração das eleições diretas para prefeito a partir de 1985, esse conflito polarizado se reproduz até 1992. É principalmente o crescimento da Frente Popular de Natal, sob a liderança do PT, que parece quebrar aquela velha polarização nas eleições de 1996 e 2000. Os partidos tradicionais, reduzidos ao papel de coadjuvantes do jogo político, fazem papel secundário no embate entre as duas forças de “esquerda”. As eleições de 2002 (governo estadual) e

31 V. Francisco de Oliveira, *Elegia para uma re(li)gião*, 6ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993. José Willington Germano, *Lendo e aprendendo*, São Paulo, Cortez, 1989.

32 Tarcísio, Lavoisier e José Agripino governaram o Estado entre 1974 e 1986. José Agripino governa ainda em 1991-94.

33 Não se pode esquecer a existência de facções político-familiares regionais no interior do Estado, das quais a mais importante é a dos Rosado, de Mossoró, que já foram objeto de estudos acadêmicos de peso. V. José Lacerda Alves Felipe, *A reinvenção do lugar: os Rosado e o “País” de Mossoró*, João Pessoa, Ed. Grafset, 2001.

2004 (prefeituras), entretanto, desfazem tal impressão, para criar um quadro um pouco mais complexo.

Foi, sobretudo, o encaminhamento do segundo turno em Natal que criou uma realidade, com a aliança da Vitória do Povo (PSB) e da Frente Popular de Natal (PT) contra a Unidade Popular (PMDB/PSDB) e a Vontade do Povo (PFL), prefigurando, talvez, o embate de 2006, quando os interesses representados pela necessidade de reeleição do presidente Lula podem fazer o PT potiguar apoiar a reeleição de Wilma de Faria.

Faz-se necessário, porém, verificar até que ponto e em que medida a tese da terceira força faz sentido. No início de sua trajetória, Wilma de Faria (então, Wilma Maia), militando no PDS, é parte do esquema político dos Maia; nessa condição, concorre à Prefeitura em 1985 e elege-se deputada federal em 1986. Antes disso havia assumido a frente dos trabalhos assistenciais no governo do marido, Lavoisier Maia (1978-82), e a Secretaria de Ação Social no governo do primo, José Agripino Maia (1982-86).

A partir de sua ação na Constituinte de 1988, começa a descrever uma trajetória de certo modo independente e se destaca por se aproximar de posições mais à esquerda, recebendo do DIAPE avaliação altamente positiva. Sua militância seguinte, no PDT, por um breve período, e no PSB, e as disputas vitoriosas para a Prefeitura da Capital, fazem-se sempre em aliança com um segmento dos chamados grandes partidos, nesse caso, o PDS e o PFL, situados à direita do espectro ideológico dos partidos brasileiros.

Se no período 1985-1992 a disputa se dá com o PMDB, a partir de 1996 o adversário é o PT. Em 2000, Wilma de Faria rompe sua tradicional aliança com o PFL e se aproxima da Unidade Popular, do governador Garibaldi Alves (PMDB), elegendo-se no primeiro turno e estabelecendo uma parceria administrativa que lhe renderia a execução de grandes obras, como o Viaduto do Quarto Centenário e a urbanização de Ponta Negra, principal área turística da Capital. Sua eleição em 2002 para o governo do Estado foi um lance ousado, porém muito bem calculado, se se observa o quadro político-eleitoral: as duas principais lideranças do Estado (José Agripino Maia e Garibaldi Alves) estavam fora da disputa, concorrendo às duas vagas do Senado, para o qual se elegeram. A Unidade Popular, do governador Garibaldi Alves, desarticulou-se internamente, pela implosão

da candidatura do deputado federal Henrique Eduardo Alves³⁴ e a posterior defecção de lideranças, incluindo-se aí o senador Fernando Bezerra (PTB), que pretendia ser o candidato da Unidade Popular e afastou-se da coligação, concorrendo como candidato do seu partido.

Nesse vazio criado pela desarticulação da Unidade Popular, a prefeita Wilma de Faria, percebendo o crescimento do seu nome nas pesquisas de intenção de voto, desfaz seus compromissos e se apresenta como alternativa ao domínio das “oligarquias”, exibindo, ademais, o charme discreto da mulher independente, a “guerreira”.

Dominando habilmente o jogo político, a então prefeita explora as divergências internas no núcleo do PMDB, aparentemente vinculadas à insistência do patriarca do clã Alves em impor a candidatura do filho, Henrique Eduardo, fechando espaço a outras lideranças ascendentes.

De outro lado, está atenta à fragilidade exposta da liderança do senador José Agripino Maia³⁵, desprovido dos recursos de patronagem que o beneficiaram durante largo período de associação com os governos federal e/ou estadual.

O que se pode concluir é que o desgaste dos grandes partidos tradicionais³⁶ no Rio Grande do Norte abriu espaço à liderança emergente de Wilma de Faria e do seu PSB, inicialmente, no âmbito da Capital, depois, com sua eleição para o governo estadual em 2002, para o Estado todo.

A eleição de Carlos Eduardo Alves em 2004 parece consolidar esse quadro político. É preciso, entretanto, considerar alguns aspectos. Em primeiro lugar, a disputa foi bastante renhida, tanto no primeiro como

34 A implosão da candidatura de Henrique Alves começou quando ele foi imposto como um super-secretário do governo Garibaldi, gerando ciúmes no interior da coalizão; depois, o PMDB nacional o indicou para o lugar de vice na chapa presidencial do tucano José Serra; porém, seu nome foi retirado quando surgiram denúncias veiculadas pela revista Isto É e reproduzidas pela grande imprensa do País, segundo as quais, supostamente, H. Alves teria contas milionárias em paraísos fiscais. V. Folha de S. Paulo, “Família tenta salvar carreira política de Henrique Alves no RN”, 18/05/2002.

35 A imprensa local passou a referir-se ao senador Agripino, após a debandada de prefeitos e deputados do PFL para os arraiais da governadora, como “general sem exército”. Diário de Natal, 29/09, 30/09 e 01/10/2004.

36 Por partidos tradicionais, no Rio Grande do Norte, estamos entendendo aqui, sobretudo o PFL e o PMDB, por terem sido, até aqui, os fortes em âmbito estadual, por remanescerem ainda do período da ditadura militar (1964-85) e por se situarem à direita ou centro-direita do espectro ideológico dos partidos nacionais. Quanto ao PP, há muito deixou de ser uma força independente no Rio Grande do Norte; e, no que diz respeito ao PSDB, nunca teve uma estrutura forte, dependendo da adesão ocasional de algum político em transição, como é o caso, nesse momento, do ex-senador e ex-governador Geraldo Melo, vindo das hostes do PMDB.

no segundo turno e a diferença final em favor de Carlos Eduardo foi de apenas 14.264 votos. A posição do candidato oponente, deputado estadual Luiz Almir, de adversário intransigente da governadora, colocou-a mesma no centro da contenda, obrigando-a a arriscar diretamente o seu prestígio, justamente no seu reduto mais importante, a capital do Estado.

Depois da eleição, surpreendentemente, evidenciaram-se dissensões na coligação vitoriosa, opondo a própria governadora e a vice-prefeita eleita (Micarla de Sousa) ao prefeito reeleito, no episódio da eleição do novo presidente da Câmara Municipal, quando o candidato do prefeito, vereador Hermano Moraes, foi derrotado pelo candidato da governadora, vereador Rogério Marinho, ambos do PSB³⁷.

Como agravante dessa contenda, tem-se que a vice-prefeita e a secretária de ação social do governo do Estado, deputada estadual Márcia Maia, filha da governadora, interferiram diretamente na eleição, apoiando o adversário do prefeito. Este retaliou na composição do secretariado, contrariando pretensões da vice-prefeita e indicando um correligionário do deputado federal Nélio Dias (PP) para o secretariado, contra a vontade dela. Por enquanto não se pode prever os desdobramentos dessas divergências, mas não se descarta a possibilidade de Carlos Eduardo e Agnelo Alves romperem com o PSB³⁸.

Outras contendas se revelam no grupo recém-vitioso. O deputado estadual Robinson Faria, presidente da Assembléia, que deu apoio à governadora contra o senador José Agripino Maia, disputa com o empresário João Maia, secretário do governo estadual, o comando do espólio do Partido Liberal, preparando-se para disputar um cargo mais alto em 2006.

Pode-se dizer que há um quadro partidário definido na Capital? Parece-nos que não. Deve-se levar em conta o caráter altamente personalizado da disputa eleitoral. Do lado do PSDB, tem-se um candidato cujo perfil não

37 No dia da posse, Carlos é derrotado na Câmara – manchete de primeira página do Jornal Tribuna do Norte, da família Alves, do dia 02/01/2005. Em entrevista posterior, o prefeito minimiza as diferenças com a governadora, embora reconheça que houve “um momento ruim”. O PSB VIVEU um momento de desunião (entrevista). Diário de Natal/O POTI, 30/01/2005, p. 3. As desavenças, no entanto, continuam.

38 Em seu discurso de posse, após o episódio da derrota na eleição do presidente da Câmara, Carlos Eduardo faz homenagem a Aluísio Alves: “Venho respeitando a trajetória política de um líder histórico que se chama Aluísio Alves, posto que a ninguém, nem aos injustos, seria permitido negar a modernidade das suas idéias e o pioneirismo das suas ações”. CARLOS traça rumo administrativo. Tribuna do Norte, 02/01/2005, p. 4, caderno Política. Aluísio Alves era um dos “caciques” que Wilma de Faria afirmara ter derrotado na eleição de 31 de outubro de 2004.

condiz com a imagem do partido. Enquanto os tucanos se identificam com segmentos de alta classe média e com maior nível de escolaridade, o seu candidato à Prefeitura Natalense, deputado Luiz Almir, com suas práticas assistencialistas e seu estilo populista, consegue penetração eleitoral nos segmentos da população com níveis de renda e de escolaridade mais baixos, justamente os chamados “pobres”, enquanto a identidade do PSDB se dá precisamente com os “ricos”³⁹.

Do lado do PSB, um partido que em âmbito nacional obedece à liderança do deputado federal Miguel Arraes (PE) e demonstra um posicionamento de esquerda, o que se verifica é a imposição de uma liderança personalista de corte autoritário, uso da patronagem como moeda de troca política, assistencialismo e clientelismo como estilo de relacionamento com os segmentos pobres da população.

É de justiça se dizer: com variações secundárias, detalhes de nuances, diferenças de estilos, esse é o quadro dominante na política norte-riograndense das últimas décadas.

39 Cf. Fábio Wanderley Reis (entrevista). Folha de S. Paulo, 04/10/2004.

As eleições de 2004 em Fortaleza^{1*}

Filomeno Moraes

Introdução

O estado da arte sobre a política cearense recente apresenta razoável conhecimento sobre os seus processos e as suas estruturas fundamentais. O mesmo não acontece no que concerne à política (inclusive eleições, partidos e subsistema partidário) especificamente de Fortaleza. Portanto, as performances realizadas pelo eleitorado nos dois últimos pleitos – o que, em 2000, reelegeu Juraci Magalhães, e o de 2004, que elegeu Luizianne Lins - sobretudo a disposição cambiante dos eleitores, causaram surpresas aos analistas.

Durante os anos 1990, as eleições em Fortaleza foram marcadas pela ausência de competitividade e os seus resultados eram anunciados com muita antecedência pelas pesquisas de opinião, com a vitória do fenômeno do *juraciismo* em primeiro turno. Nas eleições de 2000 e 2004, as tendências foram diferentes. Na primeira, Juraci Magalhães teve de disputar o segundo turno, que, pela primeira vez, acontecia nas eleições para a Prefeitura de Fortaleza, e, na segunda, Luizianne Lins foi vitoriosa.

^{1*} Versão ampliada do trabalho apresentado durante o Simpósio “Nordeste 2004: o voto das capitais nordestinas e seus significados”, realizado em Fortaleza-CE, nos dias 1º e 2 de dezembro de 2004, sob os auspícios da Fundação Konrad Adenauer e do Observatório Social do Nordeste-Fundação Joaquim Nabuco.

Nas últimas eleições, o juraciismo, o tassismo e o PT (que apoiava a candidatura de Inácio Arruda, baseada na coligação PCdoB e PPS), foram derrotados pela dissidente do seu próprio partido, Luizianne Lins. Deste modo, quase vinte anos depois, o PT, com uma mulher, novamente era o vitorioso nas eleições para a Prefeitura de Fortaleza, com a candidata enfrentando os mais diversos setores do *establishment* político, econômico e social, a força da burocracia do seu próprio partido e as atitudes desconcoradoras do governo federal.

As eleições para prefeito de Fortaleza após a redemocratização e o juraciismo²

As duas primeiras eleições em Fortaleza, após a reconquista, pelas capitais, do direito de escolher os seus prefeitos, foram marcadas por disputas acirradas. Na primeira, em 1985, a vitoriosa foi Maria Luíza Fontenele, então no Partido dos Trabalhadores; na de 1988, ganhou a coligação PMDB-PMB, que tinha em Ciro Gomes e Juraci Magalhães, respectivamente, os candidatos a prefeito e vice-prefeito. Juraci Magalhães que, ao término do mandato recém-conquistado, completou dez anos à frente da Prefeitura, liderou a transformação dos pleitos eleitorais de 1992 e de 1996 em ratificações de vitórias antecipadas pelas pesquisas de opinião.

Originário do mesmo tronco que levou Tasso Jereissati em 1987 ao governo do Estado, Juraci Magalhães tornou-se vice-prefeito eleito em 1988 e prefeito em 1990, quando Ciro Gomes renunciou à Prefeitura para candidatar-se ao governo do Estado. Não acompanhou o realinhamento partidário estadual que fez do PSDB o maior partido político no Estado. Permaneceu no PMDB e liderou o processo que embargou as pretensões do grupo tassista de assumir a Prefeitura de Fortaleza nas eleições de 1992 e 1996. Em 1992, após uma administração marcada pela realização de obras viárias e construção de praças, o juraciismo elege, no primeiro turno, seu sucessor, o ex-secretário de Finanças, Antônio Cambraia, até então sem militância política. Depois, Cambraia se transferiu para o PSDB.

2 Cf. Filomeno Moraes, "O juraciismo, ou como a história não terminou em Fortaleza", BACP, n° 23, out./2000, (in: <http://cevep.ufmg.br/bacp>, acesso em 13/11/2000).

No decorrer do mandato iniciado em 1997, a popularidade de Juraci Magalhães refluíu e os índices de aprovação decaíram em relação ao seu primeiro governo e ao governo de Antônio Cambraia. Embora marcado pela competitividade, o processo eleitoral de 2000 deu continuidade ao juraciismo, vitorioso também nos de 1992 e 1996, com decisões a favor do secretário municipal das Finanças de Juraci Magalhães no primeiro turno, e do próprio Juraci no segundo. No primeiro mandato, Juraci foi responsável pela realização de obras viárias impactantes em termos de *marketing* eleitoral. No segundo, durante pelo menos dois anos, desceu a inferno astral político. Teve uma doença grave, uma presidência hostil da Câmara de Vereadores, além da abulia política. No segundo mandato, apresentou-se um quadro tal de dificuldades que se chegou a anunciar o fim do juraciismo e da sua prolongada hegemonia na política fortalezense.

A competitividade retornou em 2000. Três coligações e quatro partidos isolados participam do processo eleitoral, a saber, PMDB/PAN/PL/PST/PMN/PRTB//PSL, PPS/PSDB/PPB/PTB/PSD/PSC/PV, PCdoB/PT/PDT/PSB/PCB, PFL, PHS, PTdoB e PSTU. Quatro candidatos atingiram patamares consideráveis, em ordem decrescente: o próprio Juraci (PMDB), Inácio Arruda (PCdoB), Moroni Torgan (PFL) e Patrícia Gomes (PSDB). O juraciismo já não era mais o mesmo de vitórias no primeiro turno, mas sua história ainda não acabara. Fortaleza manteve a sua opção de contrapor-se ao governo do Estado como o vinha fazendo há tempos; mas também preferiu os valores da autoridade e da eficiência àqueles propostos por Inácio Arruda, o candidato das esquerdas. Assim, apostou no “não troque o certo pelo duvidoso” e no incrementalismo da política do juraciismo.

De acordo com os dados oficiais, o eleitorado atribuiu, no primeiro turno, 33,08% dos votos a Juraci Magalhães, 30,43% a Inácio Arruda, 18,10% a Moroni Torgan e 17,02% a Patrícia Gomes. Abertas as urnas do segundo turno, Juraci Magalhães resultou reeleito com 512.655 (53,97%) votos contra 437.271 (46,03%) dados a Inácio Arruda. A abstenção alcançou 19,46% da totalidade do eleitorado; os votos em branco somaram 1,38%; e os nulos 1,83% do eleitorado que votou.

A crer nos dados das pesquisas de opinião pré-eleitorais, a base social do voto do candidato reeleito constituiu-se, desta feita, especialmente da periferia, do faminto, do pouco escolarizado, do desempregado. Teve as melhores taxas nos mais velhos, nos menos escolarizados e simpatizantes do PMDB, e as piores entre os jovens (16 a 24 anos) e os de escolaridade

de nível superior. Por seu turno, Inácio Arruda teria os melhores índices entre os homens, os mais jovens, os mais escolarizados, e os piores, entre as mulheres, os de mais 45 anos de idade, os com 1º. grau. Católicos carismáticos e membros da Igreja Universal do Reino de Deus deram também sustentação ao candidato à reeleição; a classe média, em boa medida, e os funcionários públicos estaduais preferiram Inácio.

Entre o primeiro e o segundo turno, denúncias de uso da máquina pública, com pressão sobre o funcionalismo público para trabalhar em favor do candidato à reeleição, de manipulação dos serviços públicos como forma de cooptação, além da acusação de enriquecimento ilícito dos seus familiares e amigos e dos boatos sobre a recidiva da doença grave que o acometera no início do mandato que se encerrou no dia 31 de dezembro de 2000, deram a tônica - explicitada ou sussurrada - da campanha contra Juraci. As acusações de ateísmo e de volta ao problemático “tempo da Maria Luíza” formaram o bordão contra Inácio Arruda.

No segundo turno, o PSDB adotou oficialmente postura de neutralidade, embora o governador Tasso Jereissati declarasse que a vitória de Juraci seria “menos traumática” para a cidade do que a de Inácio Arruda, em quem via a oposição ao FMI e ao neoliberalismo como algo deletério. De igual modo, as mágoas resultantes da campanha do primeiro turno não trouxeram Patrícia Gomes nem Ciro Gomes para apoiar o candidato das esquerdas. Mas o que fez Juraci para reduzir a sua elevada taxa de rejeição, para sobrepujar o antevisto “clima de certa superação do ciclo Juraci”? Na verdade, durante a campanha para o primeiro turno, Juraci foi pouco impopular pelos seus adversários. Pouco a pouco foram sendo construídas as condições para que ele atingisse a dianteira nas pesquisas de opinião; dianteira esta, entretanto, não muito distante dos seus adversários. No segundo turno, alguns comportamentos de Inácio Arruda, como alianças com nomes que remetiam a práticas políticas negadoras daquelas que o candidato propunha, falta de determinação para buscar o apoio dos espólios eleitorais de Patrícia Gomes e Moroni Torgan e críticas tardias a Juraci e ao juraciismo podem ser considerados erros estratégicos.

À guisa de síntese do fenômeno do juraciismo, pode-se dizer que, na sua evolução, foi caracterizado pelos seguintes aspectos: 1. desempenho administrativo, o que nas duas eleições dos anos 90 lhe deu a vitória. Na verdade, o estilo político do prefeito, caracterizado pelo ativismo realizador de grandes obras durante o primeiro mandato, e modestas e fragmentadas

no segundo, o apresentaram como detentor do estilo “Juraci faz”. 2. o estilo pessoal, com certo grau de tolerância, com a característica do político que fala ao povo e que conhece a cidade como ninguém, fizeram de Juraci um líder vitorioso marcado por um modo peculiar de fazer política; 3. perfil fortemente municipal, em princípio sem pretensões nem condições políticas de maior envergadura.

Os resultados do primeiro turno da eleição de 2004

Onze candidatos ao todo, seis em coligação, disputaram o primeiro turno das eleições. A competição pela preferência do 1,36 milhão de eleitores de Fortaleza envolveu 27 partidos, 22 distribuídos por seis coligações e cinco isolados, conforme se vê na Quadro 1.

Quadro 1
Candidatos por partido/coligação

CANDIDATO	PARTIDO/COLIGAÇÃO
Moroni Bing Torgan	Coligação Liberta Fortaleza (PFL/PAN/PTC)
Luizianne Lins	Coligação Fortaleza Amada (PT/PSB)
Inácio Arruda	Coligação Nossa Fortaleza (PCB/PL/PPS/PMN/PRONA/PCdoB)
Antônio Cambraia	Coligação Experiência Comprovada (PP/PTB/PSL/PSDC/PRP/PSDB)
Aloísio Carvalho	Coligação Fortaleza Novo Tempo (PMDB/PTN/PRTB)
Heitor Férrer	PDT
Nielson Queiroz	PSC
Francisco Caminha	Coligação Semeando Fortaleza (PHS/PTdoB)
Marcelo Silva	PV
Valdir Pereira	PSTU
Antônio Vidal	PCO

Fonte: TRE-CE

De acordo com os dados da série de pesquisas de intenção de voto patrocinada pelo *DataFolha/O Povo*, apenas quatro, dos onze candidatos, chegaram às vésperas da eleição com percentual acima de dez por cento, a saber, Antônio Cambraia, Moroni Bing Torgan, Inácio Arruda e Luizianne Lins. Ainda em consonância com tais pesquisas, os três primeiros sempre estiveram no patamar acima de vinte por cento, enquanto Luizianne começou com três e alcançou na última pesquisa dezessete por cento. Aloísio Carvalho, o candidato do prefeito Juracy Magalhães, evoluiu de dois, para cinco e seis, e alcançou oito por cento.

Quadro 2
Intenção de voto para prefeito

CANDIDATOS	20 e 21/07/2004	31/08 e 01/09/2004	23/09/2004	29/09/2004
Antônio Cambraia	21	28	22	24
Moroni Bing Torgan	23	24	21	24
Inácio Arruda	28	23	21	17
Luizianne Lins	3	8	14	15
Aloísio Carvalho	2	5	6	8
Heitor Férrer	3	3	4	3
Francisco Caminha	1	1	1	1
Nielson Queiroz	1	1	1	1
Antônio Vidal	0	0	0	0
Marcelo Silva	0	0	0	1
Valdir Pereira	0	0	0	0
Branco-nulo-nenhum	8	3	4	2
Não sabe	9	5	5	4

Fonte: Datafolha/O Povo

De fato, três candidatos – Antônio Cambraia, Inácio Arruda e Moroni Bing Torgan lideraram as intenções de voto durante todo o processo. Luizianne Lins ganhou fôlego na chegada. Afinal, lograram a passagem para o segundo turno, Moroni e Luizianne, com os resultados de todos os candidatos sendo mostrados na Quadro 3.

Quadro 3
Candidatos por partido/coligação e nº de votos

CANDIDATO	PARTIDO/COLIGAÇÃO	VOTOS
Moroni Bing Torgan	Coligação: Liberta Fortaleza (PFL/PAN/PTC)	296.063
Luizianne Lins	Coligação: Fortaleza Amada (PT/PSB)	248.215
Inácio Arruda	Coligação: Nossa Fortaleza (PCB/PL/PPS/PMN/PRONA/PCdoB)	214.002
Antônio Cambraia	Coligação: Experiência Comprovada (PP/PTB/PSL/PSDC/PRP/PSDB)	200.407
Aloísio Carvalho	Coligação: Fortaleza Novo Tempo (PMDB/PTN/PRTB)	78.619
Heitor Férrer	PDT	38.753
Nielson Queiroz	PSC	16.194
Francisco Caminha	Coligação: Semeando Fortaleza (PHS/PTdoB)	10.781
Marcelo Silva	PV	5.798
Valdir Pereira	PSTU	2.456
Antônio Vidal	PCO	1.840

Fonte: TRE-CE

Com os resultados favoráveis a Moroni e Luizianne, entre outras, duas perspectivas se desfizeram: por um lado, Aloísio Carvalho, o candidato do prefeito Juracy Magalhães, em nenhum momento foi competitivo; por outro, Antônio Cambraia, que, em determinado momento da campanha, pareceu ser a redenção eleitoral do grupo político que ganha as eleições para o governo do Estado desde 1987, não conseguiu chegar ao segundo.

Os resultados do segundo turno das eleições de 2004

No segundo turno, a competição pela preferência do 1,36 milhão de eleitores de Fortaleza teve como vitoriosa, afinal, a petista Luizianne Lins, eleita prefeita com 620.174 votos, ou seja, 56,21% dos votos válidos. Mo-

roni Bing Torgan teve 438.085 votos. Os votos nulos alcançaram 3,44% e os em branco 1,15%. Compareceram ao segundo turno 84,90% do eleitorado, e, dos votos sufragados, 95,42% foram válidos, o que significa que tanto a alienação eleitoral negativa (abstenções) quanto a alienação eleitoral positiva (votos em branco e nulos) ficaram em percentuais razoavelmente satisfatórios, a última em torno de 4,5%.

Como seu viu, no Quadro 2, três candidatos tiveram, em todo o processo eleitoral, muita proximidade nas intenções de voto. Quem eram tais candidatos? Veja-se:

- Moroni Bing Torgan (PFL) – secretário da Segurança Pública no primeiro governo Tasso Jereissati e, no segundo (1995-1998), vice-governador, transitou do PSDB para o PFL. Deputado federal, ganhou visibilidade nacional como relator da CPI do Narcotráfico. Em 2000, foi o terceiro candidato a Prefeito de Fortaleza mais votado.

- Inácio Arruda (PCdoB) – candidato a Prefeito de Fortaleza pela terceira vez. Nas últimas eleições, disputou o segundo turno com Juraci Magalhaes. Deputado federal mais votado na Capital cearense em 1994 e mais votado no Estado em 1998.

Antônio Cambraia (PSDB) – secretário das Finanças no primeiro mandato como prefeito de Juraci Magalhães. Prefeito de Fortaleza, eleito em 1992. Migrou do PMDB juraciista para o PSDB. Deputado federal eleito em 1998 e 2002.

Para o segundo turno, foram Moroni Bing Torgan e Luizianne Lins. Nas intenções de voto apresentadas na Quadro 2, Moroni teve, 23, 24, 21 e 24%: Luizianne, três, oito, 14 e 15%, mas foi a vitoriosa.

Dezenove anos depois, a história se repetiu. O Partido dos Trabalhadores, com outra mulher, ganhou a Prefeitura de Fortaleza. Quem é Luizianne Lins? Jovem, ex-presidente do Centro Acadêmico do Curso de Comunicação e do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Ceará e do Diretório do PT em Fortaleza. No seu partido, integra a tendência “Democracia Socialista”, a DS. Em 1996, elegeu-se, com cinco mil votos, como a candidata mais votada e a primeira vereadora do seu partido em Fortaleza. Em 2000, reelegeu-se, agora com quase dez mil votos. Em 2002, ficou em 4º lugar como deputado estadual mais votado no Estado, com cerca de sessenta mil votos, ficando em primeiro entre as mulheres eleitas. No momento da candidatura, presidia a Comissão

de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e era titular também da Comissão de Agropecuária e Recursos Hídricos. Na Câmara de Vereadores de Fortaleza, Luizianne foi presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto e foi presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da CAGECE e relatora das CPIs do Turismo Sexual e das Bolsas de Estudo, e da Comissão Especial das Áreas de Risco. No PT, presidiu o Diretório Municipal de Fortaleza e integrou, pela segunda vez, o Diretório Nacional. Graduada pelo Curso de Comunicação da UFC, é ali professora.

Renegada pelo seu próprio partido, o qual, por conta da racionalidade instrumental das alianças nas diversas unidades federativas, escolheu Inácio Arruda (PCdoB) como o seu candidato preferido para liderar um arco de alianças, a vitória de Luizianne foi nota destoante, se se considerar os fracassos eleitorais de Marta Suplicy, em São Paulo, e de Raul Pont, em Porto Alegre.

Matérias jornalísticas colhidas do sítio “Noolhar” (*O Povo*), todas elas relativas à disputa interna no Partido dos Trabalhadores, em que uns defendiam candidatura própria e outros que queriam coligação com o deputado Inácio Arruda demonstram a dificuldade que Luizianne teve, quando buscava criar consenso em torno de uma candidatura partidária própria e não automaticamente alinhada à decisão nacional. Em uma de tais matérias se lê: “Um clima de campanha marcou ontem a eleição para os delegados do Encontro Municipal do PT que irá definir, no dia 15 de fevereiro, se o partido terá candidatura própria ou se apoiará o nome do deputado federal Inácio Arruda (PCdoB) à Prefeitura de Fortaleza em 2004”. Outra matéria narra que um líder do PT “insinuou que aqueles que defendem a candidatura própria do partido na capital estão contra o governo Lula”. Outra reportagem se denomina “Conheça as chapas” e diz da existência de quatro chapas, sendo a “Chapa 2” encabeçada por Luizianne. “Caso a tese de candidatura própria vença, os vários grupos do PT têm pelo menos cinco dias para apresentar os pré-candidatos do partido à Prefeitura. Isso significa que qualquer tendência ainda poderá apresentar um candidato para concorrer com Luizianne Lins nas prévias do partido. Essa possibilidade foi admitida ontem pelo presidente estadual do partido (...)”. E mais: “Caso ninguém mais se inscreva, a candidatura natural é Luizianne Lins. Ninguém no PT admite publicamente, mas a dúvida é saber se os chamados ‘grupos moderados’ e a Direção Nacional

do partido apoiarão a eventual candidata ou se abandonarão Luzianne, apostando em Inácio Arruda em um possível segundo turno.” Em outra matéria, “Delegados decidem se partido terá candidato”, “Só a chapa da deputada Luzianne Lins defendia a candidatura própria do PT à Prefeitura de Fortaleza. As três outras defendiam uma coligação com o PCdoB que tem o deputado federal Inácio Arruda como candidato a prefeito (...)”.³

Representante da uma das correntes que se caracterizam pelas críticas à condução da ala majoritária do Partido dos Trabalhadores e do governo, cercada de ongs, do funcionalismo público e de universitários, com promessa de recolher o lixo, limpar a cidade e tapar os seus buracos, em sessenta dias, Luizianne foi vitoriosa. Em matéria de economia, em linhas gerais, suas propostas de campanha deram ênfase ao associativismo, cooperativismo e economia solidária; fortalecimento do desenvolvimento da infra-estrutura local; desoneração da orçamento doméstico; e turismo; tudo tendo como referências maiores o aumento da sociabilidade e da participação, a geração de renda para os envolvidos nas atividades cooperativas, associativistas e de economia solidária, a ampliação das receitas tributárias, a geração de renda para os segmentos da população excluída do mercado de trabalho de Fortaleza e o esforço para redução das tarifas públicas.

Na campanha para o segundo turno, Moroni e Luizianne tenderam a certa polarização programática: Luizianne oferecendo ao eleitor uma utopia moderada, mas utopia; Moroni acenando com o medo e a promessa de segurança.

A Câmara de Vereadores originária dos resultados eleitorais de 2004

Nas eleições proporcionais estavam envolvidas 41 vagas, disputadas por 925 candidatos, estes distribuídas em 27 partidos políticos, quinze isolados e doze divididos em quatro coligações, conforme mostra o Quadro 4.

³ Cf. <http://www.noolhar.com.br>.

Quadro 4
Número candidatos por partido/coligação

PARTIDO	Nº DE CANDIDATOS
PCO	27
PSB	48
PMDB	26
PT	48
PFL	25
PSDB	30
PSTU	7
PF	52
PTB	49
PP	44
PRP	51
PV	45
PSC	34
PMN	49
PDT	32
PTN/PRTB	62
Semeando Fortaleza (PHS/PTdoB)	74
Por Amor a Fortaleza (PSL/PSDC)	73
PAN-PTC	78
Fortaleza de Todos Nós (PCdoB/PPS/PCB/PRONA)	64

Fonte: TRE-CE

Afinal, dos partidos e coligações em disputa, dezesseis elegeram candidatos, com o piso de um e o teto de sete vereadores. Como demonstra a Tabela 5, PSB, PRP e PTN/PRTB ficaram, cada partido ou coligação,

com um; PFL, PSDB, PP, PMN, PDT e PAN/PTC, com dois; PT, PL e PCdoB/PPS/PCB/PRONA, com três; PHS/PtdoB e PSL/PSDC, com quatro; e PMDB, com sete.

Quadro 5
Vereadores eleitos por partidos

PARTIDO	VEREADOR
PSB	1
PMDB	7
PT	3
PFL	2
PSDB	2
PL	3
PP	2
PRP	1
PV	2
PMN	2
PDT	2
PTN/PRTB	1
PHS/ PT do B	4
PSL/PSDC	4
PAN/PTC	2
PCdoB/PPS/ PCB/ PRONA	3

Fonte: TRE-CE

Na verdade, das eleições, emergiu uma Câmara de Vereadores com dezesseis partidos e coligações, com o partido majoritário com apenas cerca de quinze por cento. De outra parte, observa-se que o partido da prefeita possui apenas três vereadores. Destarte, parece ser necessária muita engenharia política para obtenção de graus de consenso mínimo para a realização de um programa apresentado na campanha de extração reformista.

Algumas reflexões

1. Não é temerário vislumbrar a marca do “oposicionismo”⁴ do eleitorado de Fortaleza em relação ao governo do Estado, tanto nas eleições municipais de 1992 e 1996, quanto na de 1985 e nos resultados decorrentes das disputas para governador na Capital ao longo da série histórica de eleições que ocorreram entre 1982 e 1998. Cotejados os resultados obtidos em Fortaleza nas eleições para governador, de 1982, 1986, 1990, 1994 e 1998, nas eleições para prefeito, de 1985, 1988, 1992 e 1996, está patenteada que, à exceção das eleições de 1986 e 1990 para governador e das eleições de 1988 para prefeito, todas as eleições do período apresentaram resultados desfavoráveis ao candidato do partido do governador de então. Em 1982, o candidato do PMDB foi amplamente majoritário em Fortaleza, embora perdesse nos resultados gerais do Estado para o candidato do PDS, apoiado pelos “coronéis”. A própria eleição de 1986 tem um particular significado oposicionista, pois, embora Tasso Jereissati fosse apoiado pelo então governador Gonzaga Mota, este romperia com o *statu quo* político estadual e federal. Por fim, em 1998, em Fortaleza, o candidato à reeleição para o cargo de governador teve menos votos do que o candidato derrotado, como mais uma manifestação daquelas já observadas na série histórica de eleições que começa em 1982, em que, via de regra, a Capital vota contra o candidato apoiado pelo governo estadual.

2. O PSDB, partido hegemônico (na acepção de Giovanni Sartori⁵) no Estado desde os seus primórdios, foi incapaz de lançar candidato competitivo na Capital durante os anos 90.⁶ Em 2002, se apegou à candidatura

4 Cf. Filomeno Moraes, “A volta da competitividade eleitoral”, *BACP*, nº 20, jul./2000, (in: <http://cevep.ufmg.br/bacp>, acesso em 1º./8/2000).

5 Cf. Giovanni Sartori, *Partidos e sistemas partidários*, Rio de Janeiro: Zahar; Brasília, Ed. UnB, 1988.

6 Sobre o a evolução dos subsistemas partidário-eleitoral e partidário-parlamentar do Estado do Ceará, respectivamente, cf. Filomeno Moraes, “Ceará: o subsistema partidário e o retorno ao multipartidarismo”, in: Olavo Brasil de Lima Jr., *O sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências, 1982-94*, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1997, p. 35-72, e “A produção legislativa da Assembléia do Ceará”, in: Fabiano Santos, *O Poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2001, p. 189-218. Sobre a política cearense recente, cf., entre outros, Anthony Giddens, *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*, São Paulo: Record, 1999; Filomeno Moraes, “Os resultados eleitorais no Ceará: competitividade, continuidade e mudança”, in: *Observa Nordeste – Fundação Joaquim Nabuco, Eleições 2002: Continuidade e Mudança*, Recife-PE: Observa Nordeste - Fundação Joaquim Nabuco, 2003

do PPS, com a cristianização da mesma candidatura por parte, inclusive, de lideranças do PSDB. Teve em 2004 boa performance eleitoral no primeiro turno, mas os votos que recebeu não lhe foram suficientes para ultrapassar tal barreira.

3. Algumas teses sobre a vitória de Luizianne Lins poderão ser objeto de pesquisas e estudos, como, por exemplo: teve um melhor “marketólogo”; teve mais simpatia da imprensa; no segundo turno, teve a simpatia declarada de Tasso Jereissati, Juraci Magalhães e Ciro Gomes; o eleitorado não decidiu em torno de grandes lideranças, pois os candidatos com “padrinhos” - Cambraia (Tasso Jereissati e Lúcio Alcântara), Aloísio (Juraci Magalhães) e Inácio Arruda (Ciro Gomes e Lula) – não alcançaram, sequer, o segundo turno. Os que concorreram protestando por autonomia – Moroni e Luizianne – chegaram ao segundo turno.

4. As eleições de 2004 vieram a confirmar a tendência à competitividade, iniciada em 2000. De fato, o padrão de consenso recorrente nas eleições dos anos 1990, tanto na Capital quanto no âmbito estadual, não é mais o mesmo. O juraciismo terminou?

5. O problema de não pequena monta diz respeito a como a chefia do Executivo vai administrar o “presidencialismo de coalizão” municipal e adquirir governabilidade, com uma Câmara de Vereadores com índices de grande fragmentação partidária.

6. Como reflexão mais geral, lembrem-se Maquiavel e Joaquim Nabuco. O primeiro, quando, no capítulo XXV de *O Príncipe*, observa que, na política, “é melhor ser impetuoso do que tímido”.⁷ Luizianne ousou e... foi vitoriosa. Mas Maquiavel aduzia que a política é também fortuna, é o dado. E o conjunto de problemas e dificuldades que a nova prefeita recebeu são, no mínimo, desafiadores. Por sua vez, Joaquim Nabuco já anotava que a fatalidade das revoluções é

(<http://www.fundaj.br/observanordeste>); Jawdat Abu-el-Haj, “Conciliação e rompimentos políticos no Ceará”, BACP, nº 31, nov./2001, (<http://cevep.ufmg.br/baccp>), Washington Bonfim, Qual mudança? Os empresários e americanização do Ceará. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Tese de Doutorado apresentada ao IUPERJ, 1999, e “Reforma do Estado e desenvolvimento econômico e social no Ceará: singularidade e contexto histórico”, in: Klaus Hermanns & Filomeno Moraes (orgs.), Reforma do Estado e outros estudos, Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004, p. 59-85.

7 Nicolau Maquiavel, *O Príncipe*, São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 122.

que, se não se fazem sem os radicais, com eles é impossível governar.⁸ O programa de Luizianne Lins trazido à luz durante a campanha pode ser inscrito como pertencente ao reformismo socialdemocrata, mas, mesmo sem radicalismos, tem muitas dificuldades de ser implementado, por um conjunto de razões de ordem econômica, administrativa e política.

Referências bibliográficas

ABU-EL-HAJ, Jawdat. *Conciliação e rompimentos políticos no Ceará*. BACP, nº 31, nov./2001 (<http://cevep.ufmg.br/bacp>).

BONFIM, Washington. *Qual mudança? Os empresários e a americanização do Ceará*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado apresentada ao IUPERJ, 1999.

_____. *Reforma do Estado e desenvolvimento econômico e social no Ceará: singularidade e contexto histórico*. In: HERMANNNS, Klaus & MORAES, Filomeno (orgs.). *Reforma do Estado e outros estudos*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004, p. 59-85.

GIDDENS, Anthony. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. São Paulo: Record, 1999.

MORAES, Filomeno. *Ceará: o subsistema partidário e o retorno ao multipartidarismo*. In: LIMA JR., Olavo Brasil de. *O sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências, 1982-94*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997, p. 35-72.

_____. *A volta da competitividade eleitoral*. BACP, nº 20, jul./2000 (<http://cevep.ufmg.br/bacp>).

_____. *O juraciismo, ou como a história não terminou em Fortaleza*. BACP, nº 23, out./2000 (<http://cevep.ufmg.br/bacp>).

_____. *A produção legislativa da Assembléia do Ceará*. In: SANTOS, Fabiano. *O Poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001, p. 189-218.

_____. *Os resultados eleitorais no Ceará: competitividade, continuidade*

8 Joaquim Nabuco, Um Estadista do Império, 5ª ed., Rio de Janeiro: Topbooks, vol. 1, 1997, p. 55.

e mudança. In: OBSERVA NORDESTE – FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. *Eleições 2002: Continuidade e Mudança*. Recife-PE, Observa Nordeste - Fundação Joaquim Nabuco, 2003 (<http://www.fundaj.br/observanordeste>).

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, vol. 1, 1997.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Ed. UnB, 1988.

Fontes de dados

TRE-CE – dados brutos

Jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste* (2004)

www.noolhar.com.br

ANEXO ÚNICO

Vereadores eleitores por partido/coligação e nº de votos

VEREADOR	PARTIDO/COLIGAÇÃO	VOTOS
NELBA APARECIDA ARRAIS MAIA FORTALEZA	PMDB	15.562
CARLOS ALBERTO GOMES MESQUITA	PMDB	14.691
WALTER LIMA FROTA CAVALCANTE	PMDB	13.066
GELSON FERRAZ DE MEDEIROS	PL	12.363
JOSE CARLOS BESERRA DE CARVALHO	PMDB	12.285
ANTONIO AUGUSTO MOREIRA E SILVA	PSDB	12.212
TEREZINHA DE JESUS LIMA	PMDB	12.026
EDVANIA MATIAS FERREIRA	PTN/PRTB	11.590
ELIEZER MOREIRA DA SILVA	PFL	10.563
RAIMUNDO NONATO FERREIRA ARAGÃO	PDT	10.554
ANTONIO HELDER COUTO BEZERRA	PMN	8.477
JOSÉ ADELMO MENDES MARTINS	PP	8.462
JORGE VIEIRA	PL	7.716
JOSE MARIA ARRUDA PONTES	PT	7.361

VEREADOR	PARTIDO/COLIGAÇÃO	VOTOS
GLAUBER LACERDA SINDEAUX	FORTALEZA DE TODOS NÓS (PCdoB/PPS/PCB/PRONA)	7.092
JOSÉ ALRI RODRIGUES NOGUEIRA	POR AMOR A FORTALEZA (PSL/PSDC)	6.850
ELPIDIO NOGUEIRA MOREIRA	FORTALEZA DE TODOS NÓS (PCdoB/PPS/PCB/PPS/PCB/PRONA)	6.800
ANTONIO IDALMIR CARVALHO FEITOSA	PSDB	6.784
AGOSTINHO FREDERICO CARMO GOMES	SEMEANDO FORTALEZA (PHS/PTdoB)	6.573
ALUISIO SERGIO NOVAIS ELEUTÉRIO	PSB	6.066
JOÃO SALMITO FILHO	PT	5.886
FRANCISCO MANGUEIRA SOBRINHO	POR AMOR A FORTALEZA (PSL/ PSDC)	5.807
GUILHERME DE FIGUEREDO SAMPAIO	PT	5.333
MARIA DE FÁTIMA SANTANA ARRAIS LEITE	SEMEANDO FORTALEZA (PHS/PTdoB)	5.220
JOSÉ DO CARMO GONDIM	POR AMOR A FORTALEZA (PSL / PSDC)	4.902
TOMAZ HOLANDA DE LIMA	PV	4.812
CARLOS MAGNO BEZERRA SIDOU	PAN/PTC	4.491
JOSÉ ELSON DAMASCENO	SEMEANDO FORTALEZA (PHS/PTdoB)	4.230
FRANCISCO CARLOS DE S. FERNANDES	PRP	3.559
REGINA CELY DINIZ ASSÊNCIO	PMDB	10.814
MARCUS SAVIUS TEIXEIRA SOUSA	PMDB	10.510
MARCÍLIO CATUNDA FERREIRA GOMES	PP	8.437
ANTÔNIO DA SILVEIRA MACHADO NETO	PFL	8.322
JOSÉ IRAGUASSU TEIXEIRA	PDT	7.241

VEREADOR	PARTIDO/COLIGAÇÃO	VOTOS
LUCIRAM GIRÃO SALES	PL	6.908
MARIO HELIO PORTELA REINALDO	PMN	5.809
LUIZ CARLOS ANDRADE MORAIS	FORTALEZA DE TODOS NÓS (PC doB/PPS/ PCB/ PRONA)	5.679
JOÃO BATISTA GOMES DA SILVA	PAN/PTC	4.357
JOÃO DA CRUZ SILVA	PV	4.266
FRANCISCO RODRIGUES FILHO	POR AMOR A FORTALEZA (PSL / PSDC)	4.215
FRANCISCO WILLAME CORREIA DE LIMA	SEMEANDO FOR- TALEZA (PHS/PtdoB)	4.066

Fonte: TRE-CE

Pluralismo, Polarização e Discurso Competente nas Eleições Municipais de Teresina em 2004

Washington Bonfim

Introdução

Um dos pontos mais discutidos quanto aos resultados das eleições municipais do ano de 2004 refere-se à bipolarização do quadro político-partidário brasileiro, com a presença hegemônica de dois partidos, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Socialdemocracia Brasileira (PSDB) que, aglutinando forças de centro-direita, principalmente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Partido da Frente Liberal (PFL), respectivamente, na visão da imprensa surgem como pólos para onde estariam convergindo as disputas e vontades eleitorais da maioria do eleitorado.

A esta reflexão inicial acresce uma outra ponderação sobre a influência do discurso “tecnoburocrático” sobre o eleitor e a prevalência de pouco carisma. O fenômeno estaria associado ao aperfeiçoamento, por assim dizer, da visão de parte do eleitorado sobre os resultados da gestão, que levaria a uma escolha em torno de nomes que, apesar de pouco entusiasmantes, teriam a seu favor um histórico da gestão recomendável, facilitando assim o convencimento.

Estes dois eixos de discussão, como se apontou, parecem de alguma maneira ainda longe da realidade dos números concretos do balanço pós-eleitoral que foi apresentado no seminário de abertura pelo cientista

político Jairo Nicolau (IUPERJ). Tomando, porém, como ponto de partida para a discussão do caso de Teresina, a segunda análise a respeito do caráter tecnocrático, fundamentado numa concepção de boa gestão e de bons resultados, podemos perceber muito das nuances envolvidas nas disputas locais, em ambos os turnos que consagraram o médico, por dez anos gestor da saúde de Teresina, Sílvio Mendes de Oliveira Filho (PSDB), o novo prefeito da cidade, para o mandato de 2005 a 2008.

O Panorama Político Estadual e Municipal

Uma descrição das condições em que se processaram alguns parâmetros gerais da política estadual piauiense é necessária como mecanismo para percebermos o ambiente político em que as forças partidárias de Teresina atuaram em 2004. Como é sabido, em 2002, uma aliança capitaneada pelo PT, que também conta com o Partido Comunista do Brasil (PC do B), o Partido Liberal (PL), o PMDB, que compôs a base governamental já durante a vigência do mandato do Governador Wellington Dias (PT-PI), e outros aliados é responsável pelo governo estadual.

Em 2004, após o primeiro ano de governo petista, havia grande desgaste do governador e de seu partido, o que concorreu para um esgarçamento da aliança na Capital, de vez que praticamente todos os partidos da coalizão governista lançaram candidaturas próprias. O desgaste possuía raízes bastante claras e identificáveis, que podiam ser assim listadas:

a) atraso do pagamento do funcionalismo público, a partir do segundo trimestre do ano de 2004;

b) no interior da aliança governista, instabilidade decorrente da postura de oposição agressiva do senador Moraes Souza, o Mão-Santa (PMDB), aos governos federal e estadual do PT; e

c) pressões constantes da base peemedista para uma reforma política com o objetivo de garantir maior espaço ao PMDB no governo, condicionada a reforma, pelo governador, ao horizonte político pós-eleitoral.

Na Capital, o contexto eleitoral pressupunha alguns dados bastante importantes. Em primeiro lugar, a hegemonia tucana desde as eleições de 1992. A cidade fora governada, desde o ano de 1997, pelo economista Firmino da Silveira Soares Filho (PSDB), eleito em 1996, aos 32 anos de idade, após ser o Secretário Municipal de Finanças durante a gestão

do seu antecessor, Francisco Gerardo (PSDB). Às vésperas do pleito, a avaliação positiva de sua gestão administrativa alcançava cerca de 72% da população da cidade.

Apesar disso, o processo de escolha do candidato à sucessão não foi pacífico e ocasionou descontentamentos e rachas internos ao PSDB. De um lado estava o grupo liderado pelo Prefeito Firmino Filho e, do outro, o do ex-senador, governador e ministro Freitas Neto, preterido na disputa interna pela indicação. Prevaleceria, então, o nome do ex-presidente da Fundação Municipal de Saúde, Sílvio Mendes de Oliveira Filho, técnico sem experiência política.

Outro elemento importante na definição da candidatura situacionista dos tucanos na Capital piauiense tinha relação com o impacto expressivo, e negativo, da aliança celebrada nas eleições para o governo do Estado, em 2002, com o PFL. Amplamente rejeitada pela população de Teresina durante aquele pleito e relacionada como o principal fator para a derrota da candidatura do então governador Hugo Napoleão (PFL) à reeleição, a aliança desgastou a imagem do então prefeito Firmino Filho, principal eleitor do PSDB, que contava com o imponderável da reação popular a uma candidatura que novamente remetesse à sigla pefelista, em largo processo de diminuição na Capital.

Além disso, duas fatalidades importantes também ajudaram a mudar os destinos políticos da Capital; as mortes da dep. federal Francisca Trindade (PT), ainda em 2003, e do dep. federal Afonso Gil Castelo Branco (PDT), em agosto de 2004, portanto durante o processo eleitoral. Ambos os parlamentares foram campeões de votos na Capital durante o pleito de 2002, sendo que a deputada petista, radicada e com vida política intensa em Teresina, conseguiu o posto de deputada mais bem votada da história das eleições para a Câmara Federal com uma votação consagrada em Teresina.

O deputado Afonso Gil, homem de temperamento forte e reconhecido por sua atuação como Promotor Público nos eventos ligados ao combate ao crime organizado, ao suicidar-se em agosto, a apenas quinze dias da abertura do horário de propaganda eleitoral gratuita, figurava como o segundo colocado nas intenções de voto, situando-se no patamar de 15% a 20% das intenções, dependendo do instituto.

Com o governo petista desgastado, a principal candidatura oposicionista viria do PMDB, que também passou por um processo de disputas

e desgaste decorrentes da indicação da candidata, mulher do senador Mão Santa, Adalgisa Moraes Souza, ex-presidente do Serviço Social do Estado (SERSE). O principal problema decorria da condição de crítico governista assumida pelo Senador e também, pela sua manobra no sentido de lançar a mulher candidata em Teresina e o filho, Junior Mão-Santa, também do PMDB, candidato a Prefeito de Parnaíba, o segundo maior colégio eleitoral do Estado.

Finalmente, os demais partidos importantes, o PT, PC do B e PDT, indicaram nomes fortes para a concorrência. Houve igualmente candidaturas de menor densidade, do PFL, PSC, PRONA E PSTU. Ao todo se estabeleceram 9 (nove) candidaturas, diferentemente do que ocorrera em 2000, quando apenas 5 (cinco) candidatos concorreram.

0 Processo Eleitoral

Desde que se iniciaram as especulações sobre o nome do candidato do PMDB às eleições de Teresina, o nome de Adalgisa Moraes Souza despontou nas intenções de voto. Até o início do horário gratuito, a candidata do PMDB detinha a maior percentagem de intenções, o que levava a imaginar que pudesse ganhar as eleições ainda no primeiro turno.

Entre os demais candidatos, o mais bem colocado era o dep. Afonso Gil, que, embora estivesse assumindo uma trajetória descendente nas pesquisas, entusiasmava parte do eleitorado descontente com os governos estadual e municipal, fazendo acreditar que o programa eleitoral pudesse reverter a tendência de declínio e ao menos garantir-lhe uma vaga em um provável segundo turno. O seu suicídio, ocorrido nos primeiros dias do mês de agosto, concorreu para uma polarização prematura das eleições em torno das candidaturas do PMDB e do PSDB, cujo candidato mantinha uma trajetória ascendente de intenções, mas ainda não figurava entre os favoritos.

O horário da propaganda eleitoral modificou radicalmente o quadro das eleições e, no final do mês de agosto, após quinze dias de veiculação dos programas de rádio e TV, o candidato Sílvio Mendes, além de consolidar o segundo lugar, deu mostras de ter fôlego suficiente para virar o jogo eleitoral, forçando a existência de um segundo turno.

Configurou-se também a figura de um candidato inusitado, todavia, que consolidou sua candidatura por meio do programa eleitoral e, contando

apenas com um minuto para a sua mensagem, modificou a dinâmica do pleito. O candidato Francisco das Chagas, conhecido como Quem-Quem, do PRONA, cristalizou uma imagem perante o eleitorado mais jovem e, embora não dispusesse de uma plataforma sólida, em vários momentos conseguiu contrapor-se a candidatos mais fortes e experientes. Além disso, sua identificação com a personagem “Chapolim Colorado”, de programas infantis, tornou-o uma espécie de sensação para este público, que, embora não votasse, ajudou a formar uma imagem irreverente e de certa maneira positiva, do candidato junto a camadas específicas do eleitorado local.

A agenda das eleições do primeiro turno foi marcada por inúmeros debates, um processo paulatino e seguro de crescimento da candidatura de Sílvio Mendes (PSDB) e pelo declínio das candidaturas associadas ao governo estadual, em especial a do PT, cuja candidata era a deputada estadual Flora Izabel, e do PC do B, capitaneada pelo delegado federal, suplente de deputado federal, Robert Rios Magalhães, que também se notabilizou social e politicamente pelo combate ao crime organizado no Estado.

Além disso, um traço importante do pleito pôde ser aquilatado no horário eleitoral, principalmente nos programas veiculados pela aliança “Teresina no Caminho Certo”, composta pelo PSDB, PTB e PV, que conseguiu produzir um discurso que aliou a divulgação dos resultados alcançados pela gestão tucana na Capital, além de apresentar o seu candidato como um técnico competente, sério e preparado para exercer o poder, de maneira a resguardar o patrimônio de boas gestões que se apresentava na propaganda eleitoral. Este aspecto, além da estrutura de campanha viabilizada pelos candidatos a vereador da aliança, fez com que Sílvio Mendes não apenas ultrapassasse a candidata peemedebista como também se distanciasse ao ponto de deixar passar a oportunidade de vitória em primeiro turno por apenas 1,5% dos votos válidos, algo em torno de 4.000 votos, em números absolutos.

Ao final do resultado do primeiro turno, a grande surpresa do pleito foi o candidato do PRONA, Francisco das Chagas, o Quem Quem, que obteve 8,4% dos votos, superando os candidatos do PT (7,5%), do PC do B (4,4%) e do PFL (2,1%). Transformou-se numa espécie de anticandidato, levando o pleito para o segundo turno. Nas eleições proporcionais, novamente pode-se ver o sucesso da trajetória “tecnoburocrática” assumida pela aliança tucana

No segundo turno, apesar da campanha mais renhida, o candidato Sílvio Mendes (PSDB) ganhou as eleições com 58,5% dos votos válidos. A maioria dos partidos que participaram do primeiro turno, inclusive o candidato do PRONA, declarou não apoiar institucionalmente quaisquer dos candidatos, o que concorreu fortemente para uma aglutinação livre das lideranças políticas locais. Entre os demais partidos influentes, como no caso do PT e do PC do B, a postura veio significar uma rejeição tácita à candidatura peemedebista, em decorrência da atitude ácida de oposição governista representada pelo senador Mão-Santa. Assim, apesar de alguma reação apresentada pela candidatura de Adalgiza Moraes Souza, a vitória da aliança Tucana foi expressiva.

Quanto ao resultado proporcional, a aliança partidária majoritária conseguiu obter 10 cadeiras, das 21 em disputa, distribuídas entre PSDB, 5; PTB, 3; PV, 2. No segundo turno, em função dos apoios obtidos do PSB e de parte do PDT, o número de vereadores vai a 12, portanto, maioria absoluta da Casa.

Possíveis conseqüências para 2006

Uma leitura das prováveis implicações do resultado eleitoral da Capital para o quadro político piauiense e, especialmente, para as eleições de 2006, parece oportuna, à guisa de conclusão.

Assim, em primeiro lugar, é necessário apontar que o principal derrotado nas eleições municipais de 2004 no Piauí foi o senador Mão-Santa (PMDB). Sua tentativa de ampliar poder pessoal e familiar fracassou nas duas principais cidades do Estado, onde indicou candidatos pertencentes à sua família, mulher e filho, concorrendo para uma significativa redução de sua capacidade de aglutinação interna no PMDB e, também, para a consolidação de uma prática que, no discurso, sempre combateu, o cultivo de oligarquia. Além disso, o Senador, em virtude de seu envolvimento direto nas campanhas de Teresina e Parnaíba, pouco participou da campanha de seus correligionários nos demais municípios do Estado. Embora seja ainda um candidato forte ao governo estadual, sua imagem como imbatível parece arranhada.

Outro ponto importante refere-se ao desempenho petista nas eleições. No geral, seus candidatos alcançaram cerca de 10% dos votos totais do Estado, um desempenho pouco satisfatório para um partido que possui o

controle do governo estadual. Além disso, o fato de sua candidata ter obtido apenas a quarta colocação no pleito de Teresina também concorre para a visão de que sem a costura de alianças, principalmente com o PMDB, que possui uma forte ala pró-governo, dificilmente poderá sonhar com a reeleição de seu atual governador. Em verdade, haverá uma disputa interna pelo controle partidário entre esta ala governista e a ala sob influência do senador Moraes Souza, que deverá insistir em sua candidatura.

Por outro lado, a vitória do PSDB na Capital e seu desempenho no interior, o credenciam à disputa do governo do Estado. Na realidade, com a perspectiva de 16 anos à frente do Executivo municipal de Teresina, o principal desafio político do PSDB é viabilizar a candidatura do ex-Prefeito Firmino Filho ao governo estadual. Diante do quadro político formado a partir das conjunturas estadual e nacional e a não-vigência da verticalização, o bloco de forças oposicionistas no Estado, liderado pelo PSDB e PFL, deverá passar por outro teste importante de popularidade nas urnas, principalmente na Capital, cuja rejeição à sigla liberal tem se tornado uma constante nas últimas três eleições ao governo estadual.

De toda maneira, pode-se afirmar que se consolidou no Estado um padrão político competitivo, em que não há forças políticas hegemônicas e, principalmente, em que o PT e o PSDB, apesar de suas fragilidades organizativas no interior do Estado, possuem as maiores lideranças políticas com perfil de governo. Reproduz-se, à primeira vista, ao menos para 2006, as condições de um pleito em que as forças conservadoras estarão aliadas com partidos de características programáticas mais avançadas. Os grandes blocos estariam constituídos hoje da seguinte maneira: PT, PMDB e PC do B; PSDB, PFL e PTB. Os demais partidos orbitam entre essas duas alianças conforme suas conveniências eleitorais.

Finalmente, o tema da gestão pública parece ser o principal assunto das eleições 2006 no Piauí e ele deverá trazer duas novas lideranças para o confronto político: Wellington Dias (PT) e Firmino Filho (PSDB). As demais lideranças importantes, os senadores Mão-Santa (PMDB) e Heráclito Fortes (PFL) também têm inúmeras chances de viabilizar suas candidaturas, mas parece existir uma predisposição das forças políticas para uma simplificação do jogo eleitoral, ainda em primeiro turno, algo que também poderá ser a tônica das eleições presidenciais, em que o atual presidente, Luís Inácio Lula da Silva, deverá disputar a reeleição com chances razoáveis de sucesso eleitoral.

Oligarquia, Crise Política e Eleições 2004 na Cidade de São Luís

Arleth Santos Borges

Neste artigo, abordo o processo eleitoral de 2004 para prefeito de São Luís, buscando retratar e analisar o cenário em que se descortinou, o perfil dos candidatos, suas estratégias, bases de apoio e os recursos midiáticos e retóricos de que se valeram. Para além da descrição de uma conjuntura, tais considerações ganham importância na medida em que forneçam elementos para que se estabeleçam nexos entre as formas e conteúdos deste processo eleitoral, os mecanismos de dominação política há muitos anos exercida pelo grupo Sarney, e a força política e eleitoral dos setores oposicionistas que, embora venham sendo derrotados nas disputas estaduais, têm sido vitoriosos nas eleições da Capital. O sentido geral da análise ora proposta é o de discutir o papel das eleições na vida social e política da cidade e como se encaixam nos projetos e possibilidades de continuidade ou de mudança política no Estado do Maranhão.

Disputa eleitoral e partidária

As eleições municipais de 2004 transcorreram, na Capital maranhense, sob o signo da tranquilidade e sem grandes surpresas. Melhor expressando: a surpresa ficou por conta das regularidades das preferências do eleitor, apesar do grande número de candidatos, da ostentação econômica e do

tom assumidamente agressivo e às vezes ofensivo que alguns adotaram no decorrer da campanha majoritária. Em relação às eleições para o Legislativo, houve surpresas relacionadas à não-reeleição de parlamentares de longa permanência na Câmara e outros que dispunham de grande poder político ou econômico. Do primeiro caso, cito como exemplo Benedito Terceiro, empresário do setor de transportes e vereador por 28 anos consecutivos. No segundo caso, destacou-se a não-reeleição de Ivan Sarney, então presidente da Câmara e irmão do senador José Sarney.

Os resultados se encaminharam no sentido da manutenção dos atuais espaços de poder: o atual prefeito se reelegeu, conferindo ao PDT mais um quadriênio ao seu longo período no comando da administração municipal: doze anos e mais quatro como aliado do PSB; na Câmara de Vereadores, embora tenha havido renovação da ordem de 40%, não se trata de um fato novo, uma vez que está no mesmo patamar das eleições e não há evidências de que entre os novos eleitos alguns se destaquem na realização de atividades políticas opostas àquelas que são predominantes entre as elites políticas estaduais. Assim, a renovação nominal ou mesmo partidária não equivale, necessariamente a renovação de métodos ou programas políticos.

Com 500.398 eleitores, São Luís contou com 26 partidos no pleito de 2004. Seis candidatos concorreram ao Executivo e 419 disputaram as 21 cadeiras do Legislativo. Na eleição majoritária, a competitividade pode ser considerada moderada, gravitando entre dois partidos e, ao final, os resultados foram os seguintes:

RESULTADOS DAS ELEIÇÕES DE 2004 PARA PREFEITO DE SÃO LUÍS

CANDIDATO	PARTIDO	VOTAÇÃO	
		NÚMERO	%
Tadeu Palácio	PDT	221.854	50,21
João Castelo	PSDB	148.450	33,6
Ricardo Murad	PSB	34.027	7,7
Helena Heluy	PT	16.112	3,6
Edvaldo Holanda	PTC	13.396	3,0
Luiz Noleto	PSTU	8.031	1,8
Branços	-	7.312	1,5
Nulos	-	19.135	4,9

Fonte: TRE. Eleições 2004.

A situação exposta pelos números é a da reeleição do prefeito Tadeu Palácio, do PDT, que, por pequena margem de votos, ganha a eleição já no primeiro turno. Para a Câmara de Vereadores, os resultados foram os seguintes:

ELEITOS PARA A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO LUÍS EM 2004

ELEITO	PARTIDO	VOTAÇÃO
Pinto da Itamarati	PTB	10.751
Cleber Verde	PAN	8.183
Astro de Ogum	PPS	7.349
Alencar Gomes	PDT	6.797
Marília Mendonça	PDT	6.041
Albino Soeiro	PSDC	5.871
Abdon Murad	PMDB	5.840
Augusto Serra	PV	5.490
Pereirinha	PTN	5.376
S. Albuquerque	PFL	5.312
Barbosa Lages	PAN	5.265
Batista Botelho	PDT	4.885
José Joaquim	PSDB	4.858
Nonato Aragão	PRONA	4.538
Helena Castro	PDT	4.494
Dr. Gutemberg	PSDB	4.445
Lindorval Mendes	PT do B	4.132
Ferreirinha	PRONA	3.902
Silvino Abreu	PMN	3.782
Edvaldo Holanda Júnior	PTC	3.376
Joberval	PCB	2.517
Branços	10.163	2.17
Nulos	7.030	1.5

Fonte: Fonte: TRE. Eleições 2004.

A força do PDT no pleito majoritário se confirma na eleição proporcional, para a qual elegeu a maior bancada, que está, entretanto, muito longe da maioria, uma vez que o quadro geral é de notável fragmentação partidária, com 15 partidos com representação na Casa e uma média de 1,4 vaga por partido. Não se pode falar de grandes partidos na Câmara recém-eleita, mas, considerando o total de eleitos pelos partidos da coligação que elegeu o prefeito, obtém-se uma bancada majoritária de 11 vereadores. Entretanto, como a coalizão eleitoral não se traduz necessariamente em coalizão parlamentar e, como é praxe ocorrerem migrações partidárias entre as eleições e a posse, mantém-se o desafio de que o prefeito negocie com os edis as bases de apoio ao seu governo.

A eleição de 2004 para prefeito de São Luís não trouxe número de candidatos ou coligações muito distintos dos pleitos anteriores, aliás é o menor dos três últimos pleitos. A exemplo das outras eleições, também repetiu o desfile de personagens conhecidas nas disputas para o Executivo, com exceção dos candidatos Ricardo Murad (PSB) e Luís Noleto (PSTU). João Castelo (PSDB) e Helena Heluy (PT), já foram candidatos a prefeito, enquanto Tadeu Palácio (PDT) e Edvaldo Holanda (PSC) já haviam disputado cargos de vice-prefeito. O quadro seguinte ilustra e complementa essas informações, fornecendo, ainda, outros elementos comparativos com pleitos anteriores.

**ELEIÇÕES, PARTIDOS E CANDIDATOS À
PREFEITURA DE SÃO LUÍS 1996-2004**

ANO ELEITORAL	PARTIDOS	CANDIDATOS
2004 06 Candidatos	PTC	Edvaldo Holanda
	PT	Helena Heluy
	PSDB , PV e PL	João Castelo
	PSTU	Luiz Noleto
	PSB , PMDB, PFL, PTB, PSDC, PSC e PRONA	Ricardo Murad
	PDT , PPS, PP, PMN, PTN, PRP, PAN, PSL, PCB, PC do B, PT do B, PRTB e PHS	Tadeu Palácio
2000 07 Candidatos	PDT , PFL	Jackson Lago
	PSDB	João Castelo
	PTB	Jose Raimundo Rodrigues
	PT	Helena Barros Heluy
	PSB	Jose Antonio Almeida
	PSTU	Marcos Silva
	PRTB	Clovis de Jesus Savalla Correa Carvalho
1996 08 Candidatos	PDT , PT e PPS	Jackson Lago
	PPB	João Castelo
	PSD	Pedro Fernandes Ribeiro
	PSDB	Afonso Manoel Borges
	PRTB	Antônia Sinhorinha Silva
	PV	Antonio Worlon Fontinele
	PSTU	Marcos Silva
	PC do B	Eurico Fernandes

Fonte: IUPERJ. Banco de Dados Eleitorais e, para os dados de 2004, Jornal O Estado do Maranhão, edição de 06/07/04, p. 3.

Os dados do quadro revelam a menor competitividade das eleições de 2004, seja pelo menor número de candidatos, seja pelo maior tamanho das coligações partidárias. Ao lado disso, chama a atenção o caráter nada ideológico das composições, que reúnem partidos de perfil ideológico bastante distintos, como é o caso, em 2004, da coligação de apoio a Ricardo Murad, chamada “Competência e Mudança”, que vai do PSB ao PRONA; também é o caso da coligação de apoio a Tadeu Palácio, “São Luís no Rumo Certo”, que reúne do PC do B ao PT do B. Tais evidências nos impõem relativizar o fato, tão notório quanto recorrente, de que a quase totalidade dos partidos em disputa seja os comumente classificados como de esquerda ou centro esquerda (PDT, PSB, PT, PSTU e PSDB), e os de direita, não operam com rigidez ideológica na definição dos seus parceiros eleitorais. O quadro geral das coligações no Estado revela que os partidos têm servido mais para as conveniências político-eleitorais do que para as ideologias ou representação de interesses sociais específicos. A título de exemplo, basta lembrar o caso recente da migração partidária de Sarney Filho, que saiu da condição de dirigente do Partido da Frente Liberal PFL - para a de líder da bancada do Partido Verde - PV- no Câmara dos Deputados. Ressalte-se, porém, que a mesma estratégia tem sido adotada pelo principal partido opositorista, o Partido Democrático Trabalhista -PDT, que patrocinou a ida de lideranças e parlamentares para outros partidos, que possam lhe servir como bases de apoio; foi o caso da ida de Wagner Lago para o Partido Popular -PP.

Na ausência de critérios ideológicos, resta compreender as coligações a partir do cálculo eleitoral em que cada partido é avaliado pelos recursos que possa disponibilizar para as campanhas, sendo o tempo no rádio e TV os de maior peso, em razão da centralidade desses veículos no processo de informação e decisão do eleitor¹. Feitas as alianças, o direito de cada candidato ao tempo de propaganda eleitoral gratuita na televisão ficou assim distribuído:

1 No debate brasileiro sobre comportamento eleitoral, é recorrente a tese de que são três as principais fontes de formação da decisão de voto: o horário eleitoral veiculado pela mídia, as conversas que o eleitor mantém em seu círculo de convívio mais restrito (familiares, colegas de trabalho e amigos) e a recente história de vida desse eleitor. A importância da mídia é significativa pelo papel próprio que ocupa como também pela influência que tem sobre os demais fatores.

**TEMPO DOS CANDIDATOS NO HORÁRIO
ELEITORAL GRATUITO**

CANDIDATO	PARTIDO	TEMPO
Ricardo Murad	PSB	10min14seg
João Castelo	PSDB	5min43seg
Tadeu Palácio	PDT	5min29seg
Helena Heluy	PT	5min12seg
Edvaldo Holanda	PTC	1min40seg
Luiz Noletto	PSTU	1min40seg

Considerando que a partilha do tempo reflete, sobretudo, a representatividade de cada partido na Câmara dos Deputados, observa-se, antes de tudo, a grande distância entre o primeiro candidato, cuja coligação reúne os maiores partidos, e os dois últimos colocados, de pequenos partidos chamados nanicos; ao mesmo tempo, há um equilíbrio no tamanho do tempo dedicado aos demais candidatos dos partidos: PT e PSDB, que, nessas eleições, se consolidaram como grandes partidos; e PDT, que, embora venha sofrendo certo declínio, ainda conta com razoável representatividade na Câmara.

Cenário das eleições de 2004

Um cenário novo na política maranhense. Ao lado da tradição da chamada “ilha rebelde”² de sempre derrotar os candidatos do grupo Sarney, assistimos, pela primeira, a uma disputa eleitoral em que a máquina do governo estadual não esteve, declaradamente, trabalhando a favor de uma candidatura. Isto porque José Reinaldo Tavares, governador eleito em 2002, encontra-se, desde o início deste ano em inesperada e aberta luta contra Roseana Sarney, com desdobramentos sobre a candidatura do grupo

2 Esta qualificação remonta ao ano de 1951 quando houve, no Maranhão, grande revolta popular contra a posse do governador Eugênio Barros (PSD), bancado pelo oligarca Vitorino Freire e cuja eleição era acusada de fraude. O movimento contestatório desencadeou uma greve geral na cidade de São Luís, além de mortes, violências, incêndios e distúrbios generalizados, prolongando-se em algumas de suas manifestações por vários meses. A qualificação firmou-se no tempo pelo fato de que, desde que foram retomadas as eleições diretas para prefeito das Capitais, jamais o grupo capitaneado por José Sarney, sucessor de Vitorino Freire, conseguiu eleger o prefeito da capital e os percentuais de votos dedicados a este grupo noutras eleições são sempre proporcionalmente menores do que em outras cidades.

à Prefeitura da Capital, que deixou não apenas de receber os incentivos da máquina governamental, como ainda foi atingida nas tentativas do governador alvejar a senadora. Tal crise, nuançada por personalismos e passionalismos envolvendo a senadora e a primeira dama do Estado, configurou um cenário atípico de ruptura entre o governador e o grupo comandado pelo ex-presidente Sarney, mandarin que domina a política maranhense há praticamente quatro décadas.

O caso, porém, não é de todo inédito, pois em outros momentos já houve tensões e fissuras entre o grupo (personificado por algum membro da família Sarney) e o chefe do Executivo, sendo o mais contundente o período do governo de Nunes Freire (1974-78), sobrinho de Vitorino Freire e desafeto de José Sarney; mas, todas as crises anteriores foram absorvidas pelo grupo a um custo razoavelmente baixo e, apesar das tensões e diferenças internas, este tem se mantido como dominante, vencendo todas as disputas para o Executivo estadual, e as crises internas, ou foram assimiladas por repartições de poder, ou resultaram em cisões sem maiores alardes.

O que há de novo na presente crise é que a mesma não se apresenta como um assunto interno, mas transbordou as fronteiras e se revela como fratura exposta no duelo José Reinaldo *vs* Roseana Sarney e que ainda hoje se desenvolve sob o silêncio do patriarca, as espertezas do irmão - deputado federal e ex-ministro Zequinha Sarney - e a confusão dos demais aliados. Um fator que amplifica a presente crise é que ambos os contendores têm poderosos trunfos: Roseana, além de dileta herdeira política do pai, José Sarney, é a personagem-chave da atualização da oligarquia; ex-governadora nos últimos dois mandatos; detentora de notável apoio eleitoral; articuladora de bancada de deputados estaduais assumida como “roseanista”; muito influente nos movimentos culturais, que a têm como madrinha, leia-se, patrocinadora; influente também no governo federal e capilarmente bem-vista entre os segmentos mais pobres do Maranhão, sobretudo nas pequenas cidades.

José Reinaldo, por sua vez, comanda a máquina governamental e os recursos de patronagem a ela associáveis; não tem cacifre eleitoral ou político para desafiar o grupo Sarney, de quem recebera todos os cargos administrativos e eletivos a que já teve acesso (secretário de obras do governo estadual, ministro, deputado federal, vice-governador e governador), mas

tem a vantagem não só de estar, no momento, no comando do governo estadual, mas de que permanecerá nesse posto até 2006, quando deverá exercer papel importante no jogo das eleições para governador, deputados, senador e presidente da República. Também mobiliza em seu favor conhecimento e poder de denúncia de fatos que podem ser comprometedores do grupo ou da família Sarney, como bem o evidenciam suas recentes e contundentes críticas aos processos de privatização do Banco do Estado do Maranhão - BEM e das Centrais Elétricas do Maranhão - CEMAR, e o endividamento do Estado durante o governo de Roseana. Este último trunfo, porém, deve ser relativizado em razão da frágil base moral do denunciante que estava aliado e conivente com os denunciados quando foram praticados os atos só agora denunciados³.

A condição de comandante da máquina governamental também deve ser, entretanto, relativizada no seu poder, pois não representa garantias de hegemonia do processo eleitoral, como bem o demonstra a eleição do próprio José Reinaldo, que, embora fosse o governador em exercício, precisou da ajuda de um dos concorrentes para vencer a eleição. Assim, um dos seus trunfos mais poderosos tem relação com a heterogeneidade do grupo e sua capacidade de, como governador, provocar realinhamentos de forças dentro do mesmo, mediante reforço de posições até então enfraquecidas e colocadas à margem, mas ávidas de poder, como pode ser o caso do senador Edson Lobão, do deputado Manoel Ribeiro e outros, cujo fortalecimento pode se dar em prejuízo de interesses políticos e até econômicos da família Sarney⁴.

3 Em entrevista à TV Difusora, de propriedade da família do senador pefelista Edson Lobão, o governador José Reinaldo afirmou que "em 1999, as avaliações mostravam que o Banco do Estado do Maranhão - BEM, podia ser vendido por R\$90 ou, no máximo, R\$100 milhões. Ocorre que no dia 13 de janeiro do mesmo ano foi feito um empréstimo da ordem de R\$333 milhões, com condições altamente desvantajosas para o Estado, para 'preparar' o BEM para a venda. É como, por exemplo, se você tivesse um carro antigo, que custasse R\$3 mil e pedisse um empréstimo de R\$12 a 15 mil para guaribar o carro. E o que aconteceu? O banco foi vendido agora, através de contratos firmados desde a ocasião por R\$ 80 milhões". Em relação ao endividamento do Estado, revela que no governo de Roseana foram tomados emprestados US\$620 milhões e que hoje a dívida é de US\$2 bilhões. A entrevista aqui transcrita foi publicada pelo Jornal Pequeno em 29 de julho de 2004, p.3.

4 Notícias à época veiculadas na imprensa dão conta de que o conflito com Roseana levou o governador a suspender um contrato de publicidade no valor de R\$ 70.000,00, pagos, mensalmente, ao Sistema Mirante de Comunicações, de propriedade da família Sarney. No Jornal O Imparcial, edição de 25 de julho de 2004, o governador confirma a notícia e argumenta que devido à crise financeira em que se encontra o Estado, tal medida seria mesmo inevitável. Não comenta, porém, que recursos de publicidade estão sendo dirigidos a outros jornais, que a partir de então têm funcionado como órgãos de apoio ao governador, sua família e suas política

A crise a que se assiste, hoje, no entanto, é de acomodação. Juras de fidelidade, chamados à conciliação e os alertas de que a força do grupo, que em maior ou menor escala tem beneficiado a todos, depende de sua unidade têm sido lembrados por diversos integrantes⁵. Não obstante, seu caráter superficial, essa crise – como já mencionado – gerou o fato inédito da máquina do governo estadual não estar agindo explicitamente a serviço de determinada candidatura: na Capital, José Reinaldo tanto não apoiou a candidatura de Ricardo Murad como criou nítidos embaraços ao mesmo através de sua exoneração da Gerência Metropolitana - sem permitir-lhe, sequer, a indicação do sucessor – e, em seguida, a própria extinção da Gerência, sob alegação pública de excesso de gastos para poucos ou maus resultados. No interior do Estado, o governador, com exceção de um ou de outro caso, preferiu o discurso imparcial de magistrado e, pragmaticamente, esperou os resultados eleitorais para tratar de sua base de apoio já com os eleitos.

É muito relevante e revelador o fato de que tais conflitos estejam ocorrendo em um momento em que novo cenário se abre para o Maranhão com as promessas “civilizatórias” do governo Lula, que se diz sinceramente devotado a atacar os focos mais pronunciados de miséria - ponto em que o Maranhão é *hors concours*, e pelas possibilidades de uma nova matriz econômica representada pelo projeto de implantação de um pólo siderúrgico na Capital do Estado. Neste contexto todos se lançam vorazes às franjas que restariam para o poder político local administrar; governador, prefeito, a família Sarney e outros segmentos das elites políticas locais agarram-se ao empreendimento, que chega ao Maranhão por facilidades logísticas e naturais. Fazem isso, em benefício, mais de sua imagem ou interesses privados, do que de estratégias de desenvolvimento para o estado. Não é sem propósito, por exemplo, que silenciam diante do fato de que o anunciado complexo siderúrgico Vale/Boastill/Posco e Tyssen-Krupp, se vier, vem na forma de enclave, vampiresco em relação aos recursos e benefícios locais e dirigido ao mercado internacional e a grupos econômicos multinacionais.

5 Na fauna política, que ninguém duvida da capacidade das raposas engolirem sapos, como bem o ilustram as circunstâncias muito ácidas da ruptura e oposição entre Ricardo Murad e a família Sarney, que suporiam inacreditável a recente reconciliação. No cenário atual, chama atenção a curiosa insistência de José Reinaldo em dizer que não está rompendo com Sarney, mas apenas com Roseana; desta forma, despolitiza a dissidência e lança água no moinho do senso comum que vê na crise apenas uma disputa passionnal entre Roseana e a esposa do governador, Alexandra Tavares.

A exemplo dos resultados nada redentores do programa Grande Carajás, lançado em 1980, o modelo de industrialização ora anunciado tende a repetir o completo descolamento deste com o incremento da economia, a preservação do meio-ambiente e, sobretudo, com a melhoria das condições de vida da população local.

O fato de as eleições de 2004 terem sido municipais deixou os candidatos à vontade para se furtarem a esse tema ou mencionarem apenas a necessidade de programas de qualificação de mão-de-obra para o pólo siderúrgico, silenciando completamente sobre as contradições que envolvem o referido projeto. Não obstante, esse empreendimento está previsto para instalar-se em São Luís, com investimentos iniciais de US\$250 milhões de dólares⁶, uma produção prevista de 24 milhões de toneladas de aço por ano - correspondente ao que hoje representa 80% da produção nacional, geração de 10.500 empregos diretos, contra uma desapropriação de aproximadamente 14 mil pessoas. O pólo também sinaliza a perspectiva de gravíssimos prejuízos ambientais, decorrente da poluição atmosférica e produção anual de seis milhões de toneladas de rejeitos sólidos.

Apesar da assustadora dimensão desse projeto, os candidatos preferiram escapar deste tema difícil que, longe de ser uma unanimidade, tenderia a dividir o eleitorado e formadores de opinião, ao estabelecer clivagens entre, de um lado, os defensores de empregos e investimentos a qualquer custo, e de outro, os que são contrários ao investimento em virtude das suas graves repercussões para o equilíbrio ambiental e social da ilha de São Luís. Limitando-se a falar dos futuros empregos, os candidatos seguiram a toada hipnótica do governador que, em entrevista a uma TV local, declarou: “eu não gostaria de estar aqui com essa conversa de se ajuda ou não ajuda; gostaria de estar discutindo sobre o grande Maranhão que está vindo por aí a partir do ano que vem” (Jornal Pequeno, 29/07/04, p. 3). Não por coincidência, a toada é a mesma da recém-adversária de José

6 Valor declarado pela então governadora Roseana Sarney em telegrama encaminhado ao ministro Pedro Malan, em março de 1997, reproduzido na íntegra no jornal O Estado do Maranhão, de 25/07/04, p. 3. O debate sobre o pólo siderúrgico ensejou a elaboração, por organizações da sociedade civil, de vários documentos, entre os quais destaque: AMAVIDA et all. Considerações Preliminares sobre a Implantação de um Pólo Siderúrgico na Ilha de São Luís (2004, 23 p.); AGEMA e IMARH. Considerações sobre o Risco Geológico associado à Implantação de um Pólo Siderúrgico em Ambiente Insular (2004, 15 p.); e FORUM CARAJÁS et all. Grandes Projetos: Desenvolvimento para Quem? – Seminário sobre estratégias frente aos Impactos sócio-Ambientais no Maranhão (2004, 52 p.)

Reinaldo, senadora Roseana Sarney, conforme declarações divulgadas em jornal de propriedade de sua família, onde contesta a morosidade com que os governos estadual e municipal vêm encaminhando a concessão dos benefícios públicos para o complexo siderúrgico.

“A usina siderúrgica do Maranhão, que tem sido apresentada como a solução da maioria dos problemas maranhenses, pode ser inviabilizada por negligência do Estado e da prefeitura de São Luís, alertou Roseana. O município, de acordo com a senadora, precisa modificar a lei de zoneamento, e o Estado já deveria ter decretado como de utilidade pública a regularização do terreno em que se instalará a siderúrgica. O processo de regularização da área foi iniciado ainda sob a gestão da ex-governadora” (Jornal O Estado do Maranhão, 25/07/04, p. 3)

Com os candidatos seguindo a lógica do mercado eleitoral, onde importa mais a quantidade de que a qualidade dos apoios, esse debate de um tema efetivamente substantivo para o desenvolvimento da cidade ficou prejudicado e a sociedade não foi mobilizada para compreender as várias dimensões do empreendimento e, pelo menos, cobrar dos governos e das grandes empresas a serem instaladas, sob o patrocínio do poder público, contrapartidas mais justas. Com isto, o eleitorado ludovicence perdeu importante oportunidade de ter nas eleições um espaço de informação e debate sobre as alternativas de mudanças que se colocam como possíveis ou necessárias para a cidade.

Protagonistas da sucessão municipal

Para melhor compreensão das peculiaridades e historicidade da disputa, vejamos algumas informações biográficas e políticas sobre cada um dos candidatos e candidaturas.

Edvaldo Holanda

Empresário. Iniciou sua carreira política como vereador de São Luís, eleito pela ARENA em 1976, exercendo à época o cargo de presidente da Câmara. Em 1982, foi eleito deputado estadual pelo PDS, atuando no parlamento como líder do governo e integrando a delegação maranhense que participou do colégio eleitoral que elegeu Tancredo Neves e José Sarney. Aderiu ao Partido da Frente Liberal – PFL, em 1985, e licenciou-se da

Assembléia para assumir o cargo de chefe da Casa Civil do governo Luís Rocha, desincompatibilizando-se do mesmo em 1986, quando disputou um assento na Câmara Federal e conquistou a primeira suplência; assumiu o cargo entre 1986 e 1988, substituindo Sarney Filho. À época, já estava filiado ao PL e deixou o mandato para concorrer à Prefeitura de São Luís, tendo sido derrotado pelo pedetista Jackson Lago.

Em 1992, já no PSDB, foi candidato a vice-prefeito de São Luís, na chapa de Jaime Santana, sendo novamente derrotado, então, por Conceição Andrade (PSB), tendo porém assumido um cargo na administração municipal. Em 1997, retirou-se da vida pública e passou a atuar como empresário do setor alimentício e neste ano de 2004 retomou às disputas eleitorais, concorrendo ao cargo de prefeito pelo Partido Trabalhista Cristão – PTC, com um discurso de moderada oposição à atual administração e forte apelo religioso, orientado aos evangélicos. Sua candidatura serviu como principal ponto de apoio à campanha de seu filho para a Câmara de Vereadores de São Luís, o qual, diferentemente do pai, conseguiu eleger-se.

Helena Heluy

Advogada e jornalista, atual deputada estadual, ex-vereadora, e procuradora pública aposentada. Tem longa história de participação em processos de mobilização política, organização popular e nas lutas pelos direitos humanos, encampadas pela Comissão Justiça e Paz, da Igreja Católica. Também tem longa história de participação em disputas eleitorais no Estado, especialmente na cidade de São Luís, já tendo passado pelo PMDB e pelo PDT antes de sua filiação ao PT, em 1988. Eleita vereadora em São Luís, em 1996, permaneceu no cargo até 1998, quando assumiu a vaga de deputada estadual em lugar de Jomar Fernandes, eleito prefeito da cidade de Imperatriz.

Candidata a prefeita pela segunda vez, pelo Partido dos Trabalhadores, contou, desta vez, com o reforço de inédita estrutura para a campanha de mídia, oferecida pelo partido a seus candidatos nas capitais; mas, concorreu por um PT que se apresentava internamente cindido pelas divergências entre grupos e, externamente, desfigurado naquilo que, até então, fora seu grande trunfo: possuir uma identidade local de partido independente e de combate à política oligárquica há décadas praticada no Maranhão. Tal

identidade encontra-se, desde a eleição de Lula, sob questionamentos em razão da aliança nacional do governo com José Sarney que, em virtude da fraqueza do partido no Estado, impôs-se sobre este de modo absoluto.

João Castelo

Advogado, atual deputado federal, ex-governador biônico do Maranhão (1979-1981), bancado por José Sarney e pela simpatia que desfrutava junto aos militares. Elegeu sua esposa prefeita de São Luís em 1985 e ele próprio tem sido sucessivamente candidato a prefeito dessa cidade, mantendo significativo e regular contingente de votos, como se pode constatar nos números: em 2004, 148.450 votos, 34% do eleitorado; em 2000, 111.457 votos, 30,6% do eleitorado; e em 1996, 111.311 votos, 37% do eleitorado. Tal base eleitoral, entretanto, embora consistente e alimentada por alianças ora à esquerda (com o PSB, em 2000) ora à direita (como esta de 2004, com o PV) não tem sido suficiente para a sua eleição, tendo o candidato que se contentar com o cargo na Câmara Federal, ao qual chegou como o deputado mais votado em 2002.

Alimenta seu capital eleitoral com o discurso e a imagem de que, em seu governo, demonstrou ser realizador de grandes obras, como o complexo esportivo Castelão/ Castelinho, ponte Bandeira Tribuzzi, vários conjuntos residenciais, o atual sistema de abastecimento de água da Capital e a atração de grandes empresas para o Estado, como a ALUMAR (subsidiária da Alcoa / Billington Shell) e a Companhia Vale do Rio Doce, ambas integrantes do programa Grande Carajás. Assim, apropria-se de obras e serviços bancados pelo governo federal.

Seu governo também se notabilizou pela expansão sem precedentes da máquina administrativa, via criação de milhares de empregos que, em sua maioria, foram distribuídos conforme critérios clientelistas, ocorrendo o mesmo com os chamados programas sociais mantidos pelo governo na área da habitação e alimentação. Tais benefícios seletivos sedimentaram a base de apoio ora referida, a qual ainda hoje se mantém vigorosa entre setores do funcionalismo público e beneficiários das casas populares construídas e “sorteadas” pelo governo.

A violência com que foram tratadas as mobilizações estudantis durante seu governo constitui outro traço marcante da gestão de João Castelo. Tal evento é ritualmente trazido à memória dos ludovicenses nas comemo-

rações da greve pela meia passagem (ocorrida em setembro de 1979) ou nos debates políticos onde o governador é lembrado pela inusitada truculência da ação da polícia estadual e supressão de direitos civis e políticos básicos dos manifestantes que reivindicavam direitos. A violência atingiu níveis alarmantes tanto na greve de 1979, quanto em 1981, quando novamente os transportes públicos trouxeram os estudantes à cena política, reivindicando que o direito à meia passagem fosse assegurado mediante o simples uso de uniforme escolar ou apresentação carteira estudantil. O então governador sempre que se pronuncia a respeito, minimiza o fato, alegando – como o fez no último debate entre os candidatos - ter feito o que qualquer governante faria e que o assunto já deveria estar esquecido porque um dos mais importantes líderes do movimento de 1979 (Juarez Medeiros) já foi até seu companheiro de chapa em disputa para a Prefeitura de São Luís, em 2000.

Luiz Noleto

Economista, ativista de movimentos sindicais. Apresentou-se à disputa como uma espécie de anticandidatura, voltada à apresentação do programa do seu partido, o PSTU, e à análise crítica das demais candidaturas, vistas como idênticas e antagônicas aos interesses da classe trabalhadora. Com pequeno tempo na TV e grandes dificuldades de custear a produção dos programas, fez o discurso do voto de protesto e, ao longo da campanha, foi uma das candidaturas que mais cresceu, embora o resultado final tenha sido pouco expressivo.

Ricardo Murad

Advogado, candidato do grupo hegemônico, possui laços de parentesco com a família Sarney, embora tenha estado rompido com esta entre 1990 e 2002 - período em que passou pelo PFL, PDT, PSDB e pelo seu atual partido, o PSB. A ruptura consolidou-se em 1994 em virtude da não-aceitação do seu nome como candidato ao governo, em benefício de Roseana Sarney. Em 1998 novamente teve suas pretensões eleitorais a uma vaga no Senado abortadas, em razão de um emergencial segundo casamento da governadora com seu irmão, o que lhe tornara inelegível. Neste ano de 2004, sua candidatura resultou de um acordo feito durante a

disputa pelo governo em 2002, que possibilitou tanto a sua reconciliação com a família Sarney como a eleição de José Reinaldo no primeiro turno, do qual saía com apenas 48% dos votos.

De um ponto de vista racional, é razoável supor que sua candidatura expressasse um projeto de médio e longo prazo pelo qual o grupo Sarney, sob a condução de Roseana, enfrentaria a tradicional resistência ou “rebelia” que tem recebido em São Luís. O cenário, porém, em que tal candidatura se tornaria viável seria aquele em que Ricardo Murad tivesse à sua disposição a Gerência metropolitana, bancada pelo governo estadual com recursos suficientes para ofuscar a Prefeitura e seu titular. O restante seria feito pelas habilidades técnicas e performáticas de Murad. Nesse raciocínio, fica minimizado o fato de este candidato ser praticamente estranho à história política de São Luís

Sua atuação política em São Luís se restringe a um mandato de deputado estadual (1990–1993), quando assumiu a Presidência da Assembléia Legislativa por dois anos, e gerente metropolitano do governo de Estado por 16 meses. Assim, a recente indicação de seu nome para prefeito da Capital, onde não possuía bases eleitorais ou políticas, não deixa de ser uma imposição do grupo dominante, orientado pelos objetivos de: quebrar a força do PDT, que há mais de uma década administra a Capital; melhorar a sua performance eleitoral em São Luís, tradicionalmente oposicionista; e fortalecer a posição da família Sarney dentro do grupo político por ela comandado.

Sua atuação política e administrativa mais destacada tem ocorrido na cidade de Coroatá (56.431 habitantes), onde foi eleito prefeito em 1990, mas logo em seguida se afastou para ser deputado, transferindo o cargo à vice, sua esposa, sem, no entanto, renunciar e, portanto, ocupando ilegalmente os dois cargos eletivos. É um exemplo dos mais bem-acabados da política como performance, no sentido de que, por um lado, toda a sua aposta é assentada nos efeitos de mídia, onde, dispondo praticamente do dobro de tempo dos demais candidatos, encarnou o tipo competente, empreendedor, melhor do que qualquer outro, valente, batedor e bem posicionado; afinal era aliado de pessoas influentes. Ainda no campo performático, tem se associado, embora com resultados menos convincentes, ao dramático esforço da senadora Roseana Sarney em cercar-se e apropriar-se dos valores e símbolos culturais mais caros à cidade de São Luís e ao seu povo.

Não obstante sua eficiente utilização dos espaços midiáticos, e de seus apelos no sentido de um voto não político ou ideológico (que ele apontava como questões superadas), mas um voto técnico, dirigido a quem teria maior capacidade para administrar, não conseguiu reverter o elevado nível de rejeição que cerca o seu nome e seu desempenho nas pesquisas se manteve regularmente pífio.

Em seu discurso, subverte o conceito de fidelidade partidária, apresentando seu intenso troca-troca de partido como positiva “participação nos maiores partidos do País”.

Tadeu Palácio

Médico, candidato do partido que, eleitoralmente, representa a principal força oposicionista no Estado, a qual tem ligação direta com a presença de Jackson Lago na Prefeitura de São Luís por 12 anos, tempo em que se ocupou de constituir robusta máquina partidária (por meio de cargos, nomeações, recrutamento de assessores, implantação do partido no Estado, apoio a lideranças comunitárias etc), possibilitando ao PDT do Maranhão uma força atípica. Ao lado disso, embora com visibilidade menor, é plausível que o prefeito, ao longo de tantas gestões, tenha desenvolvido certa capilaridade social: nos setores de maior renda e instrução, pesou a sua (auto) imagem de “honesto e competente”, “ética e trabalho” e, em meio aos setores mais pobres, ampla rede assistencial foi montada. Isto, associado ao oposicionismo da “ilha rebelde”, onde o grupo Sarney não ganha eleição, forma o caldo oposicionista aqui verificado e que, n’alguma medida, beneficiou a candidatura de Tadeu Palácio.

Efetivamente, há um espólio herdado de Jackson Lago e do PDT, mas o quanto essa força se converteu em apoio à sua candidatura é questão a ser revelada por pesquisas específicas. O mais claro, no momento, é que seu persistente bom desempenho nas pesquisas deixa entrever que o apoio ao seu nome tem decorrido também da imagem de credibilidade construída pelo próprio Tadeu em sua atuação como prefeito, notadamente pela questão da limpeza pública, que rendeu a São Luís o título de cidade mais limpa do Brasil, não obstante muitos problemas venham sendo apontados em relação à limitada abrangência desse serviço e aos procedimentos administrativos e custos envolvidos.

Sua administração e pretensões de reeleição defrontam-se com implacável oposição feita pelos demais candidatos e pelo Sistema Mirante,

principal grupo de comunicação do Estado. Por outro lado, desfruta da simpatia freqüentemente incondicional de outros veículos de comunicação, como o Jornal Pequeno e, de modo um pouco mais discreto, do Jornal O Imparcial.

Jogo retórico e disputa eleitoral

Com base em FIGUEIREDO, ALDÉ, DIAS e JORGE (in FIGUEIREDO, 2000: 147-204), esta seção se destina a explorar mais detalhadamente a idéia da eleição como um jogo retórico em que diversos diálogos ocorrem simultaneamente: diálogos dos candidatos com os eleitores (mediado por pesquisas quantitativas e qualitativas) e diálogos dos candidatos entre si, com mensagens diretas ou indiretas de esclarecimentos, defesas ou ataques. Os pontos-chave desse diálogo são três: o diagnóstico do “mundo atual”, ou seja, como a Prefeitura e a cidade estão sendo vistas pelos candidatos; as propostas de melhorias que sinalizam para os eleitores, as quais dariam os contornos do chamado “mundo futuro”; e, finalmente, as “garantias”, apresentadas pelas candidaturas como esteio dos diagnósticos e propostas defendidas, as quais, mediante tais garantias, se afirmariam como viáveis e exequíveis pelo candidato, tanto do ponto de vista de suas qualidades pessoais, como técnico e político. Na seqüência, estes pontos são esclarecidos a partir de informações veiculadas pelos candidatos no programa eleitoral gratuito veiculado pela televisão e em suas propagandas impressas.

**A DISPUTA RETÓRICA: DISCURSO NA
TV E NOS PROGRAMAS DE GOVERNO**

Candidatos / slogan	Mundo Atual / Diagnóstico da Prefeitura	O Mundo Futuro / Propostas	Garantias
Edvaldo Holanda	Negativa. Argumenta que as tarifas municipais (IPTU e iluminação) são das mais altas do país e o transporte público dos piores. Seu lema foi “Renova São Luís”	<p>Construção/ recuperação de 300 Escolas Comunitárias</p> <p>Construção de um Centro de Convenções</p> <p>2 Restaurantes Populares</p> <p>Cursos Profissionalizantes em bairros populares</p> <p>Escola Agrícola na Zona rural</p> <p>Melhoria do transporte coletivo urbano via intensificação da concorrência</p> <p>Criação da polícia comunitária com soldados recrutados no próprio bairro de atuação</p> <p>Saneamento básico e parceria com o programa federal FAT/Pro Sanear</p> <p>Programa Nosso Leite</p> <p>Almoço Escolar para alunos da rede oficial</p> <p>Hospital de Referência na Areinha, outro Regional na AIB</p> <p>Hospital de Referência da Mulher e do Idoso</p>	Apresenta-se como “homem de fé: zeloso de sua família e temente a Deus”

Candidatos / slogan	Mundo Atual / Diagnóstico da Prefeitura	O Mundo Futuro / Propostas	Garantias
<p>Helena Heluy “São Luís de todos” / “essa luta vale a pena”</p>	<p>Negativa. Considera haver na prefeitura de São Luís um domínio oligárquico despreparado ou mau intencionado em relação à gestão da coisa pública: um sistema clientelista de ajuda a correligionários; violenta degradação ambiental da ilha; e obras inacabadas</p>	<p>Orçamento Participativo Parceria Amiga Programa Petista de Renda Mínima Programa Escola Aberta (integral) Bilhete Único Petista Companhia Municipal de Transporte Coletivo Conselho Municipal do Meio Ambiente</p>	<p>Apoio do presidente Lula Decisões Colegiadas em Conselhos Populares. Apóia-se na tese de que “o Brasil já está mudando e São Luís precisa mudar também” Apresenta-se como autêntica representante das propostas de seu partido, que hoje estariam sendo defendidas por todos; daí sugere ao eleitor que, “entre a cópia e o original, fique com o original”.</p>

Candidatos / slogan	Mundo Atual / Diagnóstico da Prefeitura	O Mundo Futuro / Propostas	Garantias
<p>João Castelo “o homem do povo”</p>	<p>Cobra resultados mais expressivos ao grupo que se encontra no governo há quatro mandatos. Contudo, concentrou-se mais em propostas e em enaltecimento de suas capacidades e realizações que em criticar o atual prefeito.</p>	<p>Restaurante Popular Novo Bom Preço Cartão Saúde Cidadão 1 hospital em cada bairro Banco do Povo Inclusão Digital Secretaria Municipal da Juventude 4º Centenário de São Luís</p>	<p>Seu passado político de governador realizador de grandes obras (ponte Bandeira Tribuzzi e Complexo poliesportivo) e de programas sociais Apoio de lideranças nacionais do seu partido (Marconi Perilo e Aécio Neves)</p>

Candidatos / slogan	Mundo Atual / Diagnóstico da Prefeitura	O Mundo Futuro / Propostas	Garantias
<p>Luiz Noletto</p>	<p>Negativa. Expressão da dominação de classes. Administração municipal a serviço de empresários e banqueiros</p>	<p>Remoção dos empecilhos que impossibilitam os investimentos sociais: ruptura com o FMI, lei de responsabilidade fiscal e com o FUNDEF Passe livre para jovens, idosos e portadores de deficiências Estatização do transporte coletivo</p>	<p>Apresentação das injustiças sociais existentes no Brasil e no Maranhão como exemplos de que as elites políticas tradicionais, incluindo todos os demais candidatos a prefeito nada fazem de efetivamente bom ou justo para os trabalhadores, confirmando, portanto, seu <i>slogan</i>, segundo o qual, “Só a luta muda a vida”</p>

<p>Ricardo Murad</p>	<p>Caótico Gestão incompetente, de probidade duvidosa (caso das licitações para empresa de lixo e compra de imóvel) e desumana (humilhação aos pobres nas marcações de consultas)</p>	<p>Bilhete Único nos transportes coletivos municipais Transporte gratuito para todos estudantes do ensino médio e fundamental Saúde 24 horas Farmácia Popular Casa de Cultura Guarda Ativa “Escritura na Mão” Escola Profissionalizante, com distribuição gratuita de material didático e ajuda de custo para alunos</p>	<p>Apoio da família Sarney, no Legislativo estadual e federal e no governo federal Apoio de artistas, apresentados como símbolos da cultura e identidade maranhense. Sua gestão como prefeito de Coarátá e gerente metropolitano, apresentadas como símbolos de eficiência Sua competência técnica (administrativa) Discurso da factibilidade de seu projeto: “isso dá pra fazer”, conforme “estudos técnicos” realizados por sua equipe e avaliados por especialistas ou políticos experientes, como foi o caso de César Maia, prefeito do Rio de Janeiro.</p>
-----------------------------	---	--	---

<p>Tadeu Palácio “prefeito trabalhador”</p>	<p>Positiva Cidade mais limpa do Brasil</p>	<p>Limpeza em 100% da cidade 5 “Socorrinhos” 24hs para atendimento médico de emergência Hospital da Mulher Centro de Atendimento ao Idoso 7 Terminais de integração do transporte coletivo</p>	<p>Trabalho já realizado, confirmado no título de cidade mais limpa do Brasil e, para ele próprio, o de melhor prefeito em primeiro mandato. Os números de sua ações voltadas para a educação: construção e/ou reforma de mais de uma escola por mês.</p>
--	---	--	---

O que primeiro se destaca nesse quadro é a predominância de um diagnóstico negativo sobre a cidade de São Luís, fruto óbvio do fato de que havia cinco candidatos de oposição e apenas um de situação, mas também de um imperativo do *marketing* eleitoral, que reputa grande valor à consideração das esperanças de cada eleitor vir a melhorar ou melhorar ainda mais a sua condição de vida. Do ponto de vista do programa de governo e da retórica, cinco candidaturas se alinham no centro do espectro ideológico e apenas uma, a do PSTU, puxa o debate para uma perspectiva mais à esquerda, embora o faça em tom mais próximo a uma “ética das convicções”, que não se pergunta pela razoabilidade ou consequência dos meios adotados e, nesse sentido, apresenta uma proposta claramente de ruptura.

Salta aos olhos o posicionamento de Castelo como o candidato mais populista, no sentido sociológico do termo, qual seja, o de oferecer medidas atenuantes, que mitigam, mas não resolvem, de fato, os problemas sociais, como é o caso do restaurante popular com refeição ao custo de R\$1,00 e do programa “bom preço”, de distribuição de alimentos a preços

abaixo do mercado, já experimentado quando ele foi governador e, à época, conhecido como de bom preço e péssima qualidade. Em sua sabedoria, o “povo” beneficiário do programa logo se encarregou de divulgar que a economia no preço do feijão era perdida no consumo de gás.

Populismos à parte, também chama a atenção a adoção generalizada de fórmulas do chamada modo petista de governar (Bilhete Único, Banco do Povo e Farmácia Popular). Como Castelo, Murad também empunhou bandeiras petistas, o que conduziu a candidata deste partido a enfatizar, nos seus programas, a sua originalidade e que adotaria tais medidas “nos moldes petistas”. Observa-se, por esse ângulo, que a tese da federalização das eleições (maior centralidade ao desempenho do governo federal) estaria funcionando com tal êxito ao ponto de envolver vários candidatos e não só a representante petista. Meses atrás, quando a popularidade do presidente Lula estava em baixa e a economia não dava sinais de recuperação, até o PT rejeitava a tese da federalização e depois, mesmo os candidatos dos partidos oposicionistas, PFL e PSDB, buscavam se identificar com o governo Lula: Murad pela estreita ligação com a família Sarney e desta com Lula e Castelo, por acreditar que o governo haveria de cumprir as regras democráticas e garantia de direitos dos municípios, independentemente do partido do prefeito.

Outro traço da campanha petista é sua notória despolitização, seja no sentido do apelo reiterado ao governismo, aderindo à tese, outrora condenada, de tratamento privilegiado aos “amigos e aliados do presidente” e ao predomínio do *marketing* nas suas mensagens ao eleitorado.

Ricardo Murad, com sua indisfarçável visão de que política significa realizar obras, concentrou sua ofensiva na desqualificação das gestões anteriores em razão da inexistência de grandes obras realizadas pelo prefeito, em contraposição àquelas realizadas por ele no pouco mais de um ano em que esteve à frente da Gerência metropolitana, as quais, posteriormente, o governador José Reinaldo declarou/confessou terem sido feitas sem as devidas cautelas legais.

Apesar do maior número de oposicionistas, o candidato à reeleição se manteve como favorito nas intenções de voto do eleitor desde o início da campanha, como se pode verificar nos resultados das pesquisas eleitorais

sobre intenções de voto. Outro aspecto que essas pesquisas de opinião revelam é que os candidatos que, na disputa retórica, ofereceram garantias menores ou mais intangíveis (Murad e Noletto) são os de pior colocação nas intenções de voto dos eleitores. Vejamos:

DESEMPENHO DOS CANDIDATOS NAS PESQUISAS DE OPINIÃO: ECONOMÉTRICA

Data Candidato	01/08	15/08	17/08	29/08	07/09	19/09	Resultado Oficial	Erros e Acertos
Tadeu Palácio	49,8	52,1	Início do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral	47,4	51,3	52,4	50,2	+ 2,2
João Castelo	26,5	26,1		27,8	26,9	28,1	33,6	- 5,5
Ricardo Murad	8,8	7,6		11,1	10,0	8,9	7,7	+ 1,2
Helena Heluy	3,3	3,2		3,5	3,5	2,6	3,6	-1,0
Edvaldo Holanda	1,2	1,5		1,4	1,1	1,6	3,0	-1,4
Noletto	0,9	0,6		0,7	1,0	1,3	1,8	- 0,5
NS/NR	4,7	4,7		4,7	3,2	3,6	-	-
Branco / Nulo	4,8	4,2		3,4	2,9	1,5	-	-

Fonte: Jornal O Imparcial, edição de 19/09/04, p.1 e 3

Com uma média de acerto na ordem de 95% em relação ao resultado eleitoral, as pesquisas deste instituto revelaram a estabilidade das preferências do eleitor e, conseqüentemente, a constância no posicionamento dos candidatos. Tadeu Palácio sempre à frente, enquanto Castelo e Murad se mantiveram no segundo e terceiro lugar, respectivamente. Verificam-se, porém, uma subestimação das preferências por Castelo e uma superestimação das preferências por Palácio e, em menor escala, por Murad. O crescimento do candidato Noletto foi captado nas pesquisas e confirmado nas urnas, enquanto o de Edvaldo Holanda só foi revelado pelas urnas.

DESEMPENHO DOS CANDIDATOS NAS
PESQUISAS DE OPINIÃO: ISTO É / DATABRAIN

Data Candidato	27/07	15/08	17/08	29/08	12/9	Resul- tado Oficial	Erros e Acertos
Tadeu Palácio	42,0	43,9	Início do Horário Grátis de Propaganda Eleitoral	46,6	49,5	50,21	- 0,7
João Castelo	22,6	23,7		25,2	22,0	33,6	- 11,6
Ricardo Murad	8,5	8,3		10,1	8,1	7,7	+ 0,4
Helena Heluy	3,5	5,1		3,4	3,7	3,6	+ 0,1
Luiz Noletto	0,9	1,1		1,5	1,7	3,0	- 1,3
Edvaldo Holanda	1,0	0,5		0,8	1,3	1,8	- 0,5
NS/NR	9,1	11,2		7,5	9,9	-	-
Branco / Nulo	5,1	6,0		4,4	3,1	-	-
Nenhum deles	7,3	0,2		0,4	0,7	-	-

Fonte: Isto É, n o 1822, de 08/09/2004

Também neste Instituto, as preferências do eleitor e o posicionamento dos candidatos são estáveis, repetindo-se, por outro lado, e com maior gravidade, os desacertos em relação a João Castelo. Os dois conjuntos de pesquisas revelam que os processos eleitorais em São Luís já comportam técnicas das formas contemporâneas de fazer campanhas, nas quais um dos aspectos de maior relevância para candidatos e partidos tem sido o sistemático monitoramento das preferências e tendências do eleitorado, mediante pesquisas quantitativas e qualitativas. A realização de tais pesquisas cumprem o papel de orientação das estratégias de campanha dos candidatos, enquanto sua divulgação cumpre o papel de informar e, sobretudo, influenciar o ânimo dos eleitores, ocorrendo, em geral, que os mais bem posicionados no *ranking* se beneficiem dessa liderança.

Eleições, Continuidades e Mudanças Políticas no Maranhão

Embora tenha tido ingredientes surpreendentes, o cenário em que transcorreu a eleição municipal de São Luís e seus desdobramentos parecem não apontar para mudanças significativas nos esquemas de poder vigentes no Maranhão. Senão vejamos: a) o grupo Sarney nunca foi homogêneo, as

tenções que atualmente apresenta são epidérmicas porque não questionam o padrão de dominação e o dissidente de maior destaque tem sido muito diligente e repetitivo em afirmar que não está rompendo com José Sarney; b) apesar das promessas e bravatas alusivas a um “rompimento com o passado”, não há sinais de formulação e muito menos de consistência de um projeto alternativo, gestado a partir de José Reinaldo, hoje filiado ao PTB; c) a reação, patética, das forças oposicionistas tem sido a reedição da prática de descuidar-se de fortalecerem-se na sua relação com a sociedade e se colocarem avidamente a serviço do dissidente da oligarquia, apostando tudo em ilusória idéia de que enfraquecendo a família Sarney automaticamente fortalecem a oposição (uma coisa não necessariamente leva à outra e não esqueçamos de que o discurso do “rompimento com o passado” sempre foi uma espécie de “abre-te-sésamo” do Sarney pai e da filha); d) a virtual eleição de um prefeito da Capital sem filiações ao grupo Sarney não configura abalo para este grupo, que de resto jamais teve o apoio do prefeito da Capital, salvo entre 2001 e 2003, quando Jackson Lago esteve aliado com Roseana;

Nunca é demais lembrar, porém, que, não obstante a hegemonia do grupo Sarney, as eleições no Maranhão têm apresentado um quê de incerteza, nunca ocorrendo que esse grupo possa, de antemão ou com segurança, ter garantia do seu sucesso, que, aliás, tem sido cada vez mais difícil e questionado, como o exemplificam as eleições de: José Reinaldo, que se elegeu com apenas 48% dos votos; de Roseana Sarney, em 1994; nesse mesmo ano, a eleição do próprio Sarney pelo Amapá; e a permanente incapacidade do grupo vencer as eleições na Capital e nos colégios eleitorais mais numerosos.

Também fazem parte dessas fragilidades as disputas no seio da própria família Sarney, como o episódio, já em cena, da decisão sobre quem será o candidato ao governo em 2006: se a senadora Roseana ou o deputado Zequinha Sarney. A primeira, que é protagonista de um dos raros momentos em que a oligarquia venceu folgadoamente as eleições (1998) e dona de forte apoio popular, inclusive em São Luís, sugere, em causa própria, que a decisão seja tomada a partir de pesquisas, enquanto o segundo procura se fortalecer mediante aproximação com o governador José Reinaldo. Tal disputa poderá vir a ter desdobramentos mais ruidosos do que os atuais, encenados pelo governador.

Neste ponto, a virtual derrota do candidato de Roseana em São Luís pesa contra ela, mas não necessariamente fortalece o irmão ou José Reinaldo. Cumpre lembrar que, em 1998, Roseana ganhou inclusive em São Luís e de lá para cá tem sido incansável em se mostrar presente na vida da cidade e de sua gente. Seu comportamento e o êxito que tem obtido permitem-nos creditar-lhe um componente carismático que, como a própria Sociologia informa, é pessoal e intransferível, o que faz com que o mesmo seja escassamente canalizado para Ricardo Murad, como o demonstram as pesquisas e seu elevado índice de rejeição. Como, porém, nenhuma das formas de dominação se apresenta em estado puro, ressalte-se a engenhosidade da senadora em matizar o seu magnetismo pessoal com elevadas doses de cálculo racional sobre custos e benefícios.

Finalmente, resta explorar dois pontos centrais nesse debate: o que pode e o que quer o dissidente José Reinaldo? E, se é possível, parodiando Dantas (1993), pensarmos em um sarneísmo não protagonizado pelos Sarney? Em relação à primeira questão, o que logo se destaca é que, como diz o próprio José Reinaldo, foi Roseana quem rompeu com ele e não o inverso, e que isso ocorreu mediante o que ele considera “perseguição” ou campanhas difamatórias ao seu governo por meio do Sistema Mirante, por “coisas bobas, ciúmes incompreensíveis que eu não tenho condições de entender”, afirmou o governador (JP, 29/07/04. p. 3). Questões substantivas, como o brutal endividamento do Estado, a liquidação dos ativos via privatizações lesivas ao erário, o “atoleiro” ou “desgoverno”, como ele se refere aos mandatos de Roseana, só vieram depois, como que para dar coerência à sua posição. Ao mesmo tempo, o pólo siderúrgico é um tema que unifica todos.

Manter essa coerência representa, hoje, seu principal desafio, mas, as condições de operacionalizá-la, seja mediante um novo modelo de desenvolvimento para o Estado, seja pela construção ou fortalecimento de um pólo opositor, enfrenta problemas. No primeiro caso, a ação do governador é constrangida pelo endividamento do Estado e pelo comprometimento de suas receitas pelo menos até o ano 2016. Restarão poucos recursos e a questão é saber se José Reinaldo (que não pode-se reeleger, não tem bases eleitorais e que, confirmada a ruptura com a família Sarney, também já não terá acesso aos cargos técnicos bem remunerados com que sempre contara) iria mobilizar esses poucos recursos com a prometida elei-

ção de seu sucessor. Seria de todo extravagante imaginarmos o próprio José Reinaldo ou o sucessor de sua escolha como o mais recente comandante de mais uma travessia para um novo Maranhão novo, uma reedição de oposições coligadas que conduziram Sarney ao poder?

Em suma, tanto a crise intra-oligárquica como o processo eleitoral não deflagraram mudanças radicais na política maranhense, pelo menos por duas razões: não há indícios de que o grupo dominante tenha se fragmentado irreversivelmente e, sobretudo, porque as forças oposicionistas, seja no campo partidário, seja no terreno das organizações da sociedade civil, não têm gerado um projeto alternativo. A ausência de mudanças radicais não significa, porém, que não estejam havendo mudanças, afinal, o time dos comandantes da política e dos interesses econômicos ligados ao Estado tem novidades, como bem o demonstram as figuras hoje muito influentes da primeira dama, Alexandra Tavares, e do próprio prefeito de São Luís, Tadeu Palácio.

Fontes:

ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.) (2001), Dicionário histórico-bio-gráfico brasileiro pós 1930. Rio de Janeiro: FGV / CPDOC
 FIGUEIREDO, Rubens (org) (2000), Marketing Político e Persuasão Eleitoral. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO. Resultados das Eleições de 2004 em São Luís.

Jornais locais, no período de abril a outubro de 2004:

O Estado do Maranhão

Jornal O Imparcial

Jornal Pequeno

Propaganda Eleitoral Gratuita dos Partidos e Coligações, transmitida pela TV, entre 17/08/04 a 30/09/04

Documentos

Amavida, Associação dos Geólogos do Estado do Maranhão, Central de Movimentos Populares, Forum de Saneamento Ambiental, Forum Maranhense das Cidades, Instituto Maranhense de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Sindicato dos Urbanitários do Maranhão e União por Moradia Popular. Considerações Preliminares sobre a Implantação de um Pólo Siderúrgico na Ilha de São Luís, out. de 2004, 23 p. mimeo.

AGEMA e IMARH. Considerações sobre o Risco Geológico associado à Implantação de um Pólo Siderúrgico em Ambiente Insular, out.2004, 15 p.mimeo.

Forum Carajás, Associação Agroecológica Tijupá, Rede Agroecológica do Maranhão, GTA-babaçu, GTA-pesca, CAPPAM, CPT-MA, Cáritas-MA, MST, Sindimetal, STR de São Luís, SMDH e COOSPAT. Grandes Projetos: Desenvolvimento para Quem? – Seminário sobre estratégias frente aos Impactos Sócio-Ambientais no Maranhão, maio de 2004, 52 p.mimeo.